



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 35, QUINTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 36ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 28 DE MARÇO DE 2018

1.1 – ABERTURA 10

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 10

1.2.2 – Oradores

Senador Waldemir Moka – Congratulações ao Governo Federal pela assinatura de texto que autoriza uma nova ponte sobre o Rio Paraguai, que irá compor o Corredor Bioceânico. 10

Senador Ricardo Ferraço – Defesa da neutralidade de rede de internet, sem qualquer tipo de barreira financeira ao seu acesso. 11

Senador Valdir Raupp – Apelo para que haja negociação entre os professores em greve e o Governador do estado de Rondônia; e outro assunto. 15

Senadora Vanessa Grazziotin – Solidariedade aos trabalhadores da educação do estado do Amazonas, em greve; e outro assunto. 17

Senadora Fátima Bezerra – Indignação diante dos atos de violência realizados contra a caravana liderada pelo ex-presidente Lula no sul do País. 21

Senador Fernando Bezerra Coelho, como Líder – Exposição da atual situação da mobilidade urbana na cidade de Recife; e outro assunto. 25

Senadora Ana Amélia – Esclarecimentos sobre a opinião manifestada por S. Ex^a sobre a caravana do ex-presidente Lula no estado do Rio Grande do Sul. 27

1.2.3 – Realização de sessão

Realização de sessão especial segunda-feira próxima, às 11 horas, destinada a homenagear a erradicação da Febre Aftosa no Brasil e o reconhecimento internacional da condição de país livre da doença, nos termos do Requerimento nº 39/2018, do Senador Waldemir Moka e outros senadores. 37



1.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Antonio Carlos Valadares – Posicionamento contrário ao anúncio de fechamento das fábricas de nitrogenados da Petrobras nos estados de Sergipe e da Bahia após o período eleitoral.	37
Senador Hélio José – Reflexão em torno de soluções para a crise da segurança pública no Brasil.	41
Senador Ivo Cassol – Denúncias de irregularidades em licitações e contratos no governo de Rondônia.	56
Senador Cristovam Buarque – Considerações sobre a posição assumida pelo PPS de não lançar candidato à Presidência da República nas eleições de 2018; e outro assunto.	62
Senador Cássio Cunha Lima – Apelo ao Governo Federal para que realize o aporte integral dos recursos destinados aos municípios pela Medida Provisória nº 815, de 2017; e outros assuntos.	65

1.2.5 – Comunicação

Da Senadora Kátia Abreu, de filiação partidária de S. Ex ^a ao Partido Democrático Trabalhista - PDT.	71
--	----

1.2.6 – Oradores (continuação)

Senador José Medeiros – Críticas à narrativa do PT a respeito de suposta perseguição política ao ex-presidente Lula pelo Poder Judiciário; e outros assuntos.	71
Senador Alvaro Dias – Considerações acerca da PEC de autoria de S. Ex ^a que visa legitimar a prisão após condenação em 2 ^a instância; e outros assuntos.	76
Senador Magno Malta – Críticas à possibilidade de revisão pelo STF do entendimento sobre a execução da pena para condenados em segunda instância; e outros assuntos.	83
Senador Wellington Fagundes – Considerações sobre o Plano Nacional de Logística elaborado pela Empresa Nacional de Planejamento e Logística S.A.; e outros assuntos.	89
1.3 – ENCERRAMENTO	96

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 36ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Abertura de prazos**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 171/2017.	98
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 98/2017.	99

2.1.2 – Comunicações

Da Senadora Kátia Abreu, de filiação partidária de S. Ex ^a ao Partido Democrático Trabalhista - PDT (Ofício nº 128/2018).	101
Da Senadora Lídice da Mata, que justifica a não participação de S. Ex ^a em missão programada para o período de 3 a 6 de abril próximo, nos termos do Requerimento nº 136/2018.	102



2.1.3 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 16/2018, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 1/2014.	104
Nº 17/2018, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 321/2010. ..	105
Nº 18/2018, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 28/2017, sancionado e convertido na Lei nº 13.640/2018.	106
Nº 19/2018, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 504/2015, sancionado e convertido na Lei nº 13.638/2018.	107

2.1.4 – Projetos de Lei do Senado

Nº 139/2018, do Senador Wilder Moraes, que <i>altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres.</i>	109
Nº 140/2018, do Senador José Pimentel, que <i>altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.</i>	114
Nº 141/2018, do Senador Wilder Moraes, que <i>altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para alterar as regras relativas às indenizações e às saídas temporárias; e dá outras providências.</i>	121
Nº 142/2018, da Senadora Simone Tebet, que <i>altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário.</i>	129
Nº 143/2018, do Senador Eunício Oliveira, que <i>altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol de crimes hediondos os crimes de associação para o tráfico ilícito de drogas e de colaboração, como informante, com grupo, organização ou associação destinados ao tráfico ilícito de drogas, quando praticados por funcionário público civil ou militar.</i>	134

2.1.5 – Requerimentos

Nº 159/2018, do Senador Pedro Chaves, de oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165/2017.	138
Nº 160/2018, do Senador Reguffe, de informações ao Ministro de Estado da Saúde.	140
Nº 161/2018, da Senadora Lídice da Mata, de autorização para desempenho de missão em 26 e 27 de abril próximo.	143
Nº 162/2018, do Senador Antonio Carlos Valadares, de autorização para desempenho de missão no período de 25 a 27 de abril Próximo.	146
Nº 163/2018, do Senador Randolfe Rodrigues e outros senadores, de realização de sessão especial, em 18 de junho próximo, destinada à comemoração do Dia do Orgulho Autista.	149
Nº 164/2018, do Senador Eduardo Lopes, de autorização para desempenho de missão em 26 e 27 de abril próximo.	152

2.1.6 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 123/2017.	156
---	-----

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – PARECER APROVADO EM COMISSÃO



Nº 24/2018-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98/2017	158
--	-----

PARTE III

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	167
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	169
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	172
7 – LIDERANÇAS	173
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	177
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	189
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	192
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	241

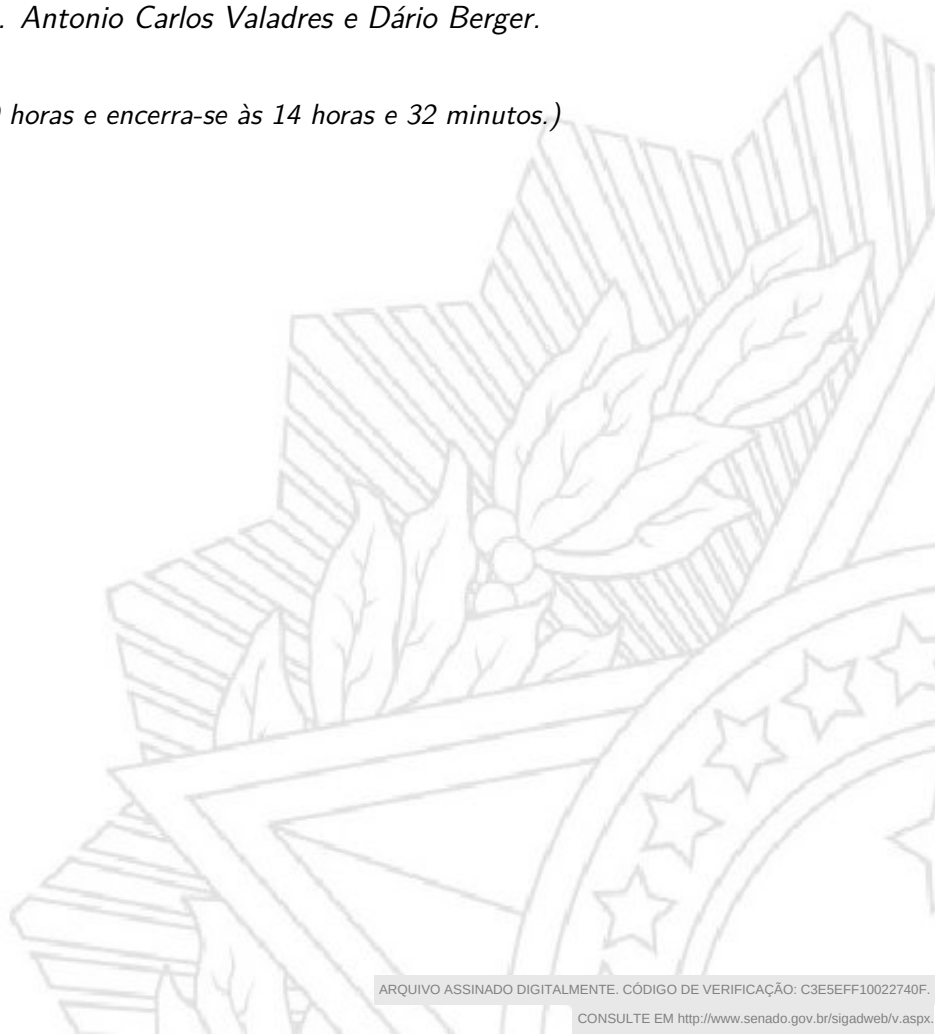


Ata da 36ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 28 de março de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Valadres e Dário Berger.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e encerra-se às 14 horas e 32 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

36ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 9 horas
Período: 28/03/2018 07:00:00 até 28/03/2018 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PMDB	SP	Airton Sandoval	X
PODE	PR	Alvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PMDB	PE	Fernando Coelho	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PROS	DF	Hélio José	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
DEM	RN	José Agripino	X
PODE	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PRTB	MA	Pastor Bel	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PRB	MS	Pedro Chaves	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
-	DF	Reguffe	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PODE	RJ	Romário	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PTB	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Moraes	X

Emissão 28/03/2018 20:33:03





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

36ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 9 horas
Período: 28/03/2018 07:00:00 até 28/03/2018 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
---------	----	--------------	----------

Compareceram 43 senadores.

Emissão 28/03/2018 20:33:03



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Como primeiro orador inscrito, eu concedo a palavra ao Senador Moka, com muito prazer.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente Antonio Carlos Valadares, primeiro, seja bem-vindo. É o seu retorno à nossa Casa. V. Ex^a, que é um Senador que tem autoridade moral, um Senador exemplo desta Casa. Eu saúdo a volta do amigo, ao mesmo tempo em que quero dizer que o seu suplente que aqui esteve honrou a sua condição de seu substituto. Grande companheiro, um bom Parlamentar, e que emocionou a todos nós aqui na sua despedida.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador Elber Batalha.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador Elber Batalha.

E eu tive o prazer aqui de conviver e vi a emoção dele quando conseguiu aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça, um projeto de lei. Isso é raro, não é? Entrar como suplente e, em pouco tempo, aprovar um projeto de lei. Então, diga ao Elber que ele deixou uma ótima impressão aqui no Senado.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é – e V. Ex^a deve ter aí. Está na pauta –, na verdade, um texto que foi assinado pelo Presidente Temer, pelo Presidente do Paraguai, pelo Presidente da Argentina e pelo Presidente do Chile, no sentido de que a gente possa fazer o chamado Corredor Bioceânico. E esse Corredor Bioceânico precisa de uma ponte sobre o Rio Paraguai. Essa ponte é uma ponte internacional, e os Presidentes assinaram, em conjunto, um texto que a autoriza. E, na verdade, autoriza também o Corredor, que passa por todos esses países.

Para nós, de Mato Grosso do Sul, a cidade onde vai ser construída a ponte é Porto Murtinho. Aliás, eu tenho uma ligação muito grande. Embora seja nascido em Bela Vista, eu tenho uma ligação muito forte com Porto Murtinho.

Isso representa, para Porto Murtinho, na verdade, uma injeção na sua economia, na sua movimentação financeira, porque toda soja hoje produzida, eu imagino, abaixo de Rondonópolis e em toda a região da Grande Maracaju, a produção de Mato Grosso do Sul, não será agora transportada por via fluvial. A ponte é para que a gente possa, em atravessando o Rio Paraguai, ir a Carmelo Peralta, já no Paraguai, e fazer todo o trajeto até os portos, no norte do Chile, de Antofagasta e Iquique. Isso é um sonho de muitos anos lá, em Porto Murtinho, e em toda a região.

E eu quero dizer a V. Ex^a que, se isso se tornar realidade eu penso que não tem mais... A Bancada federal de Mato Grosso do Sul colocou como emenda positiva os recursos para o Brasil, que só tem um único investimento a fazer, a metade de uma ponte, porque a outra metade o Paraguai se propõe a fazer.

Veja V. Ex^a como é muito pequeno o investimento para um fato muito importante: o Brasil ter acesso ao Pacífico, economizando, se fosse pelo mar, 10 mil milhas marítimas. Isso



significa que os nossos produtos chegarão ao continente asiático com preços muito competitivos, e isso, sem dúvida nenhuma, vai representar um avanço muito grande.

Existem outras alternativas. Eu estive recentemente também em Ponta Porã, mas lá seria um porto seco. E, depois, iria para Concepción. Eu não sei, mas uma obra ou um trajeto não conflita com o outro.

Então, nós, do Mato Grosso do Sul, queremos agradecer, e eu agradeço aqui ao Ministro-Chefe das Relações Exteriores, nosso colega, Senador Aloysio, que prontamente identificou, colocou o Ministro Parkinson à frente disso, que fez um grande trabalho. Eu estive pessoalmente com o Ministro Parkinson em Assunção, tratando desse assunto. Estive reunido aqui com o Embaixador do Chile, estive reunido com o Embaixador do Paraguai... Eu acho que agora estamos caminhando para o ponto final.

Eu não sei se nós vamos ter oportunidade, ainda nesta sessão, de votar esse texto, mas, de qualquer forma, eu queria deixar isso registrado.

E quero fazer justiça também à Comissão de Relações Exteriores. Esse projeto, essa autorização, esteve por muitos meses na Câmara dos Deputados, e, aqui no Senado, em uma semana, o Presidente Collor designou o eminente Senador Pedro Chaves, que é do Estado de Mato Grosso do Sul, que, em uma semana, fez o relatório e conseguiu aprovar, na Comissão de Relações Exteriores, essa autorização, de modo que, agora, esse texto só precisa da aprovação do Plenário, para que possa seguir para a sanção presidencial.

Então, eu acho que, com isso, a parte da burocracia está resolvida. O que nós temos de fazer agora é iniciar a ponte sobre o Rio Paraguai, enquanto o Paraguai avança com o asfalto, chegando até Carmelo Peralta. Daí, nós vamos ter o trânsito até os portos do norte do Chile, como eu já disse.

Eu quero agradecer a V. Ex^a e dizer que nós, do Mato Grosso do Sul, aguardamos com muita ansiedade que essa ponte sobre o Rio Paraguai possa acontecer o mais breve possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Parabéns, Senador Moka.

Agora, vamos conceder a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. Em seguida, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Valadares, Presidente desta sessão; Sr^{as} e Srs. Senadores; capixabas e brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, por nossos veículos de comunicação.

Sr. Presidente, trago uma manifestação, externando uma preocupação relacionada a uma queda de braço que se dá nos bastidores do nosso País, uma pressão descabida para que o Brasil possa seguir a equivocada decisão adotada e tomada pelo Presidente Trump, que eliminou a utilização livre da internet.

Não é a primeira tentativa junto ao Governo brasileiro, visto que, em 2016, essa iniciativa partiu – pasmem – da própria agência reguladora federal. Sim, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que deveria priorizar o interesse da população, tentou, a fórceps, através de uma resolução, estabelecer franquias de tráfego de dados, mediante cobrança diferenciada pelas operadoras.



Na condição de Relator, nesta Casa, do Marco Civil da Internet, marco este que representa, na prática, uma espécie de "Constituição" da internet, estabelecendo suas diretrizes, seus direitos, seus deveres, suas responsabilidades, à época observei que o projeto não tratou, de forma objetiva, de forma explícita, do tema da neutralidade da rede, permitindo por certo controvérsias, Senador Moka, na interpretação.

Para não atrasar a sua aprovação, após um longo debate que houve na Câmara dos Deputados, relatamos essa proposta do Marco Civil da Internet sem alteração de conteúdo, para que nós pudéssemos ir adiante. Mas, ato contínuo, ainda em 2016, apresentamos um projeto emendando o Marco Civil da Internet, para impedir limites ao consumo nos planos da banda larga fixa.

Esse projeto passou pelo Senado, foi aprovado, por unanimidade, no plenário do Senado, em março passado. Portanto, estamos completando 12 meses – um ano! – que nós aprovamos este importante projeto aqui no Senado. E dependemos, basicamente, agora, de que a Câmara dos Deputados possa, de fato, deliberar de forma conclusiva sobre esse projeto, que já recebeu parecer favorável na Comissão de Defesa do Consumidor e, neste momento, tramita pela Comissão de Ciência e Tecnologia. E, em seguida, vai ao Plenário da Câmara.

A internet transformou a humanidade. É considerada pelo Banco Mundial, inclusive, como uma tecnologia tão transformadora quanto o motor a vapor. Os serviços oferecidos pelos provedores de aplicações e de conteúdo democratizam o conhecimento, aumentam drasticamente a capacidade de pessoas e de comunidades se comunicarem entre si, aceleram os negócios e contribuem para o crescimento econômico, social, nacional e global.

Como intermediários facilitadores, os provedores de aplicações e de conteúdo desempenham papéis cruciais, ajudando comunidades, no Brasil e no mundo, a progredirem em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável, objetivos esses preconizados, inclusive, pela Organização das Nações Unidas, por exemplo, reduzindo o custo do acesso aos recursos educacionais e de saúde; oferecendo ferramentas de comunicação mais simples e eficientes; criando novas plataformas e fóruns para o comércio e o emprego, permitindo que pequenas e médias empresas de qualquer parte do mundo façam negócios em qualquer lugar, promovendo o crescimento econômico e a prosperidade compartilhada.

Desde a sua criação, a internet foi governada por princípios de abertura e de não discriminação. A neutralidade da rede é o princípio jurídico que sustenta a internet livre e aberta, como a conhecemos. Simplificando, significa que os provedores de conexão devem tratar todo o tráfego da internet de forma igual e não discriminar entre diferentes pacotes de dados, em razão do poder econômico desse ou daquele cidadão. É assim que a internet funciona hoje: os usuários podem acessar qualquer *site* e acessar qualquer tipo de conteúdo, sempre que desejarem.

No Brasil, a neutralidade de rede foi consagrada no Marco Civil da Internet, que estabelece que os provedores de conexão têm o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

Ainda que o Marco Civil da Internet tenha tratado desse tema – e o fez, como acabo de declinar –, não o fez de maneira objetiva, de maneira explícita. E é isso o que nós estamos buscando, para eliminar qualquer tipo de controvérsia, qualquer tipo de interpretação diferente desta que interessa ao conjunto da sociedade brasileira.



O Comitê Gestor da Internet, ao estabelecer os princípios para a governança e uso da internet no Brasil, afirmou, sobre neutralidade de rede, que a filtragem ou os privilégios de tráfego devem respeitar apenas critérios técnicos e éticos, não sendo admissíveis motivos políticos, comerciais, religiosos, culturais ou qualquer outra forma de discriminação, ou mesmo favorecimento.

Uma internet livre e aberta é fundamental para novas ideias e oportunidades em todos os campos. Provedores de conexão à internet não podem decidir o que as pessoas podem acessar *on-line*, nem cobrar mais pelo acesso a *sites* específicos. Sem a neutralidade de rede, não teríamos as inovações e plataformas que tanto utilizamos hoje – a web, buscadores, redes sociais, plataformas de vídeo, serviços de *streaming* de música e de vídeo, serviços de mensagens e aplicativos móveis.

No entanto, a neutralidade segue sendo ameaçada, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Muitas vezes essas ameaças são disfarçadas como iniciativas de proteção a outros direitos, como, por exemplo, o bloqueio de acesso a *sites* ou a serviços *on-line*, e é importante que estejamos atentos a essas iniciativas que ameaçam a internet livre e aberta como conhecemos.

A neutralidade da rede está muito além de disputas entre setores empresariais. Se é inegável o valor das telecomunicações para o desenvolvimento econômico, é igualmente relevante o papel das plataformas e dos serviços *on-line*. Há um círculo virtuoso de criação de valor e de crescimento econômico entre as operadoras de telecomunicações e os provedores de aplicações e de conteúdo.

Isso pode ser facilmente constatado: uma maior demanda de serviços oferecidos por provedores de aplicações e de conteúdo, por certo, leva a uma maior demanda dos usuários para serviços de conexão à internet...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço, Sr. Presidente, um pouco da condescendência de V. Ex^ª, para que eu possa concluir o meu pronunciamento.

Isso gera mais receitas, por certo, para operadores de telecomunicações, financiando-se novos investimentos em redes e aumentando-se a utilização dos serviços oferecidos pelos provedores de aplicação e de conteúdo. Ou seja, serviços e plataformas *on-line* estão acelerando a demanda por banda larga fixa e móvel, ajudando a estimular o crescimento dos mercados tradicionais de telecomunicações.

Foi justamente a neutralidade de rede que permitiu a invenção da World Wide Web (o *www*), sem a necessidade de permissão ou pagamento. Se provedores de conexão pudessem violar a neutralidade da rede, poderiam exigir que empresas e indivíduos tivessem...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...que pagar para entregar conteúdos e serviços em igualdade de condições. Em lugar de uma internet livre, teríamos uma internet cheia de pedágios. No limite, esses provedores de conexão acabariam decidindo quais opiniões poderiam ser divulgadas e quais novos negócios e oportunidades *on-line* poderiam crescer ou não, estar disponível ou não para o conjunto da sociedade.



Concluindo, Sr. Presidente, a neutralidade da rede é um princípio, um valor que deve ser mantido para proteger o futuro da economia digital brasileira, pelo tanto que ela pode e já está impactando a realidade do mundo empreendedor nacional.

Empresas de todos os tamanhos geram empregos e oportunidades de investimento *on-line*. Vivemos em um mundo conectado, em que a inovação e a criação do valor dependem...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, já estou encaminhando para o encerramento.

Por isso, nada, absolutamente nada, justifica o adiamento dessa votação na Câmara dos Deputados. É ela que vai manter a garantia de uma internet livre e acessível a todos. É preciso, portanto, dizermos não ao retrocesso, banir esta grande ameaça nacional de controle da internet.

Não seria razoável permitir que essa fonte de informação dos cidadãos seja alvo de limitação pelas prestadoras do serviço. Estabelecer franquias de dados, em contratos de banda larga fixa, afeta a constituição da rede como patrimônio coletivo, fundamental para a igualdade de oportunidades. É um serviço, portanto, de utilidade pública, que não pode ter interferência de provedor na entrega de conteúdos.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Aliás, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já começou, nos Estados Unidos, a batalha judicial para derrubar essa polêmica decisão da agência reguladora de telecomunicações daquele país. Uma série de processos judiciais questiona a quebra de leis federais e tenta revogar o fim da neutralidade da rede.

Sr^{as} e Srs. Senadores, daquele país também observamos que até mesmo o Senado Federal norte-americano se debruça na direção de revogar esse retrocesso que foi imposto, mais um, pelo Presidente Trump; decisão que significa um atalho de exceção em relação à regra geral de outros países, em prejuízo da livre informação e de 102 milhões de brasileiros que se valem das plataformas e serviços da internet. Ora...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – ...a grande maioria das democracias adota o modelo...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... de internet fixa sem limite de dados. É inadmissível, portanto, Senador Otto Alencar, completamente inadmissível, fora da razão, limitar o tráfego na rede de internet.

No Brasil, a internet é e precisa continuar sendo livre para todos, sem censura e sem qualquer tipo de barreira financeira ao seu acesso. Trata-se de uma conquista irreversível de democratização da informação, Sr^{as} e Srs. Senadores, e sem qualquer tipo de hierarquização social e de renda. A neutralidade, portanto, da rede é fundamental para garantir uma concorrência justa e aberta no mercado de serviços e de conteúdo para impulsionar o



crescimento do Brasil na era digital. A oportunidade digital precisa continuar sendo uma oportunidade para todos.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr^{as} e Srs. Senadores, chamamos a atenção para essa ameaça, até porque, se ela prosperar, nós já temos um decreto legislativo pronto para que nós possamos revogar esta que é uma absurda iniciativa que não se consolidou. Como a Anatel, tempos atrás, tomou tal iniciativa, mas revogou em função da pressão popular, nós estamos aqui, de antemão, agindo preventivamente e anunciando que, se o fizer novamente, nós, por certo, conseguiremos um amplo apoio nesta Casa e, por decreto legislativo, nós estaremos barrando esse absurdo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, próximo orador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, aqueles que nos acompanham pelas redes sociais, minhas senhoras e meus senhores, queria fazer esta breve fala, de apenas dez minutos, em dois momentos.

Primeiro, para falar sobre o movimento de greve dos trabalhadores em educação do meu Estado, o Estado de Rondônia. Eu não vou aqui criticar nem um lado, nem outro, até porque já fiquei no Executivo por quase 15 anos, como Governador, como Prefeito por dois mandatos e enfrentei também momentos semelhantes a este ou até piores.

A saúde também ensaiou uma greve, mas não foi em frente, porque houve um entendimento, uma negociação. Eu até participei, durante um momento em Porto Velho, com o Presidente, Dr. Caio, e toda a diretoria do Sindicato da Saúde (Sindsaúde); com o Chefe da Casa Civil, Emerson Castro; com o Secretário da Fazenda, Wagner Garcia, e com o Secretário de Planejamento, George Braga. Eu sei que as reuniões têm avançado. O governo tem se esforçado para cumprir a pauta de reivindicações dos professores, dos trabalhadores em educação.

Eu queria aqui pedir aos líderes do Sintero, a Lio, que é a Presidente; ao Nereu; ao Manoelzinho, que foi Presidente – todos eles já foram presidentes também –, que possam fazer um esforço junto à equipe do governo. E vou também pedir ao Governador – vou dar um telefonema mais tarde para o Governador – para que possa sentar com os líderes do movimento, porque a última palavra é a do Governador, e o Governador tem se esforçado, o Governador Confúcio Moura, tem sido um grande Governador para a saúde, para a educação, para a agricultura, para a pecuária, para a segurança pública. Enfim, é um Governador que tem se esforçado durante esses mais de sete anos de governo, no primeiro e no segundo mandato, até porque foi Deputado Federal por três mandatos, foi Prefeito por dois mandatos, foi Secretário de Estado da Saúde, é um homem preparado para enfrentar esses desafios.

E eu tenho certeza de que tudo, ou quase tudo, que poderia ser feito já foi feito no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, do equilíbrio econômico-financeiro do Estado de Rondônia, mas vou fazer aqui este apelo da tribuna, para que os dois lados possam sentar, mais uma vez,



para tentarem chegar a um entendimento. Várias semanas já se arrastam com esse movimento, o que pode até comprometer o ano letivo, e, para que isso não aconteça, eu espero o bom senso de ambas as partes. Tenho conversado com os dois lados para que esse entendimento possa acontecer o mais rápido possível.

A educação de Rondônia, os alunos do Rondônia, os pais de famílias de Rondônia não podem pagar esse preço de, de repente, perder um ano letivo que custa muito caro não só para o Governo, mas, sobretudo, para os alunos, para os pais, as mães que têm pressa de ver o seu filho terminando o ensino fundamental, terminando o ensino médio e chegando às universidades.

Faço aqui da tribuna esse apelo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Já falei, agora há pouco, com o Chefe da Casa Civil, que é o responsável pelo governo de fazer as negociações, de conversar, de proceder aos entendimentos, e eu tenho certeza de que esses entendimentos vão se intensificar nos próximos dias ou nas próximas horas para que esse movimento possa ter um fim.

Tenho o maior respeito pelos educadores. Tenho o maior respeito pelos trabalhadores na educação, na saúde, em todas as áreas. Como disse aqui, já participei de muitas reuniões, de muitos entendimentos e também enfrentei muitas greves durante o tempo em que fui Prefeito, por dois mandatos, e Governador.

Sr. Presidente, falo agora sobre uma caravana que nós – eu, a Deputada Marinha Raupp, o Deputado Luiz Cláudio e o Senador Ivo Cassol – fizemos na segunda-feira, lançando obras de energia elétrica numa região isolada até pouco tempo atrás, que era Costa Marques, São Domingos, São Francisco, Seringueiras, São Miguel, Alvorada e Presidente Médici: a linha de transmissão que vai ligar Presidente Médici a Costa Marques, na fronteira com a Bolívia, na nossa BR-429, com o final também da pavimentação. Este ano, devem-se concluir todas as pontes, encabeçamentos, asfaltamento das cabeceiras das pontes. Os trechinhos que ainda estavam embargados pelo Iphan e pela Funai também foram liberados. Este ano, a nossa BR-429 vai ficar completamente pavimentada, e as nossas pontes também concluídas.

Sobre essas linhas de transmissão de que eu estava falando – a primeira a ser licitada foi essa de Presidente Médici a Costa Marques –, teremos outras linhas, em breve, reforçando o circuito de Colorado, Cerejeiras, Cabixi, Corumbiara e Pimenteiras; da mesma forma, outra linha de transmissão que vai ligar Jaru à cidade de Theobroma, Vale do Anari, 5º BEC e Machadinho; a terceira linha ligaria Ariquemes a Monte Negro, Buritis, Campo Novo, toda aquela região de do Vale do Jamari, e a última linha seria ligando Porto Velho, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Vista Alegre do Abunã, Extrema e Nova Califórnia, completando, então, essas quatro redes que estão sendo contratadas pela Eletrobras, no valor de aproximadamente R\$500 milhões. É uma obra muito importante.

Trabalhamos também pela Usina Tabajara. Os estudos ambientais estão sendo concluídos. O Ibama já trabalha no licenciamento ambiental para que possam proceder às audiências públicas e ao leilão dessa obra. Estamos trabalhando para, se possível ainda, lançar este ano esse leilão da Usina Tabajara, de 350 mega, próximo a Machadinho D'Oeste. A vila onde está a Cachoeira 2 de Novembro, no Rio Machado, se chama Distrito de Tabajara. Por isso, está dando o nome à Usina Tabajara, no Município de Machadinho D'Oeste.

Eram essas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as informações que eu queria aqui passar neste momento, reforçando aqui, mais uma vez, o apelo para que o Governo e o Sindicato da



Educação possam chegar ao entendimento para que as aulas possam voltar à normalidade no Estado de Rondônia.

Eu sei que as reivindicações dos trabalhadores em educação são justas, mais do que justas, mas sei também que o Governo tem dificuldade em atender todos os pontos da pauta dessas reivindicações. Deve-se chegar a um ponto de equilíbrio. Sei que os movimentos não param se não houver um ganho, se não houver um atendimento, pelo menos em algumas partes, mas o Chefe da Casa Civil me falou há pouco que já avançaram bastante, já cederam bastante e, se possível, ainda poderiam chegar a esse entendimento em breve.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senadora Vanessa Grazziotin, próxima oradora.

A Senadora Ana Amélia é a próxima oradora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiros e companheiras, antes de mais nada, quero, aqui da tribuna, externar a minha mais irrestrita solidariedade aos trabalhadores em educação do meu Estado do Amazonas, que deflagraram uma greve, uma greve através da qual reivindicam uma série de itens, todos voltados para a melhoria das condições do ensino e para a melhoria das condições de trabalho de cada um deles, Senadora Fátima. E cobram do Governo estadual inclusive acordos feitos no passado que não estão sendo cumpridos.

Lamentavelmente, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, nos últimos dias, decretou a ilegalidade da greve através da decisão de uma desembargadora, entretanto eu, até por ter sido dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação – da APPAM, à época –, sei o quanto os dirigentes daquele sindicato são zelosos no cumprimento da lei. E todos os procedimentos determinados na legislação brasileira, Sr^{as} e Srs. Senadores, foram cumpridos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Todos. Absolutamente todos.

Então, não há nada, absolutamente nada, que possa ter sido considerado ilegal para justificar ou que justifique a decisão de uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Por isso, eu venho à tribuna para fazer, assim como os professores, um apelo. Os magistrados brasileiros, membros do Ministério Público estão, neste exato momento, Senadora Fátima, em um grande movimento nacional. E para quê? Para assegurar o direito à ajuda moradia, para assegurar o direito à ajuda moradia, que – todos nós sabemos, o Brasil inteiro sabe –, da forma como eles vêm recebendo, é inconstitucional. Aliás, nenhuma lei determina o recebimento da ajuda moradia por parte da magistratura ou dos membros do Ministério Público da forma como recebem. Eles estão recebendo por uma decisão liminar também de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Aí vejam V. Ex^{as}, enquanto os magistrados estão nessa luta por um lado, por outro lado decretam ilegalidade de uma greve que é legal, de uma categoria estratégica, essencial e que ganha mal, Senadora Fátima. O que eles reivindicam... Vou conceder um aparte a V. Ex^a. O que os trabalhadores em educação, o que os professores reivindicam – o salário de 20 horas – não totaliza nem o valor da ajuda moradia dos magistrados, Senadora Fátima. Nem isso!

O salário deles, com o reajuste, caso fosse concedido, não chegaria ao valor da ajuda moradia da magistratura.



A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Vanessa, me permita.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pois não, Senadora Fátima.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O chamado auxílio-moradia é em torno de R\$4,8 mil. Sabe qual é o valor do piso salarial para os profissionais de educação lá de Manaus, de todo o Brasil, para os que atuam na rede pública da educação básica? Dois mil e quatrocentos reais, Senadora Vanessa. Ou seja, esse é o piso salarial, Senador Valadares, dos profissionais da educação de todo o Brasil, que enfrentam um sistema educacional extremamente precário. Nós sabemos das condições de trabalho que são colocadas para a maioria dos profissionais de educação neste País. As exceções nós contamos nos dedos. E, aqui, por dever de justiça, quero destacar o tratamento que o Governador Flávio Dino, do seu Partido, vem dando à educação naquele Estado não só do ponto de vista da valorização salarial. Hoje ostentam os profissionais da educação do Estado do Maranhão os melhores salários. Mas, do ponto de vista das condições de trabalho, enquanto isso, é descaso no Amazonas, é descaso também no meu Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo que me associo a V. Ex^a na solidariedade à luta dos trabalhadores da educação do Estado do Amazonas, quero aqui também enviar, na condição de professora que sou, o meu abraço de solidariedade à luta que os professores e professoras, os trabalhadores em educação do Rio Grande do Norte desenvolvem neste exato momento. Foram obrigados, inclusive, Senadora Vanessa, a paralisar as suas atividades em decorrência do não atendimento das suas reivindicações, que passam, inclusive, por algo básico, por algo sagrado, que é o cumprimento à Lei 11.738, que instituiu o piso salarial nacional do magistério, lei por que nós tanto lutamos. Então, infelizmente, como o Governador não garantiu o pagamento integral do reajuste do piso salarial a que os profissionais da educação do meu Estado têm direito bem como outras reivindicações que não foram atendidas, não restou a eles outra saída senão a paralisação. Eu concluo também aqui fazendo o meu apelo ao Governo do Rio Grande do Norte, à Secretaria de Educação de que envide esforços para que possa, o mais urgente, o mais breve possível, atender às reivindicações dos profissionais de educação lá do Rio Grande do Norte para que eles possam voltar ao trabalho. Esse é o desejo deles, assim como é o desejo dos estudantes e da sociedade. Minha solidariedade aos trabalhadores em educação do Amazonas, pela causa extremamente justa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Como V. Ex^a mesmo fala, Senadora Fátima... Nós acabamos de ouvir aqui o pronunciamento do Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia, que abordou exatamente a questão da greve dos profissionais da área da educação que acontece no Estado de Rondônia. Isso, Srs. Senadores, serve para que cada um dos senhores e das senhoras reflitam o que está acontecendo no nosso País. Reflitam: nós precisamos tomar medidas urgentes.

Senadora Fátima, estamos diante de uma emenda constitucional aprovada – aliás, foi a primeira medida, que eles consideram vitória, aprovada depois do golpe –, que foi o congelamento da aplicação dos recursos para a educação.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Suspenderam, inclusive, o piso mínimo...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exato.



A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... destinado para a área da educação e da saúde por igual período, ou seja, pelos próximos 20 anos. Isso é crime.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É um absurdo!

Olhe, Senadora Fátima, os professores do meu Estado – e não são só da cidade de Manaus, mas do Estado inteiro do Amazonas – estão entregando, casa por casa, um comunicado aos pais pedindo desculpas e dizendo por que estão em greve e o que eles estão reivindicando.

Eles estão sem reajuste – e aqui eu falo para os senhores magistrados –, os professores, os trabalhadores em educação estão sem reajuste no meu Estado há quatro anos e eles não têm nenhum auxílio-moradia para repor esse reajuste que está faltando há quatro anos – não têm –, como tem a magistratura, os membros do Ministério Público. Eles não têm nenhum mecanismo para recompor a falta do reajuste através de pagamentos, de penduricalhos como o auxílio-moradia. Eles estão reivindicando um enquadramento dos servidores no plano de cargos e salários, que é de lei e o Estado não cumpre; um reajuste no vale-alimentação; o retorno do vale-alimentação para os servidores da SED (Secretaria de Estado de Educação); a retirada, o não desconto dos 6% que o Estado está descontando do vale-transporte do conjunto dos trabalhadores; a revisão do plano de cargos e salários; a revisão do auxílio-localidade; e a manutenção do plano de saúde, que está ameaçado de ser retirado.

Então, eles pedem desculpas dizendo que isto, Senadora Fátima, a falta do reajuste que é cumulado em 30% nesses últimos quatro anos e de outros descontos que são feitos...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... dá a menos para os professores, Senador Valadares, sabe quanto? Trezentos reais por mês! Trezentos reais por mês!

Então, eu faço um apelo ao Governador do Estado do Amazonas, Governador Amazonino Mendes, que foi eleito numa eleição suplementar, um apelo ao Prefeito de Manaus, Arthur Virgílio: sensibilizem-se com a situação dos trabalhadores em educação do nosso Estado do Amazonas. São eles que trabalham muito para ganhar quase nada, para ganhar muito pouco. Não é possível! Apelo ao Poder Judiciário que não faça essa maldade, que não promova mais essa maldade com os profissionais da educação, com os professores e as professoras, decretando a ilegalidade de uma greve que é completamente legal.

Eu, quando lecionei na rede pública estadual, participei do sindicato...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... e muitas vezes tivemos que recorrer à greve. Mas recorreremos à greve também lutando por essas questões. E, ao final, garantíamos boas negociações. Então, é esse o caminho que tem que ser trilhado e não o Poder Judiciário, da forma como fez, decretar a ilegalidade de uma greve que não é ilegal. Repito, o que eles estão reivindicando dá uma garantia de R\$300 a mais nos seus salários por mês, em média. E o que nós vemos à nossa frente? A insensibilidade do Governo Federal.

E, por fim, Sr. Presidente Valadares, se V. Ex^a me conceder pelo menos dois minutinhos, deixei patente aqui a minha solidariedade, o meu envolvimento integral nessa mobilização dos



trabalhadores em educação, porque penso que nada mais justo do que valorizarmos a educação e garantirmos os mínimos direitos que a nossa categoria merece. Para quem não sabe, são profissionais de nível superior...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... são profissionais que têm excelente formação educacional e são tratados dessa forma pelo Governo do meu Estado e pela Prefeitura da minha cidade.

Mas, por fim, Sr. Presidente, quero dizer e, mais uma vez, lamentar.

Ontem, subi à tribuna para fazer críticas duras à forma como vem sendo tratada a comitiva do Presidente Lula em visita ao Sul do País.

É lamentável! É lamentável!

E, no dia de ontem, para nossa alegria, Senadora Fátima, a Comissão de Educação, de que V. Ex^a participa com tanta dedicação, aprovou um projeto de lei da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 171, de 2017, de autoria da Deputada Keiko Ota, que inclui entre as atribuições das escolas a promoção da cultura da paz. É isto que o Brasil precisa fazer: divulgar a cultura da paz e não a cultura da violência.

Por isso que, ontem, estive aqui na tribuna fazendo duras críticas ao...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... Presidente da República, que, nas entrelinhas, fez um elogio ao regime ditatorial instalado em 1964. Fiz críticas duras a Bolsonaro, que só sabe subir em palanques para dizer que trabalhador tem que ser tratado a bala. Fiz críticas à Senadora Ana Amélia, que, num pronunciamento durante a convenção do seu Partido, fez apologia à violência, sim, aplaudindo Bagé, aplaudindo as cidades por onde Lula passou e foi recebido com ovos, com pedradas e, ontem, a tiros. Essa não é a postura de quem, ontem, subia à tribuna para denunciar a violência.

Senador, eu li o pronunciamento da Senadora tentando se justificar. Não justifica! A Senadora deve explicações. A Senadora, que assinou contra nós, Senadora Fátima, uma representação junto ao Conselho de Ética...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... porque nós nos sentamos a essa mesa para defender as mulheres, para defender que a lei não fosse mudada e que as mulheres continuassem a ser protegidas, quando gestantes e lactantes, no seu local de trabalho. Pois fomos denunciadas no Conselho de Ética.

Pois bem, Senadora Ana Amélia, eu fiz isso de propósito, porque eu não gosto de fazer críticas pelas costas das pessoas. Fiz uma crítica a V. Ex^a, como nunca fiz, porque assisti ao vídeo, aliás, a quase todo o seu pronunciamento de mais de 15 minutos. E V. Ex^a foi muito clara, quando se dirigia aos seus convencionais em uma reunião pública, aplaudindo e dizendo: "Esse é o Rio Grande do Sul, que recebe com ovos, que levanta o relho, o rebenque, para botar



para correr um condenado e todo o seu grupo." Foi uma expressão até muito mais chula do que essa a utilizada por V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, no mínimo... V. Ex^a não tem como justificar o...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Vanessa Grazziotin...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. *Fazendo soar a campainha.*) – Senadora, mais um minuto, até porque há outros oradores inscritos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – V. Ex^a não tem como justificar o injustificável. V. Ex^a, no mínimo, tem que subir à tribuna e pedir desculpas, pedir desculpas. Justificar o injustificável é insuficiente. Tem que subir à tribuna e dizer de fato: "Eu errei quando aplaudi aqueles que jogavam ovos, que jogavam pedras e que, ontem, atiraram." Por que isso? Se um dia jogam ovos e ninguém diz nada, aplaudem, no outro dia, atiram pedras e ainda recebem aplausos, no terceiro dia, se sentem à vontade para atirar – e atirar com armas de fogo!

Se o Senador Valadares me conceder mais tempo, com todo o prazer concedo o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – A Senadora Ana Amélia está inscrita e o tempo de V. Ex^a já se esgotou há alguns minutos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Lamento, Senadora, mas eu fico aqui para promovermos o debate durante o seu pronunciamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senadora Fátima Bezerra.

Em seguida, pela Liderança, o Senador Fernando Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes, quero aqui primeiro cumprimentar a Senadora Vanessa pelo pronunciamento dela, não só pela solidariedade à luta dos trabalhadores em educação, mas agora, mais uma vez, ela expressou aqui toda a sua indignação diante dos atos fascistas que têm sido realizados contra a caravana liderada pelo Presidente Lula, bem como toda a sua solidariedade.

E é exatamente sobre isso, Senadora Vanessa, que eu vou falar também. Lembrando que apenas 13 dias após a execução política da Vereadora Marielle Franco, do PSOL, e de seu motorista Anderson Gomes, a caravana do Ex-Presidente Lula foi alvo de uma emboscada fascista na noite dessa terça-feira, lá no trecho rodoviário situado entre Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul, no Paraná.



Apesar de o percurso dos ônibus da caravana ter sido comunicado previamente às forças de segurança pública, no sentido de ser garantida a escolta policial durante todo o trajeto, a escolta policial não foi garantida, diferentemente, inclusive, do ocorrido lá no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Dessa forma, milicianos fascistas sentiram-se livres para atentar contra a vida do ex-Presidente Lula e contra todas as vidas que estavam dentro daquele ônibus.

É importante aqui destacar que ninguém ficou ferido, porque, Senadora Vanessa, o plano dos criminosos fracassou. Mas poderia não ter fracassado. Antes de disparar contra os ônibus, tentaram bloquear a passagem da caravana com artefatos inseridos na estrada para perfurar os pneus dos ônibus, que poderiam ter sido obrigados a parar no exato local da emboscada, onde poderia ter acontecido uma verdadeira tragédia.

Se a emboscada tivesse tido êxito, se a emboscada tivesse, Senadora Vanessa, produzido pelo menos um cadáver, a pergunta que não quer calar: na conta de quem, Senadora Vanessa? Se ontem a emboscada que fizeram à caravana liderada pelo Presidente Lula tivesse tido um cadáver, na conta de quem ia ser debitado esse cadáver? Seria fruto da omissão das autoridades competentes, incluindo aí o Governo do Estado do Paraná, o Ministério da Segurança Pública e a própria Presidência da República?

É preciso chamar as autoridades competentes à sua responsabilidade. As tentativas de sabotagem da caravana do ex-Presidente Lula, agravadas por essa recente emboscada, que produziu risco efetivo de morte, tornaram-se possíveis devido à omissão das forças de segurança pública e das autoridades responsáveis por comandá-las.

Aliás, que tragédia! Que coisa feia! O Governador do Estado de São Paulo, um homem que inclusive quer ser Presidente da República – quer ser, porque não vai ser –, pré-candidato a Presidente da República pelo PSDB, o Sr. Geraldo Alckmin, fez uma coisa horrível. Em vez de repudiar o atentado criminoso empreendido contra a caravana do ex-Presidente Lula – como deveria fazer todo e qualquer democrata – o que foi que fez? Simplesmente alimentou esse clima de ódio.

Isso é algo inaceitável, inaceitável! Como é que um Governador, pré-candidato a Presidente da República, age, Sr. Geraldo Alckmin, de forma tão irresponsável com o senhor?! Como é que o senhor comete o impropério de tentar justificar o injustificável – a emboscada –, que poderia ter resultado em mortes?

Na verdade, essa posição do Sr. Geraldo Alckmin expressa mais uma vez o descompromisso do seu Partido com a democracia. Não foi à toa que foi o PSDB um dos principais protagonistas daquela farsa política que nos levou àquele *impeachment* fraudulento. E, na esteira disso, o País vive hoje esse clima de ódio, esse clima de intolerância. Quando se começa a brincar com a democracia, tudo pode acontecer, e é exatamente o que nós estamos vendo no País neste exato momento.

Mas eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que, apesar de toda essa ofensiva de caráter fascista, alimentada pelo silêncio, infelizmente, e pela parcialidade da grande mídia empresarial, bem como por discursos irresponsáveis, de ódio, proferidos inclusive no Parlamento por Parlamentares e até por uma Senadora da República...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM)
– Eu também estou aguardando, Senadora.



A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... eu quero aqui dizer que, não obstante isso, a caravana segue. Sabe por quê? Porque ela traz, no seu coração, a mensagem da esperança. Ela traz, no seu coração, a mensagem da resistência. Ela é liderada por um homem cujo imenso legado a maioria do povo brasileiro reconhece que ele deixou quando teve a oportunidade de governar este País.

Então, eu concedo o aparte ao Senador Ferraço. A Senadora Vanessa me pediu...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Naturalmente, por gentileza, eu cedo...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, o senhor pediu. Pois não, concedo ao senhor.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado. Apenas por gentileza...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só peço objetividade por conta do meu tempo.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu cederia a manifestação, em primeiro lugar, por gentileza e delicadeza à Senadora Vanessa, que pediu em primeiro lugar, mas, considerando que ela abriu mão, eu agradeço a V. Ex^a e faço aqui uma manifestação em relação a esse tema. Senadora Fátima Bezerra, eu condeno qualquer tipo de violência, e acho que todos nós que fizemos uma opção pela democracia precisamos condenar qualquer tipo de violência, até porque democracia não se disputa na arma; disputa-se no voto, no debate, na argumentação, no contraditório, para que a sociedade possa exercer a sua massa crítica e possa, de fato, fazer as suas escolhas.

Portanto, é absolutamente condenável qualquer tipo de manifestação além da discussão e do debate político, não importando o nível de divergência. Mas eu quero também dizer a V. Ex^a que eu não tenho dois pesos e duas medidas. Da mesma forma que eu condeno essa violência, eu condenei lá atrás, quando, no Palácio do Planalto, ao lado da Presidente da República afastada e das mais elevadas autoridades da República, uma liderança do MST falou claramente que, se tivesse que defender, poderia e deveria pegar em armas, conclamando, mobilizando. Portanto, está errado agora, como estava errado lá atrás. Só que lá atrás não houve...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só que lá não houve violência, Senador. Não atiraram em ônibus de ninguém.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não houve tiros.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Lindbergh, por obséquio, V. Ex^a terá a oportunidade da palavra. Eu não tenho...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixe-me só pedir ao Senador Ferraço que conclua.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... eu estou, eu estou condenando, Senador Lindbergh, estou condenando...

(Soa a campainha.)



O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... sem meias palavras, qualquer tipo de violência. Isso é inadmissível! Democracia disputa-se e discute-se no voto, não na arma.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – No campo das ideias.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro, evidente. E nós, aqui mesmo, partimos para o confronto duro, firme, civilizado, e é assim que deve ser. Portanto, eu condeno. O que eu estou afirmando é que nós precisamos ter dois pesos e duas medidas. Ou seja, lá atrás, houve uma incitação ao lado nada mais, nada menos que da Presidente da República. E não houve manifestação de condenação à época desse tipo de postura, que também é condenável. Até porque não importa a profundidade da nossa divergência; a civilidade e o respeito às leis devem imperar. Até porque o meu direito termina onde começa o direito do meu semelhante. Eu só estou chamando a atenção para a necessidade...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... de para não termos dois pesos e duas medidas. Eu não posso condenar agora e aplaudir o que aconteceu no passado recente. Eu condenei lá, como condeno agora. E acho que a coerência precisa ser uma premissa, uma condição no debate político. Agradeço a V. Ex^a o aparte.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero conceder, agora, rapidamente, à Senadora Vanessa.

Apenas quero dizer que, primeiro, enalteço aqui a posição do Senador Ferraço do ponto de vista de defesa da democracia. Democracia não combina com violência, democracia não combina com autoritarismo. Democracia combina com o diálogo, com a paz, com o debate, com o contraditório.

Agora, no que diz respeito aos episódios, o episódio de agora é completamente diferente. O que nós estamos vendo neste exato momento são grupelhos, uma horda, milícias fascistas, inclusive com ...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senadora, vou dar mais um minuto, porque há vários oradores inscritos com o mesmo interesse para ocupar a tribuna.

Vou conceder mais um minuto. Mais dois minutos. V. Ex^a quer dois minutos? Vou conceder dois minutos.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou passar para a Senadora Vanessa.

Só para deixar claro que são situações completamente diferentes. O que a gente viu lá é a barbárie, é o tiro.

Volto a dizer, ontem, nós poderíamos ter tido já um cadáver, fruto, exatamente, das manifestações de intolerância, de ódio, daqueles que não respeitam a Constituição. É a Constituição que assegura o direito de ir e vir, o direito à livre manifestação.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senadora...



A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senadora Fátima, acho que o Senador Ferraço tem razão. É isso mesmo: democracia se faz com palavras, contradições, divergências, que são tratadas com pronunciamentos, não com ações violentas. Então, o errado não é só a ação violenta. O mais grave, ainda, são autoridades que enaltecem atitudes violentas.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É isso o que nós estamos criticando.

(Soa a campanha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, quando houve – e de fato houve o episódio que o Senador Ferraço falou... Inclusive, quem falou disse que foi força de expressão. Quem falou aquilo disse, justificando-se, que foi força de expressão. Não houve violência, apenas um equívoco, uma força de expressão. Veja, Senadora, estou aqui com um documento da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul (Aprosoja). Vou encaminhar à Mesa, Senador Valadares, uma moção contrária ao que está aqui, de repúdio a exatamente os termos usados pela Senadora. "Conterá a história que um dia, no mês de março, tosca caravana, liderada por um corrupto condenado, veio e fez um trajeto no Sul. Ficará registrado que o povo daquela região, cuja hombridade estava conservada, deu de relho [deu de relho] no sujeito e em seus acompanhantes, personalidades cuja moralidade e reputação já fazem parte da infâmia". É esse o sentimento que estão espalhando...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É esse o sentimento que estão espalhando Brasil afora. Mas vou voltar a falar sobre esse manifesto. Parabéns, Senadora Fátima!

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero só concluir aqui dizendo, Senador Lindbergh, que a caravana do Presidente Lula segue, repito, levando a mensagem da esperança e organizando a resistência democrática.

Quero aqui deixar muito claro que os fascistas ladram, ameaçam, atiram, mas a caravana passa. E, por onde passa, aglutina multidões, organizando a esperança e a resistência democrática.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador Fernando Bezerra, pela liderança.

V. Ex^a tem cinco minutos para fazer o seu comunicado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Venho hoje a esta tribuna para tratar de problema que aflige os cidadãos de praticamente todas as grandes cidades brasileiras, mas que, no caso de Recife, assume contornos dramáticos: a mobilidade urbana.



Recife recebeu, pelo segundo ano seguido, o triste título de trânsito mais lento do País, em pesquisa realizada entre as dez maiores cidades brasileiras, superando metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo o Índice 99 de Tempo de Viagem (ITV 99), aplicativo de transporte urbano utilizado como termômetro dos congestionamentos, nos horários de pico – de 7h às 10h, pela manhã, e de 17h às 20h durante a noite –, os percursos na cidade levam em média 77% mais tempo do que em horários de tráfego livre. Enquanto Recife atingiu a marca de 77%, em São Paulo e no Rio de Janeiro, cidades bem maiores, o acréscimo de tempo foi de 69%.

Entre os destaques negativos estão o bairro de Dois Unidos, na Zona Norte da nossa capital, o trecho da BR-408, nas imediações da Arena Pernambuco, a saída de Recife pela rodovia BR-232, no Curado, além de áreas centrais como os bairros da Ilha do Leite, Derby, Coelhos e Boa Vista.

Ilustrativamente, Sr. Presidente, pode ser citado o tráfego da Via Mangue, importante saída da Zona Sul do Recife, alvo de polêmica, porque os motoristas de carro viram o tempo de viagem triplicar depois da implantação da Faixa Azul na Avenida Antônio de Goes, no Pina. Se houvesse uma rede semaforizada mais moderna, com controle de tráfego em tempo real, os especialistas acreditam que poderia haver um ganho imediato de 15% a 20% na fluidez do trânsito naquela região.

Além dessa constatação da escassez de investimento em mobilidade, o pouco que se investe investe-se mal.

Nesse quadro preocupante da mobilidade urbana da capital do Estado de Pernambuco, toda a população sofre e paga um preço alto, seja o trabalhador, seja o estudante, a dona de casa, o empresário. A rotina de trabalho torna-se mais cansativa com o tempo ocioso gasto em congestionamentos, saindo-se mais cedo de casa e retornando-se mais tarde, subtraindo-se horas de convívio familiar, descanso e lazer. Gasta-se mais com combustível, aumenta a poluição. Perde-se para outras capitais na cada vez mais acirrada disputa por competitividade, pois o setor produtivo não nos deixa esquecer de que tempo é dinheiro. O cidadão vê o dinheiro dos impostos sendo mal aplicado em área tão sensível à qualidade de vida.

Seja na mobilidade urbana, seja no crescimento econômico, na geração de emprego, a população enxerga e sente na pele que tanto Recife como o Estado de Pernambuco vão ficando para trás, vão perdendo o dinamismo, o protagonismo regional de que desfrutávamos há alguns anos.

Mas quero deixar aqui uma palavra de esperança. Quero firmar minha convicção de que podemos mudar esse cenário e estou certo de que Pernambuco quer mudar. Essa mudança vai acontecer com muito trabalho, competência e seriedade. Por isso, renovo o meu compromisso com essa empreitada.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de registrar aqui a decisão do Ministro Henrique Meirelles de se filiar ao partido do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB. Na realidade, isso coloca o MDB no jogo da sucessão presidencial.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – O Ministro Henrique Meirelles é o grande condutor de uma política econômica que vem trazendo resultados importantíssimos para a sociedade brasileira: a inflação abaixo de 3%, os juros da Selic no



menor patamar da sua história, o crescimento econômico recuperado com projeção de crescimento de 3% e, sobretudo, o emprego.

Quanto ao emprego, nos primeiros meses de janeiro e fevereiro, já há mais de 130 mil contratos formais de emprego, apontando-se para a geração de mais de um milhão de empregos formais neste ano.

No ano passado, o Brasil gerou algo em torno de um 1,6 milhão de novos postos de trabalho. A maior parte foram empregos informais, apenas 400 mil empregos formais. Mas neste ano vão ser duas vezes e meia a mais, e vai haver um volume total de contratos de trabalho de mais de 2,5 milhões.

Portanto, é com muita alegria...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – ... é com muita confiança, com muito entusiasmo que a gente quer aqui registrar a decisão do Ministro da Fazenda de se filiar ao MDB, para colocar o seu nome à disposição do nosso Partido, para que ele possa construir – quem sabe? – ou a candidatura à eleição do atual Presidente Temer, compondo como um candidato à Vice-Presidência da República ou até mesmo, daqui até julho, quando o Presidente vai se definir pela reeleição ou não, o nome do Ministro Henrique Meirelles ser uma alternativa para que o MDB possa participar da sucessão presidencial.

Portanto, quero aqui registrar e reconhecer o trabalho exitoso do Ministro da Fazenda à frente da equipe econômica, equipe econômica essa que continua para que a gente possa colher ainda mais resultados ao longo deste ano de 2018.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Obrigado, Fernando Bezerra, pelo cumprimento do tempo reservado a V. Ex^a.

Agora concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do Estado do Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente Antonio Carlos Valadares, que preside esta sessão, marcada antecipadamente por conta do feriado da Páscoa que teremos. Estamos aqui cumprindo com o nosso dever, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Aqui, a gente tem, na expressão do Senador Ricardo Ferraço, o trato das questões semelhantes, mas com pesos diferentes.

Força de expressão. Força de expressão foi a forma como eufemisticamente e retoricamente uma Senadora descreveu aquela ameaça que Vagner Freitas, Presidente da CUT, dentro do Palácio do Planalto, ameaçou pegar em armas para enfrentar os adversários do Presidente Lula.

Força de expressão...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ele justificou aquilo, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Força de expressão...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ele aqui justificou, dizendo que não era a intenção.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Tem uma oradora na tribuna, Senadora Vanessa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Força de expressão foi quando a Presidente do Partido, uma Senadora da República – autoridade, portanto –, disse que, se o ex-Presidente fosse preso, haveria morte, muita morte.

Força de expressão foi quando um outro Senador, do mesmo Partido, falou em desobediência civil.

Tudo isso...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tudo isso é apenas força de expressão.

Então, nós estamos tratando...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Peço um aparte, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador Lindbergh, V. Ex^a está inscrito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas eu queria um aparte da Senadora. A Senadora, esta semana, incitou o ódio, a violência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Bom, ela é a dona da palavra, neste momento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na hora certa, Senador, eu farei isso a V. Ex^a

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria muito. Eu queria muito dar essa oportunidade a V. Ex^a, porque V. Ex^a tem que se explicar para o País sobre o que aconteceu essa semana.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, quem tem que explicar é V. Ex^a, Senador.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Gostaria, Senadora, de um aparte.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu teria o maior prazer. Uma coisa, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador Lindbergh, a Senadora Ana Amélia, ao conceder o aparte...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A Senadora Ana Amélia, depois de haver um caso no Rio Grande do Sul, em que um trabalhador rural...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não me torne, Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... foi chicoteado...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não me torne bode expiatório dos seus problemas!



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... em que um trabalhador rural foi chicoteado!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não me torne bode expiatório dos seus problemas!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E V. Ex^a disse atirar ovos...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não me torne bode expiatório dos seus problemas!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... e levantar o relho, Senadora!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não me torne bode expiatório das suas mazelas, dos seus...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... problemas, Senador Lindbergh e Senadora Vanessa! Bode expiatório do julgamento da 4^a Região, segunda-feira. *(Fora do microfone.)*

Não me torne bode expiatório dos problemas do seu Partido e do seu Presidente da República. Não me torne! Não me torne, porque isso é indigno da inteligência dos senhores! Não me torne bode expiatório de uma coisa que também falseou a verdade, a Senadora que o antecedeu, dizendo que eu falei em uma cerimônia pública.

Não, foi numa cerimônia reservada ao meu Partido, o Partido Progressista, onde o clima partidário sobrepõe-se. Às vezes, está a paixão envolvida. Então, por favor, poupem-me, poupem a paciência dos brasileiros que se cansaram de ouvir essa expressão: "É o golpe". Os golpistas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a vai me dar um aparte?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não vou lhe conceder um aparte! Não vou lhe conceder um aparte, enquanto eu não terminar de falar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu quero saber se me concede também, Senadora?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero dizer, Senadores...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Com muita tranquilidade, que eu acho que é um bom debate este.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui também repete-se todo dia sobre o golpe. Golpe quem deu foram os senhores que tiraram o dinheiro, têm que explicar a roubalheira na Petrobras, têm que explicar a Lava Jato, nenhuma palavra sobre as ameaças que o Ministro Luiz Fachin sofreu e ele próprio denunciou. Nenhuma palavra, nenhuma solidariedade às ameaças, que são muito graves, porque é uma ameaça a um homem, a um Ministro da Suprema Corte. Ameaçado por quê? Pelas decisões que está tomando? Que País é este? Que democracia é esta? Cobrar de uma Senadora que falou em uma convenção do partido? Traduzam o que eu falei. E se isso é incitação à violência, desculpem-me. Mas me poupem.



Aquilo que foi dito agora: força de expressão – força de expressão. Foi isso. Força de expressão! Então, eu sou julgada para ser bode expiatório deles, mas não serei. Estou sendo julgada pelos eleitores do Rio Grande do Sul, pela sociedade brasileira que acompanha o meu desempenho nesta Casa. Desde que cheguei aqui, em 2011, tenho o cuidado de gastar com muita parcimônia o recurso que nós temos à disposição. Por isso, votei a favor do controle de gastos. Não tivesse sido isso...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A responsabilidade por conceder o aparte cabe ao orador que está na tribuna, Sr. Senador Lindbergh Farias. Quando eu permitir o aparte, eu o farei, Senador. Tenha paciência, por favor. Gentilmente, peço-lhe. Tenha paciência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senadores, o nosso Regimento...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu estou usando apenas o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a não pode interromper o orador na tribuna. Aqui está no Regimento: "c) a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a um só Senador; d) o aparte proferido sem permissão do orador não será publicado;"

Veja que o Regimento protege quem está na tribuna.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a aguarde um pouco, porque aqui nós estamos presidindo uma sessão em que os Senadores têm todo o direito de falar. Agora, o aparte só pode ser concedido por quem está na tribuna.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Como S. Ex^a não concede o aparte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a tem o direito de falar, já está inscrito aqui. Daqui a 20 minutos, 10 minutos, V. Ex^a terá todo o tempo necessário para rebater o que foi dito aqui na tribuna.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a tem a palavra garantida, como vou garantir a do Senador Lindbergh.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço a V. Ex^a, porque usou comigo, Senador, anteriormente – que eu ia fazer um aparte e V. Ex^a disse que eu tinha o horário previsto para falar –, o mesmo que está usando agora com o Senador Lindbergh. É preciso que o Regimento seja respeitado e V. Ex^a o está fazendo exemplarmente.

Ontem, aliás, o Senador Cássio Cunha Lima fez um comentário e foi censurado, como se não estivesse na posição que está V. Ex^a, defendendo a Instituição, que foi genericamente atacada, acusada por ter votado a favor do *impeachment*.

Então, as palavras do Senador Cássio Cunha Lima foram, eu diria, violentamente atacadas por quem não respeita a democracia. O Regimento Interno do Senado é muito claro.

E queria dizer também a todos que a sociedade brasileira está acompanhando. Jamais esta Senadora... Jamais! Isso contrariaria todo o meu comportamento. Ao longo do tempo em que fui jornalista – quase 40 anos, 33 numa mesma empresa –, tive apenas, em 33 anos, como jornalista, um processo – um processo. E, nesse processo, como jornalista, eu fui absolvida, porque eu disse uma verdade dura, muito dura.

Aqui, quando se fala na questão de golpe, se esquece de tudo que este País pagou e está pagando ainda, vergonhosamente, por ser visto lá fora como um país corrupto – um país corrupto –, que jogou dinheiro pelo ralo para financiar projetos inexistentes, que hoje estão aí numa verdadeira sucata: o Polo Naval de Rio Grande, as grandes obras da Copa de 2014, a Petrobras destruída, a Eletrobras apresentando cada dia mais rombos nas suas contas, o dinheiro que foi para a Venezuela e não voltou, o dinheiro que foi para a Bolívia e não voltou e assim por diante. O brasileiro é que está pagando isso. Está espetando no bolso dos brasileiros contribuintes tudo isso que foi desviado, desviado dos cofres públicos – cofres públicos, quer dizer, dinheiro dos contribuintes.

Então, nós temos que examinar a situação que estamos vivendo e a forma como foi hostilizado o ex-Presidente e sua caravana exatamente como uma reação daquelas pessoas que estão indignadas com essa crise profunda que estão vivendo, que faz com que professores de Rondônia ou do Amazonas não recebam os salários em dia, simplesmente porque este País quebrou, quebrou na mão de quem não soube administrar o País, simples assim, simples assim.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora querem me transformar num bode expiatório das suas mazelas, num bode expiatório!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Um aparte, Senadora Ana Amélia?



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Força de expressão? O Vagner Freitas é força de expressão. A Gleisi Hoffmann, quando diz que vai haver morte, é força de expressão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Um aparte, Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quando o Senador Lindbergh fala em desobediência civil, é força de expressão. Mas não ouço aqui nenhuma palavra, nenhuma palavra para dizer que é uma ameaça grave à democracia o que foi feito contra o Ministro Fachin, que é relator da Lava Jato – nenhuma palavra, nenhuma palavra!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Peço um aparte, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um momento, Senadora. Eu vou terminar e...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Aguardo. Perfeito. Muito obrigada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nenhuma palavra sobre isso.

Então, caros Senadores e Senadoras, nós temos que ver as coisas como elas são e não como as pessoas querem que sejam vistas. O enfrentamento, quem dividiu a sociedade brasileira não fui eu. Quem disse nós e eles – nós somos melhores, eles não prestam, eles são caloteiros...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não fui eu que disse isso. E, a cada ação, há uma reação. E os meus pronunciamentos eu assumo. O que eu fiz foi dentro de um ambiente de partido político, numa convenção altamente disputada, em que eu precisava para os meus correligionários dar recados bem claros do ano que nós íamos viver.

Então, com toda a serenidade aqui, condeno qualquer tipo de violência. Acho que tiros não devem e não podem – não podem! – ser dados em ninguém, nem no meu adversário, nem no meu aliado, porque a minha regra moral é a mesma para o adversário e para o meu aliado.

Em todos os momentos das decisões aqui desta Casa, eu demonstrei essa coerência. E essa coerência é necessária para o julgamento da sociedade, porque a minha coligação é com a sociedade gaúcha, que me conhece; é com a sociedade brasileira, que me conhece.

Então, eu não preciso...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... dar explicações para quem quer me transformar, simplesmente, num bode expiatório para os seus problemas, para os seus julgamentos.

Então, meus caros telespectadores que acompanham esta sessão... Quero agradecer muito, Senador Valadares, por fazer prevalecer aqui o Regimento Interno do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer nesta manhã.



Muito obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a vai me conceder o aparte ou não? V. Ex^a vai conceder? Ou está fugindo?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não estou fugindo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a está fugindo?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não estou fugindo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – De um debate franco.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fale, Senador. Fale, Senador.

Nunca fugi da raia. Gaúcho não foge da raia. Na minha terra, Lagoa Vermelha, gaúcho não foge da raia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a já está encerrando o tempo. Já lhe dei dois minutos e vou dar um minuto para que o Senador Lindbergh possa falar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ela aceitou o aparte.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um minuto é o que a Mesa está dando.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, nós estamos em tão poucos no plenário... Vamos promover o debate, Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ela aceitou o aparte, Senador Valadares.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Somos poucos aqui no plenário.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos alongar o debate, Sr. Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Eu sou o próximo orador inscrito e eu preciso fazer uma viagem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, está bom. Então, eu fico no lugar de V. Ex^a, dirigindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Mas não estou com a passagem aqui ainda.

(Soa a campainha.)



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu fico no lugar de V. Ex^a. Eu me proponho a ficar no lugar de V. Ex^a, dirigindo os trabalhos.

Obrigada.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Ana Amélia, desde a Constituição, nós não temos situações de violências como essa. Uma coisa é a senhora falar sobre o Presidente da CUT e dizer que eu falei em desobediência civil. Sobre desobediência civil, é importante a senhora ver que desobediência civil é uma manifestação claramente pacífica. Quem começou isso chamava-se Henry Thoreau, Gandhi, Martin Luther King. São manifestações pacíficas. O que houve no Rio Grande do Sul e no Sul do País e o que houve na fala de V. Ex^a são diferentes. São milícias armadas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Força de expressão, Senador.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, não é força de expressão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas para o Wagner é força de expressão. Dê-me o direito de tratar com igualdade.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Escute V. Ex^a: se alguém se exalta nas palavras, é uma coisa. Eu estou falando agora em tiros contra uma caravana do Presidente Lula.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A polícia está investigando, Senador. A polícia está investigando de onde partiram.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Mais um minuto.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quebraram o vidro ao lado da Presidenta Dilma. Atentados. Esta cena aqui foi na sexta-feira, em Santa Maria. Este é um chicote, um relho, que V. Ex^a citou, dado nas costas de um trabalhador rural. No sábado, V. Ex^a, num evento do PP, fala que "botou para correr aquele pessoal" e fala "atirar ovo, levantar o relho, levantar o rebenque". O que a senhora quis dizer?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Relho levantado... O senhor não conhece essa expressão.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Relho é um chicote.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Relho levantado não é bater.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Relho é um chicote.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor não conhece a lide campeira, Senador. O senhor não conhece.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Veja V. Ex^a: esta foto circulou na sexta-feira. Isso aqui não são falas agressivas. Eu estou



falando de fatos. V. Ex^a, na verdade, fez incitação ao ódio e à violência no dia seguinte ao que aconteceu isso. V. Ex^a disse...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... "levantar o relho". Eu fico pensando, Senadora Ana Amélia...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, o relho...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... na cabeça escravocrata.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nas manifestações dos senhores, pode haver facões e foice.

Vou lhe dizer, Senador, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, numa manifestação dos seus aliados, um soldadinho da Brigada Militar, o Valdeci, estava lá defendendo a paz da manifestação. Sabe o que aconteceu? Uma foice dos manifestantes aliados ao senhor...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a está equivocada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... foi colocada no pescoço e matou o soldado.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Ana Amélia, 65 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados em 2017.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi assassinado na manifestação.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os camponeses são assassinados.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na Borges de Medeiros, em Porto Alegre, Senador.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sessenta e cinco trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados em 2017. Nós... A senhora não venha dizer isso...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não sou bode expiatório, Senador...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A esquerda brasileira tem um verdadeiro compromisso democrático neste País. O que está acontecendo aqui é diferente. Eu digo: V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu tenho direito de falar. Eu estou inscrito.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu encerro a minha fala, dizendo que o que V. Ex^a fez foi incitar a violência. A senhora é um pouco responsável pelos tiros no ônibus do Presidente Lula...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, eu sabia que você ia fazer isso. Eu sabia que você ia chegar a isso.



O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. Claro. V. Ex^a...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é a covardia de quem diz para os outros que é força de expressão...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a acha normal...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Força de expressão.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... uma Senadora dizer "atirar ovo, levantar relho"? V. Ex^a acha isso razoável?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, isso não é preciso...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Depois que apedrejaram os ônibus! Essa é a pergunta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vai dizer que... Qual é a relação entre ovo e tiro, Senador?

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não... E pedras! Relho...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está certo. Está certo. Obrigada.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a sabia das agressões que estavam acontecendo. Eu, sinceramente, esperava um pouquinho...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não force a barra, Senador. Não force a barra.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu esperava uma postura de grandeza de V. Ex^a...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não force a barra.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E pedir desculpas...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não force a barra.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... e se retratar. Mas, infelizmente, não. V. Ex^a é uma dessas...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Senadora Gleisi Hoffmann não pediu desculpas aqui na tribuna, quando disse...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas a Senadora Gleisi...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Falou em morte. Falou em morte. "Vai ter morte."

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A Senadora Gleisi não fez nada.



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Vai ter morte."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Tempo esgotado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senadora Ana Amélia, eu...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Passo a palavra...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu lamento...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Antes de passar a Presidência...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... ao Senador Dário Berger, eu gostaria de anunciar o seguinte: a Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se no dia 2 de abril, às 11 horas, destinada a homenagear a erradicação da febre aftosa no Brasil e o reconhecimento internacional da condição de país livre da doença, nos termos do Requerimento nº 39, de 2018, do Senador Waldemir Moka e outros Senadores.

Passarei a Presidência ao Senador Dário Berger e agradeço a disponibilidade da Senadora Ana Amélia.

E finalmente eu vou exercer o meu direito de falar.

E agradeço aos Senadores pelo fato de terem obedecido religiosamente ao nosso Regimento, respeitando o orador na tribuna.

Obrigado.

(O Sr. Antonio Carlos Valadares, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Nem agradeceu a minha disponibilidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Grazziotin, eu quero agradecer a sua disponibilidade, a sua boa vontade para com este humilde Senador.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ontem, o Presidente da Petrobras, depois de anunciar a hibernação, ou seja, o fechamento das fábricas de nitrogenados em Sergipe e na Bahia, por pressão das Bancadas desses dois Estados, deliberou que essa hibernação só vai acontecer, agora, a partir de 31 de outubro.

Ou seja: em se tratando de uma medida antipática, impopular, uma medida que vai prejudicar centenas de trabalhadores do setor petroquímico, em Sergipe e na Bahia, para doirar



a pílula, o Governo do Presidente Temer resolveu adiar o fechamento dessas duas fábricas para após as eleições, para o período imediato à realização das eleições.

É, a meu ver, uma decisão um tanto quanto capciosa, uma decisão para atenuar a revolta, o desespero e desassossego das populações de dois Estados do Nordeste que foram humilhados pela Petrobras.

Achamos, Sr. Presidente, que este Governo não tem legitimidade suficiente para tocar e para levar à frente determinadas decisões. Aí está o exemplo da reforma da previdência, prometida publicamente para refrear o desejo do mercado. No entanto, a reformada da previdência foi, como nós prevíamos, uma imprevidência do Governo. Tanto, que o Senador Hélio José fez uma CPI e publicou um relatório, mostrando por a mais b que a reforma da previdência não tem sentido, não tem fundamento, porque, se o Governo cobrasse os seus devedores, esse buraco da Previdência já estaria tapado.

Ora, o Governo que não tem legitimidade para fazer reformas, porque não foi eleito diretamente pelo povo, não pode tomar decisões estapafúrdias como essa de fechar fábricas e, depois, para atenuar a situação, entrar num sofisma, para enganar a população de Sergipe e da Bahia, dizendo que "após as eleições..." Ora, eu fico com a pulga atrás da orelha. Aquilo que seria agora concretizado, no final de junho, agora só vai ser concretizado depois das eleições. Ora, o Governo já está terminando, o Governo já está se acabando, está finalizando a sua ação nefasta contra dois Estados. Por que não deixar para o próximo governo? Por que após as eleições? Para ganhar simpatia dos trabalhadores, e os trabalhadores sabendo que existe já uma espada de Dâmocles, depois da eleição, para fechar as duas fábricas? Eu não concordo.

Estive na reunião das duas Bancadas e fiquei calado o tempo todo, porque eu sei o que está reservado para os trabalhadores do meu Estado de Sergipe e do Estado da Bahia.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – V. Ex^a me concede?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador, eu quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que acompanho, não diretamente, porque não faço parte nem da Bancada da Bahia, nem da de Sergipe, mas eu estou acompanhando o exercício, a mobilização de todas as senhoras e os senhores do Senado e da Câmara dos Deputados, no sentido de que essa importante unidade produtiva não seja fechada, gerando não apenas um prejuízo para a própria Petrobras, para a sua produção, mas um prejuízo para centenas ou milhares de trabalhadores que lá atuam, Senador. Então, eu quero aqui registrar que estou acompanhando o empenho de todas as senhoras e dos senhores. Segundo, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, porque, infelizmente, Senador, o que nós estamos sentindo e percebendo é isto: algumas coisas nefastas ao Brasil e ao povo brasileiro, como essa decisão da Petrobras, como a reforma previdenciária, parece que muitos deles estão só querendo que a eleição acabe, para voltar à carga.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Como se o mandato deles não terminasse.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente, Senador. Tanto, que o Senador Requião levanta a bandeira "Vamos anular tudo!", um plebiscito revogatório, para revogar tudo que fizeram. Eu não quero chegar ao ponto



de revogar, porque eu não quero que façam. Não podem fazer! Então, nós precisamos nos unir aqui, Senador, porque eles estão preparando uma espada...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – A espada de Dâmocles.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente! Querem atingir as costas dos trabalhadores, da população do Brasil, com uma espada pelas costas. Acabando as eleições, voltam à carga. Não vamos permitir, Senador. Parabéns! E que o Nordeste conte conosco também, do Norte, nessa importante luta que os senhores travam. Vejo a Senadora Lídice, vejo o Senador Otto, V. Ex^a e tantos outros, lutando pelos direitos do povo do Nordeste. Parabéns, Senador!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora, e incorporo suas palavras muito generosas e oportunas, em solidariedade aos dois Estados.

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – Nobre Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador Hélio José, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – Eu quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que, como Relator da CPI da Previdência, foi isso mesmo: provamos, por A, B, C e D, que o Governo faltava com a verdade, que os números estavam totalmente equivocados. Daí eu achar que Henrique Meirelles ser candidato a Presidente do Brasil é uma piada, até porque ele foi, inclusive, citado como uma pessoa que teria que ser indiciada, por passar números falsos para o Brasil, com relação à reforma da previdência. E nós comprovamos, por A, B, C e D, que estava equivocado. Tanto é, que foi aprovado por unanimidade o nosso relatório. Quero cumprimentar V. Ex^a também no sentido do alerta que V. Ex^a faz, de que é impossível admitir que setores produtivos como este, a que V. Ex^a se refere, a Petrobras venha a querer fechar, atrapalhando toda a rede de geração de emprego no Estado da Bahia...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – E a agricultura, produção de alimentos, fertilizantes!

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – Isso! Então, nobre Senador, isso é um absurdo! Eu mesmo protocolei aqui uma CPI, com 42 assinaturas – como V. Ex^a estava de licença, o Senador Elber Batalha assinou, e V. Ex^a ratificou –, a CPI do Setor Elétrico, para provar, também por A, B, C e D, que o Governo equivoca-se quando quer dar o nosso setor elétrico de graça para os banqueiros e para as pessoas que são contra o nosso País. Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a, para não atrapalhar o discurso de V. Ex^a, e dizer que é com muita satisfação que faço este aparte, pois V. Ex^a está falando coisas que realmente interessam a todo o povo brasileiro e que merecem todo o nosso apoio e nossa solidariedade. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Hélio José.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a tolerasse que eu lesse, agora, uma página e meia do meu discurso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Agradeço.



Então, Sr. Presidente, foi intolerável e desrespeitosa a decisão abrupta do Governo Temer de fechar as fábricas de fertilizantes nitrogenados da Petrobras, no Estado de Sergipe e no Estado da Bahia.

No que se refere a Sergipe, a fábrica, instalada desde 1982, no Município de Laranjeiras, marcou um novo ciclo de desenvolvimento na região, gerando emprego e ampliando divisas.

Atualmente, a Fafen de Sergipe garante o emprego direto a cerca de 300 trabalhadores, 700 empregos diretos e indiretos, e quase 500 terceirizados e suas famílias.

A intenção do Governo Temer é claramente privatista. Diz a Petrobras que a decisão está alinhada ao posicionamento estratégico de sair integralmente das atividades de produção de fertilizantes.

E eu abro um parêntese aqui: assim como estão fazendo com a Fafen, estejamos prontos para reagir nas eleições, a fim de não deixarmos esse grupo vencer as eleições, porque eles iriam privatizar a Petrobras.

Alega ainda a Petrobras resultados negativos em 2017, sem, no entanto, discutir a possibilidade de saídas que possam reverter a situação.

Não se deveria, em hipótese nenhuma, abrir mão do patrimônio, desestruturar a economia de uma região já carente e colocar em risco a subsistência de tantas famílias sem antes buscar alternativas.

Para além das perdas econômicas, age este Governo na contramão da lógica do mercado interno e da tendência mundial. A demanda global por fertilizantes nitrogenados cresce, e os preços internacionais devem aumentar até 15%.

O agronegócio é responsável por um quarto do Produto Interno Bruto nacional. De acordo com a OCDE, entre 2010 e 2020, nossa produção de alimentos pode crescer até 40%.

Como se vê, o fertilizante é insumo essencial na produção de alimentos, e este é um País que depende da agricultura e que tem tido safras excelentes a sustentar o ainda pífio crescimento da nossa economia.

Hoje a dependência brasileira da importação de fertilizantes nitrogenados é da ordem de 70%. Com o fim das fábricas, essa dependência passará a ser absoluta.

Países como os Estados Unidos estão justamente no caminho inverso, instalando plantas de fertilizantes nitrogenados, porque sabem da relevância para o cultivo, e os americanos querem tomar a frente na produção de alimentos, e só com fertilizantes é que se pode ganhar a dianteira e empreender novas tecnologias de plantio naquele país.

A Petrobras está atentando contra os interesses do povo brasileiro e colocando em risco nossa segurança alimentar para, mais uma vez, entregar nosso patrimônio a multinacionais.

As Bancadas de Sergipe e da Bahia estão reagindo, como também a Bancada do Paraná, onde há também uma fábrica de fertilizantes. Saberemos responder a essa brutalidade. Lutaremos contra essa violação dos interesses nacionais, com grave repercussão também para a sobrevivência de centenas de trabalhadores e de suas famílias.

Sr. Presidente, o que eu ouvi ontem do Presidente da Petrobras, que afirmou, alto e bom som – uma decisão tão grave, que prejudica dois Estados nordestinos e a economia do Brasil; ele disse textualmente, e eu ouvi com estes ouvidos, com estas ouças –, que o Presidente da República não sabia dessa decisão. Senador Moka, como é que se fecham duas fábricas de fertilizantes no Nordeste, prejudicando a nossa agricultura, que é responsável hoje pelo aumento



do nosso PIB e por barrar o processo inflacionário, e o Presidente da República não tinha conhecimento disso? Tinha conhecimento, sim.

O Presidente da Petrobras é demissível *ad nutum* pelo Presidente da República e jamais tomaria uma decisão tão grave que prejudicasse trabalhadores e a economia do Nordeste e do Brasil sem audiência prévia do Presidente da República. Não venha com essa! Não venha com esse sofisma. Assuma suas responsabilidades cada um, porque, daqui desta tribuna, estaremos fiscalizando a ação do Governo Federal e da Petrobras, que recebeu benefícios, Senador Moka, lá no Estado de Sergipe, que nenhuma outra empresa recebeu.

Nós temos lá um porto que foi construído não só pela própria Petrobras; nós temos a adutora do São Francisco; temos sistema de energia elétrica; sistema de transporte, tudo organizado para receber os investimentos da Petrobras. E, agora, a Petrobras, num processo de desinvestimento, se afasta quase que completamente do Estado – 50% do que a Petrobras agia no Estado já desapareceram, não só em produção de petróleo e, agora, na promessa de fechamento dessas duas fábricas.

Concedo a palavra, num aparte, se V. Ex^a me permitir, ao Senador Moka, que é um dos grandes defensores da agricultura brasileira nesta Casa.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Primeiro, Senador Antonio Carlos Valadares, eu acho um equívoco muito grande – primeira coisa. Segunda coisa, o Chefe da Casa Civil esteve numa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos nessa terça-feira – ontem –, e, textualmente, ao ser indagado pelo Senador Fernando Bezerra, ele disse que esse assunto vai ser rediscutido com o Presidente, evidentemente ali na Casa Civil. E prometeu que vão encontrar uma alternativa, porque é um absurdo! A agricultura depende de nitrogênio, fósforo e potássio, e nós somos importadores disso! Não há como justificar, sem falar no prejuízo econômico que traria, ou que trará, ao Estado. Então, eu quero que V. Ex^a saiba que, nessa luta aí, eu sou seu aliado e acho que a maioria aqui do Senado não pode concordar com esta história de que há algum problema econômico ou algum déficit. Mas o problema é que nós dependemos disso, e isso não pode acontecer, porque a economia, o problema econômico vai ser acima dessa questão que vai afetar produtores, produtoras e, acima de tudo, a economia do seu Estado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Moka, e, com o seu aparte, encerro meu discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Agora, o próximo orador inscrito é o Senador Hélio José, a quem concedo a palavra.

Inscritos em seguida estão o Senador Lindbergh e o Senador José Medeiros.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, muito obrigado. Nossos ouvintes da TV e da Rádio Senado, é com muita satisfação que volto aqui a este plenário. Cumprimento S. Ex^{as}, Senador Pedro Chaves, Senador Moka, Senador Ferraço, Senador Valadares e demais Senadores presentes a esta sessão. Meus cumprimentos a todos.

O tema que me traz aqui hoje é a segurança pública.

Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez também quero deixar claro a minha indignação contra a agressão, em qualquer manifestação pública, em qualquer situação, seja de sentido religioso,



seja de sentido político, seja de qualquer sentido. A Constituição brasileira prevê o direito de todos se manifestarem, de defenderem os seus pontos de vista, suas ideias. E temos que repudiar todo e qualquer tipo de violência.

Foi falado aqui por uma Senadora, há pouco tempo, que, de fato, é inconcebível ameaça ao Ministro Fachin, como é inconcebível ameaça ao Presidente Lula, ameaça à Presidente Dilma, ameaça a qualquer um que queira manifestar suas ideias. Nós não podemos concordar com essa tese.

Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo aqui discorrer, de forma breve, sobre essa situação de combate à violência no nosso País. Há necessidade de se fixar algumas ideias sobre este assunto para que, depois de tomadas algumas decisões e encaminhadas supostas soluções, não venhamos a chorar sobre o leite derramado.

Nesta legislatura, Sr. Presidente, o Senado Federal pretende tratar o combate à violência como tema prioritário da sua pauta, está no mesmo rumo do Governo Federal. Nesta Casa, já se começou a discutir a implantação de um sistema integrado de segurança pública. Nada contra, mas é necessário que se façam ressalvas tendo em conta que esse tema é muito complexo e exige soluções duradouras. É isso que nós precisamos fazer aqui.

Ora, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é claro que se trata de um assunto muito importante em decorrência do avanço da violência no País, tendo em conta que as facções criminosas se armaram de tal maneira que hoje o enfrentamento tem um cenário de guerra declarada. Este é o caso do Rio de Janeiro.

É bom que se diga que esse avanço da criminalidade é consequência de um descaso muitas vezes até do próprio Poder Executivo ou do próprio Poder Legislativo durante muitos anos passados. O que fizemos até agora? Ao meu ver, muito pouco foi feito. Precisamos fazer muito mais. Precisamos ser mais rígidos – Senador Ferraço, o senhor que é um combativo aqui da legislação – nas leis para garantir que realmente o Código Civil, para garantir que o Código de Processo Penal sejam devidamente aplicados na sua plenitude.

Não se pode esquecer de que situações semelhantes àquela do Rio de Janeiro estão ocorrendo em outros Estados. E já tivemos exemplos nas cidades de Natal, Fortaleza, Manaus e Recife, cujos eventos de rebeliões e chacinas ganharam destaque na mídia recentemente. E até em cidades próximas, como Alexânia, onde estudei, em que uma criança, uma menina foi assassinada dentro da escola, na sala de aula, porque se negou a dar atenção a uma pessoa. Então, são coisas inexplicáveis. Aqui, em Brasília mesmo, crimes graves acontecem.

Essas cidades, no *ranking* publicado no UOL Notícias, de 07/03/2018, estão entre as mais violentas do mundo. Aqui faço um parêntese interessante: o Rio de Janeiro não está nessa lista, por incrível que pareça.

Essa situação caótica na segurança pública poderá se agravar mais ainda nessas cidades e em outras cidades do País. Se isso acontecer, teremos uma força repressiva capaz de contê-la? Espero que sim, mas está difícil acreditar nisso.

Senador Ferraço, que é do Estado do Espírito Santo – conheço bem Vitória, conheço bem Vila Velha, conheço bem o Estado –, percebe-se que Cariacica, onde houve todo aquele enfrentamento naquela época do Camata e outros, ainda continua com uma violência muito grande – região de Serra, de Cariacica, etc.

Então é necessário ter atitudes duras para conter, de fato, essa violência urbana que assola nossos grandes centros, nossas metrópoles.



Aqui na nossa região do entorno de Brasília não é diferente.

Essa situação caótica na segurança pública poderá agravar-se mais ainda nessas cidades e em outras cidades do País. Se isso acontecer teremos uma força repressiva capaz de contê-la? Essa é a pergunta que fica no ar.

Querer controlar a situação da violência no País, primordialmente, e mediante o uso da força armada, é um ledor engano, um remédio paliativo. Tenho pena, inclusive, do interventor, General Braga Netto, que já enfrenta a situação no Rio de Janeiro. Vai enxugar gelo e, ao final de sua intervenção, terá um resultado pífio. Quem assistiu aos grandes jornais da TV de ontem viu a situação que está no Rio. Não tem policiamento que acompanhe diuturnamente, como gostaria de ter o Sr. Braga Netto.

Temos muitos exemplos que mostram que apenas o emprego da força policial militar não resolve o problema. Grandes chefes do tráfico de cocaína foram presos nos últimos anos. Outros foram mortos. O que aconteceu? A violência aumentou, o tráfico aumentou, as facções criminosas estão utilizando armamentos mais sofisticados e semelhantes àqueles utilizados pelas Polícias Militares e até pelo Exército. Conclusão óbvia: outros grandes chefes apareceram, tomaram o lugar dos antigos, que foram presos ou mortos, e toda repressão até agora executada para conter o crime organizado não teve o efeito desejado ou até mesmo quase efeito nenhum.

Vamos a algumas estatísticas de crimes contra a vida veiculadas pela imprensa falada e escrita, Sr. Presidente. Tivemos, em 2016: 61.263 homicídios, com crescimento de 4% em relação ao ano anterior – são sete pessoas mortas por hora no Brasil –; 2,6 mil latrocínios; 4,2 mil mortos em ações policiais; 49 mil estupros. Imaginem, senhoras e senhores, nossas mulheres e crianças que estão nos ouvindo, 49 mil estupros! E 1.066.674 carros roubados ou furtados.

Sr. Senador, Pastor Bel, que tanto tem combatido a violência no seu nobre Estado do Maranhão, imagine a importância que tem essa questão de termos, realmente, um combate correto à violência.

Esse é um cenário aterrador. A situação da violência no Brasil é endêmica e deve ser enfrentada indo-se ao cerne da questão. É necessário que o País tenha uma política de Estado para esse enfrentamento, iniciando por minimizar ou eliminar as maiores carências de nossa população, nobre Pastor Bel.

O País já perdeu muito tempo, Sr^{as} e Srs. Senadores. Qual é a solução eficaz e duradoura e que não se faz num passe de mágica? É focar na educação da população e na inclusão social, com a criação contínua de emprego e renda. Essas são as soluções, nobre Senador, nobres Senadores e Senadoras aqui presentes, nobre Senador Reguffe. Não adianta querer solução mágica. Solucionar violência com violência não vai levar a nada. O que nós precisamos são de situações estruturantes. Precisamos garantir, como V. Ex^a tanto fala aqui, a defesa do direito do contribuinte, que tanto paga neste País e que tem poucos direitos.

O Sr. Pastor Bel (PRTB - MA) – Senador, V. Ex^a pode me dar um aparte na sua fala? Pode ser?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Daqui a um minutinho, darei, sim, Pastor Bel.

Então, o que precisamos fazer? Garantir que esse contribuinte, que é o patrão dos servidores públicos no Brasil, tenha condição de ter um Estado trabalhando em defesa da livre concorrência; em defesa do contribuinte, para que tenha seus direitos constitucionais preservados; em defesa da não violência.

Pastor Bel, por gentileza.



O Sr. Pastor Bel (PRTB - MA) – Senador, V. Ex^a sempre preocupado com a segurança. Isso é um problema sério em nosso País, principalmente no meu Estado. Agora, há poucos dias, o banco ali em Dom Pedro... Os bandidos tomaram conta da cidade, fizeram um terror muito grande. Hoje, naquela região ali, para se conseguir alguma coisa em banco, se tem que viajar 80km, 100km para fazer algum depósito ou transferência. Os comércios estão quebrando em Santo Antonio dos Lopes, em Dom Pedro, naquela região toda. A violência está muito grande. Nós temos que tomar uma providência. Os bandidos estão fazendo terror no nosso País, no nosso Brasil. Quero até aproveitar aqui e registrar a presença dos policiais rodoviários, ferroviários, que estão aqui presentes. É uma classe de 3.555 policiais que estão numa luta, numa guerra. E quero registrar também a presença do Danilo, lá de Imperatriz, Pastor Danilo, e parabenizar V. Ex^a pelo discurso. O problema está muito sério, e temos que tomar providência. Os nossos irmãos estão sofrendo com a falta de segurança. Quero parabenizar V. Ex^a por esse discurso. V. Ex^a está sempre preocupado com a segurança. Eu também, nesta Casa, tenho me preocupado com a segurança, especialmente no meu Estado. Os bancos hoje são os que ganham mais dinheiro. É tanto imposto que a gente paga para não ter segurança. Nem um banheiro... Quando vai ao banco, se a pessoa é diabética e precisa de um banheiro, não há um banheiro para os clientes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Isso mesmo.

O Sr. Pastor Bel (PRTB - MA) – É uma falta de respeito para com os clientes dos bancos. Os banqueiros ganham tanto dinheiro. Cobra-se tanto imposto neste País, enquanto nosso povo está sofrendo. Obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado, nobre Senador Pastor Bel.

Conheço bem Dom Pedro – é uma cidade pacata –, conheço Santo Antonio dos Lopes – trabalhei por lá –, conheço Imperatriz e sei que o que V. Ex^a está falando é fruto da verdade.

Então, pessoal, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, qual é a solução eficaz e duradoura, que não se faz num passe de mágica? É simplesmente, nobre Pastor Bel, focar na educação da população e na inclusão social, com a criação contínua de emprego e renda. São políticas públicas contínuas, com planejamento de quinze anos ou de pelo menos dez anos, que podem frutificar, inclusive, com revisões de cinco em cinco anos. Seria uma política suprapartidária. Infelizmente ainda não conseguimos fazer isso. Precisamos fazer, para poder mudar essa situação.

Não será com o emprego do Exército em cidades como o Rio de Janeiro que eliminaremos as facções criminosas e eliminaremos ou minimizaremos a violência urbana e o tráfico de drogas. A força militar minimizará a ação do crime organizado por um período curto. O vírus da criminalidade continuará presente e logo reaparecerá com força. Hoje, grande parte da população do Rio de Janeiro está esperançosa com a presença do Exército nas ruas e nas favelas. A questão maior é que essa presença é passageira e, mesmo se fosse constante, não resolveria o problema.

Depois dessa intervenção militar, o povo carioca cairá na realidade e quererá saber quem será o responsável pela ineficiência da operação. Será o Governo Federal? Será o Governo do Estado? Será o próprio Exército ou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública?

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma população sem educação ou com educação insuficiente e sem emprego cria delinquentes e criminosos diariamente.



Como é possível um jovem sem estudo, Sr. Presidente, sem educação e depois sem emprego não ser cooptado pelo crime? Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a fome não espera e a desilusão com a vida também não.

Sr. Presidente desta sessão, que foi inclusive Prefeito da importante cidade metropolitana de São José, ao lado da antiga Desterro, ao lado da nossa querida Florianópolis – de que foi Prefeito também –, sabe do que estou falando acerca da violência, que só se combate com a geração de emprego, com a geração de oportunidade, com políticas públicas que façam com que a educação, como uma situação duradoura, seja a solução para que esse povo possa ter oportunidade. Não é isso, Sr. Presidente?

Então, encaminho-me para o final do discurso.

Agora criou-se o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, para coordenar e promover a integração da segurança pública em todo o Território nacional, com uma estrutura básica integrada pelo Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Esse novo Ministério, cujas funções já eram exercidas pelo Ministério da Justiça, terá um orçamento de mais de R\$2 bilhões, conforme informações da mídia.

Fala-se também que os Estados da Federação poderão utilizar R\$42 bilhões por empréstimo ao BNDES, para serem aplicados na segurança pública. Como é que os Estados tomarão emprestado esse montante, se estão quase falidos? Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, vários deles estão sem dinheiro para pagar seus funcionários. Na saúde, seus hospitais são uma casa de horrores – como exemplo, temos os hospitais do Distrito Federal, a Capital da República, onde falta quase tudo, nobre Senador Randolfe. Ao ir aos hospitais de Brasília, você não consegue ser atendido.

Em geral, nos hospitais do País, faltam médicos, remédios e equipamentos essenciais à saúde da população. A infraestrutura nos Estados brasileiros, regra geral, é muito ruim. Então, como é que esses entes da Federação...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... podem tomar dinheiro emprestado para aplicar em segurança pública? Só um tolo acredita nessa possibilidade.

Toda essa história é uma falácia. É uma iniciativa política com fins eleitoreiros na tentativa de dar satisfação ao povo do Rio de Janeiro e aos demais Estados.

Para concluir, ainda faltariam aqui três laudas, mas vou para a parte final do meu discurso.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço suas aprofundadas avaliações sobre esse complexo problema da segurança pública e, de minha parte, pretendo voltar ao tema logo após cessar essa intervenção no Rio de Janeiro para fazer uma análise fria e desapaixonada, com a utilização de dados estatísticos e verdadeiros resultantes da intervenção militar.

Insisto que o Parlamento precisa discutir a questão da segurança pública num cenário de uma política de Estado duradoura e eficaz, que incorpore soluções para eliminar as maiores carências da população brasileira no médio prazo.

Temos que melhorar os níveis de educação...



(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... provocar a inclusão social da população que se encontra à margem e fazer com que se crie, de forma sistemática, emprego e renda.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não há outra forma de enfrentar a questão e vencer a criminalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Foi muito bacana o espaço.

Quero agradecer o senhor pela tolerância e dizer a todos do Brasil que contem conosco. Estamos juntos nessa luta!

Obrigado, Presidente Dário Berger.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Cumprimento o Senador Hélio José.

Pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de externar o meu voto de pesar não apenas aos familiares, não apenas aos amigos, mas a toda a corporação da Polícia Militar do meu Estado, honrosa Polícia Militar do Espírito Santo, que está de luto, assim como todos nós, pelo falecimento do Soldado Afonso Miller Costa de Mello, que, com 23 anos de idade, foi covardemente assassinado, Sr. Presidente.

Ele saía de uma atividade em que fazia um treinamento, no bairro de São Torquato, no Município de Vila Velha, um bairro de pessoas do mais alto valor, um bairro de pessoas trabalhadoras, e ele foi confundido, Sr. Presidente, com um traficante. E, ao ser confundido com um traficante, ele foi alvejado, covardemente, com um tiro na cabeça, ficou alguns dias hospitalizado e veio a óbito.

Mas pasmem, Sr. Presidente, o tiro foi dado por dois menores: um de 15 anos e um de 17 anos. E aí, Sr. Presidente, não apenas o meu voto de pesar, mas a minha indignação por nós não termos feito aqui, nesta Casa...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... o debate conclusivo em relação a essa questão que leva muita angústia e muita indignação à sociedade brasileira, que diz respeito à manutenção da impunidade em relação à maioria penal, Sr. Presidente.

Alguém que tira uma vida covardemente, violentamente, que comete um crime com requinte de crueldade – um soldado com 23 anos de idade – agora, com certeza, será amparado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, daqui muito pouco tempo, voltará para a rua para poder tirar outras vidas inocentes, Sr. Presidente.

Nós precisamos aqui, no Senado, ter a coragem de fazermos esse debate conclusivo, até porque sou Relator, na Comissão de Justiça, de uma proposta que estabelece um critério muito rigoroso para que esse tipo de violência, esse tipo de covardia não continue presente no dia a dia das nossas cidades brasileiras.

Então, em primeiro lugar, o meu voto de pesar, em meu nome e em nome também daqueles que representam o nosso Estado, pelo falecimento do Soldado Afonso Miller Costa de



Mello, de 23 anos, Sr. Presidente, mas a minha manifestação de indignação contra a manutenção dessa questão relacionada à maioria penal, Sr. Presidente. Ninguém me convence que alguém que comete um crime desse tipo, com requinte de crueldade, agora quer ser julgado como se menor fosse. Menor não é, porque tirou a vida de uma pessoa inocente que, inclusive, bota a sua vida em risco para poder proteger a sociedade.

Eu quero manifestar aqui o meu voto de pesar e também a minha indignação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu cumprimento V. Ex^a e expresso também...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ... a minha mais ampla solidariedade à Polícia Militar do Espírito Santo, ao Soldado Afonso, que perdeu a vida prematuramente, mas, sobretudo, a V. Ex^a, que é um digno representante do Espírito Santo, que tem defendido aqui causas que precisam ser revistas, reformadas e que serão, através do diálogo com esta Casa, certamente alteradas, porque da forma como nós estamos não podemos ficar. O que nós percebemos é que a violência se espalha por todos os cantos do Brasil.

A intervenção que está sendo feita no Rio de Janeiro, na verdade, deveria ser feita em praticamente todas as capitais brasileiras, porque todas as capitais brasileiras e as grandes cidades brasileiras também estão com muitos problemas.

Essa questão da maioria penal – já passo a palavra para V. Ex^a, Senador Randolfe – nos toca profundamente, porque hoje um jovem de 17 anos, 11 meses e 29 dias que pratica um crime com requintes de crueldade, como esse, é beneficiado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, três anos depois, certamente volta às ruas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Até três.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Até três. Pode ser até menos de três.

Então, V. Ex^a tem toda razão. As intervenções de V. Ex^a aqui elevam a discussão do Senado Federal. Eu quero parabenizá-lo. Tenho V. Ex^a como um amigo, mas, sobretudo, como um grande Senador que representa o Espírito Santo nesta Casa. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Pode ser depois da Senadora Fátima. Pela ordem, mas após a Senadora Fátima.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Então, Senadora Fátima, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Dário, quero aqui fazer o comunicado de uma audiência pública que a Comissão de Desenvolvimento Regional, que presido aqui no Senado, estará realizando nesta próxima quarta-feira para tratar de um tema muito importante, que é exatamente a questão do sistema ferroviário urbano.

Essa audiência deve-se ao fato de o Governo Federal ter divulgado, recentemente, Senador Dário, um corte – imagine só! – de quase 50% na verba prevista no Orçamento de 2018 para o sistema ferroviário urbano. Esse corte, Senador Dário, é cruel. Ele vai afetar os metrô das



regiões metropolitanas de todo o País, em especial de cinco capitais que são operadas pela CBTU, que é a nossa Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Refiro-me exatamente aos metrô operados pela CBTU em Natal, na região metropolitana lá no meu Estado, bem como em João Pessoa, Maceió e Belo Horizonte.

Diante disso, Sr. Presidente, claro que é dever da Comissão de Desenvolvimento Regional tratar desse tema. A audiência está prevista para quarta-feira. Espero que aqui estejam os nossos convidados, que já estão confirmando presença, como o superintendente nacional da CBTU, bem como os superintendentes regionais de Natal, João Pessoa, Maceió, Belo Horizonte, etc. Convidamos também um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, meu Estado, um especialista nessa temática da questão do transporte urbano. E o fato é que nós não podemos aceitar isso.

Num período recente, nos governos Lula e Dilma, Senadora Vanessa, nós tratávamos de projetos de modernização e expansão do metrô, do sistema ferroviário urbano. Agora nós vamos viver exatamente tempos de desmonte? Porque, se permanecer esse corte, repito, de 50% na verba que é destinada para o funcionamento dos metrô, isso vai significar, na prática, de repente, inviabilizar o funcionamento.

E como é que fica a população? Principalmente a população mais carente, Senador Dário, que sabe a diferença que faz, de repente, ter a passagem subsidiada no VLT, a diferença que isso faz do ponto de vista da sua sobrevivência, do ponto de vista do seu orçamento?

Nós não podemos deixar que isso aconteça de maneira nenhuma.

Portanto, quarta-feira, repito, às 9h, na Comissão de Desenvolvimento Regional – que presido aqui no Senado Federal –, haverá essa importante audiência para tratar da questão da redução orçamentária de 2018, no que diz respeito ao sistema ferroviário urbano, aos metrô.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Muito bem lembrado por V. Ex^a.

Espero que seja um sucesso essa audiência pública.

Cumprimento V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, eu não poderia deixar de registrar, nesta sessão do Senado Federal, duas questões que atormentaram a sociedade brasileira no dia de hoje. Atormentaram e deixam todos aqueles agentes públicos, todos aqueles representantes políticos, nesta Casa e na Câmara dos Deputados do povo brasileiro, preocupados.

Duas notícias. A primeira, Sr. Presidente é que o Ministro Edson Fachin, em entrevista à GloboNews, relatou ameaças e se disse preocupado com a segurança da família dele. Mais do que isso, o Ministro chegou a declarar que espera que não seja necessário, depois – palavras do Ministro –, "trocar fechadura de porta arrombada". Nunca é demais destacar que o Ministro Edson Fachin é o Relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal.

Como se isso não fosse o suficiente para assustar todos nós, ou seja, um Ministro do Supremo Tribunal Federal sob ameaça, no final da tarde, início da noite, nós recebemos a notícia de que a caravana de um ex-Presidente da República teria sido alvejada por tiros – por tiros –, Sr. Presidente, a caravana de um ex-Presidente da República.

Sr. Presidente, eu não tenho razões de simpatia alguma, aliás, tenho posição política diferente do Partido dos Trabalhadores. O meu partido, a Rede Sustentabilidade, tem uma



candidata a Presidente da República, que é Marina Silva. E nós temos muitas diferenças – nós e o Partido dos Trabalhadores – e as temos expressado, inclusive neste plenário, em vários momentos. Mas há um momento em que há que se dizer para as diferenças que elas não podem estar acima da democracia.

Mais estarrecedor do que os tiros que alvejaram a caravana do ex-Presidente, mais estarrecedor do que a ameaça contra um Ministro do Supremo Tribunal Federal, Senador Cristovam, é a declaração de agentes públicos, de agentes políticos, que deveriam zelar pela democracia brasileira, ainda no dia de ontem, dizendo que "isso faz parte", que, digamos assim, "alguém plantou o que colheu".

Sr. Presidente, esses fatos nos alertam. Uma coisa é a diferença política, que tem espaço neste plenário.

Repito que tenho divergências políticas com o Partido dos Trabalhadores, mas uma outra coisa é o triunfo do fascismo. O fascismo não é a diferença política, o fascismo não é política, o fascismo é avesso à democracia e é avesso à própria política. Não pode haver condescendência e tolerância ao fascismo. Não pode um agente político, que corrobora com declarações em prol da violência, estar atuando para derrotar a democracia, estar atuando contra o Estado democrático de direito.

Então, Sr. Presidente, quero aqui repetir as palavras do Ministro Fachin: nós não podemos depois trocar a fechadura de porta arrombada.

Ainda há pouco, assassinaram uma vereadora no Rio de Janeiro. Agora, um Ministro do Supremo Tribunal Federal, repito, Relator da Operação Lava Jato, recebe ameaças e diz que as ações para a garantia de sua segurança, da sua vida e a dos seus familiares não estão sendo bastantes. E a caravana de um ex-Presidente da República é alvejada por tiros.

É chegado o momento de dizer: parou. Chega. É chegado o momento de nós nos levantarmos em defesa do Estado de direito, em defesa da democracia, em defesa das instituições, em defesa da convivência pacífica, tradição da história política brasileira. Ou nós nos levantamos em defesa disso ou, então, vamos chegar ao limiar de uma situação dramática para todos nós, com a impossibilidade de convivência. Não merece o povo brasileiro que nós cheguemos a isso.

Então, eu queria manifestar esta nossa posição. E, repito, esta posição não é somente minha, mas do meu partido, da Rede Sustentabilidade.

Espero que as lideranças políticas deste País... E exijo, aqui, dos chefes do Poder Executivo, do Ministro da Segurança Pública e das Forças Armadas que tomem todas as medidas necessárias para – como disse o Ministro Fachin – que não troquemos a fechadura de porta arrombada.

Ainda é preciso a resposta a uma pergunta que ecoa no Brasil: quem matou Marielle? E essa resposta não vem. É necessário que sejam garantidos todos os meios. E, repito, a responsabilidade primeira, a primeira das responsabilidades do Poder Executivo, do Ministro Chefe da Segurança Pública, do Chefe do Executivo é garantir a segurança do Ministro Fachin e dos familiares dele, e garantir a segurança não de um candidato à Presidência da República, mas de todos os candidatos à Presidência da República, de todos os candidatos.

Não podemos passar para o limite do vale-tudo, do banguê-banguê, do faroeste. Esse é um limite que ameaça, em definitivo, a democracia. E a ameaça da democracia já virou páginas muito tristes da nossa história, Sr. Presidente.



É o registro que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu cumprimento V. Ex^a pelo registro...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Se V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ... e já passo a palavra a V. Ex^a, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu serei breve também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Só para participar, muito brevemente, de um momento tão oportuno quanto este que estamos vivendo, na verdade, Senador Cristovam; tempos difíceis.

Esses últimos acontecimentos nos dão conta de que as opiniões estão cada vez mais divergentes. A intolerância e a insensatez passam a fazer parte da convivência de uma sociedade inteira que se encontra sem rumo, sem destino, sem projeto de futuro.

Nós estamos apagando o fogo do presente, mas não estamos projetando o País para o futuro. Nós não temos uma expectativa de que o próximo ano será melhor, de que os próximos anos serão melhores. Isso é muito grave, ao ponto de esse conflito, inclusive institucional, chegar a provocar, de certa forma, ameaça a um Ministro da mais alta Corte do País. Isso é muito grave, na minha opinião. Ao ponto também de alvejarem um ônibus de um ex-Presidente da República e de um pretenso candidato a presidente da República.

Seja quem for, isso é inadmissível, isso é inaceitável. Isso precisa ser oportunamente proibido. Nós temos que agir de forma rápida e consistente para que isso não crie volume, porque, quanto mais isso continuar acontecendo, menos controle nós vamos ter de uma sociedade que está em ebulição. E está com razão, porque, na verdade, estamos vivendo momentos – como eu falei – difíceis, e que, na minha opinião, representam o fim de um ciclo que nós estamos vivendo.

Precisamos iniciar um outro ciclo, um ciclo de prosperidade, de trabalho, de sensatez, de coerência, de harmonia, de esquecer diferenças em nome do País e construir um País de que nós verdadeiramente precisamos.

Então, V. Ex^a, Senador Randolfe – como sempre –, aborda temas extremamente importantíssimos, que merecem, de todos nós, uma reflexão. E eu, humildemente, queria refletir com V. Ex^a sobre esse tema que eu acho extremamente preocupante para todo o Brasil. V. Ex^a foi cirúrgico, colocou o dedo na ferida. Que fique de alerta para as nossas autoridades, todas elas, do Judiciário, do Poder Executivo e, inclusive, para nós do Poder Legislativo, um motivo para que nós possamos corrigir rumos e escrever uma nova história do nosso País.

Agradeço a V. Ex^a.

Senadora Vanessa Grazziotin.

Em seguida, Senador Cristovam Buarque.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Eu iria abordar também o mesmo assunto que o Senador Randolfe abordou e cumprimentá-lo. Mas, neste momento, além de cumprimentar o Senador Randolfe, cumprimento V. Ex^a pela forma serena e equilibrada com que ambos reagiram ao se manifestarem diante de tantos atos de violência.



Não há, entre brasileiros e brasileiras que defendem a cultura da paz, Senador Randolfe, quem concorde ou seja complacente com as ameaças que estão sendo feitas ao Ministro do Supremo Tribunal Federal. Não há!

Então, eu me somo a V. Ex^{as} no sentido de que é necessário que haja uma apuração e que se encontrem os culpados, assim como aqueles que eliminaram Marielle. Todo o Brasil sabe – o mundo – que uma vereadora do Estado do Rio de Janeiro, uma negra, uma moradora de favela foi eliminada por forças milicianas, e, até agora, não se encontraram ainda os culpados, os responsáveis por aquela execução.

Presidente, aproveitando a oportunidade – por isso pedi a palavra pela ordem –, no meu primeiro pronunciamento – e V. Ex^a, Senador Dário, está aqui no plenário ouvindo com muita atenção todos os pronunciamentos –, eu me referi a um manifesto, a uma mensagem à sociedade brasileira de uma associação – a Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul –, Senador Randolfe e Senador Cristovam, uma nota assinada por Luis Fernando Marasca Fucks, que é o Presidente da Aprosoja – que é essa associação.

A mensagem que eles mandam à população brasileira não é uma mensagem que defende o seu ponto de vista político; é mais uma manifestação de incitação à violência.

Ela começa dizendo que o Rio Grande do Sul fez história quando: "[...] num dia do mês de março, tosca caravana, liderada por um corrupto condenado, fez trajeto pelo Sul do País. Ficará registrado que o povo daquela região, cuja hombridade estava conservada, 'deu de relho'[...]" . E ele termina a nota – não quero ler toda a nota – dizendo o seguinte: "Em 19 de março de 2018, foi iniciada a reação dos brasileiros gaúchos contra o plano de socialização do País. É contra isso que lutamos!"

E, aqui no meio, ele diz que a verdadeira batalha não é contra o incauto condenado Lula, o PT e os demais partidos, é contra quem defende o socialismo. Ou seja, eles decretam, aqui nessa nota, que nós temos que ter um País de ideologia única, a ideologia deles, a ideologia da exploração. É isso que está sendo decretado aqui.

Nós travamos um debate muito duro pela manhã. Eu acho que o Brasil inteiro viu, V. Ex^a acompanhou. Foi um debate duro, mas que precisa ser travado, que precisa ser enfrentado, porque nenhum de nós tem o direito de aplaudir a violência – nenhum de nós! Eu acho que pessoas que fazem isso... Errar é comum. Quem de nós já não se excedeu em uma ou em outra fala? Mas tem a obrigação de se retratar e dizer: "Eu me excedi, eu errei, peço desculpas". Essa é a nossa obrigação, porque nós somos o exemplo para a sociedade.

Assusta-me, Senador Dário, o silêncio do Palácio do Planalto. Isso me assusta muito, Senador Cristovam: o silêncio sepulcral do Palácio do Planalto, de um Presidente da República – e aqui não quero discutir como é que ele chegou lá, mas é Presidente da República, está lá, fala pelo nosso País, tem autoridade para isso, reconhecida pelo Poder Judiciário, pelo Parlamento, por tudo, enfim, é Presidente da República – diante do primeiro ato de violência, um atentado contra uma caravana onde estavam dois ex-presidentes – dois! Não era apenas um, mas dois ex-presidentes, e ele ficar calado?! Naquela hora, não em defesa de Lula ou Dilma, ou da ideologia que eles professam, não; mas em defesa da liberdade de expressão, em defesa da Constituição brasileira, contra a violência, em defesa da cultura da paz, ele deveria ter saído em cadeia nacional – em cadeia nacional –, porque, assim, eu tenho certeza de que o tiro que foi dado ontem não teria sido dado. Nós temos de dar o exemplo.



Agora, se a gente aplaude e diz que é isso mesmo, que forte é esse gaúcho e se aplaude Bagé, como está dito aqui – "Bagé inspirou uma Nação" –, nós estaremos dando asas àquele discurso que, até ontem, era de um candidato à Presidência da República, e que tem um índice, Senador Cristovam, assustador. E qual é o discurso dele? Do ódio, dizendo que trabalhadores têm que ser recebidos a bala, que a lei do Brasil tem que mudar para que, se um entrar na propriedade do outro, este tem o direito de matá-lo sem qualquer punição. Fala isso abertamente! Era apenas um, agora são muitos; estão se transformando em muitos. Não são a maioria da população – não são! Como os militares, em 1964, e aqueles que os apoiaram não eram maioria, mas, com base na força, fizeram o que fizeram.

Então, Sr. Presidente, eu fiz um voto – foi isso que anunciei – um voto de censura a essa manifestação da Aprosoja – uma associação legal, constituída no Brasil –, um voto de censura que diz que num regime democrático cada um tem direito à liberdade de expressão, à liberdade de pensamento e à liberdade ideológica.

Meu partido é o Partido Comunista. É o partido mais antigo no Brasil, é o partido que mais gente perdeu durante a ditadura militar, seja no Araguaia, seja na Lapa, em São Paulo, muitos, muitos, muitos, muitos. E qual era a luta? A luta era pela democracia, pela liberdade, que hoje está em risco. O que está em risco não é só a vida do Presidente Lula, da Presidenta Dilma. O que está em risco é a liberdade de qualquer brasileiro ou brasileira de falar, como diz V. Ex^a, Senador Dário.

Eu acho que nesta hora nós temos que nos unir, não é ficar batendo boca um com o outro, não. Nós temos que nos unir. E todos, unanimemente, mesmo aqueles que ali atrás aplaudiram, vamos esquecer aquele aplauso. Cada um tem que ter a oportunidade de se refazer, de se fazer publicamente uma autocrítica. Isso não é feio, isso é a coisa mais bonita do ser humano. É ele poder saber que também tem a capacidade de fazer publicamente uma autocrítica, de se retratar.

E aí vamos seguir trilhando um novo caminho. Nós estamos num ano de eleição. A campanha nem começou, e nós estamos vivendo isso aqui. Quer dizer que o Presidente Lula não pode andar? Amanhã, serei eu. E tudo começou, Senador Cristovam... E V. Ex^a foi vítima, e todos nós usamos este microfone nos solidarizando com V. Ex^a, como eu fui vítima, como eu fui agredida, e não foi verbalmente, não, foi fisicamente, dentro de um avião – dentro de um avião, agredida fisicamente. Eu fiquei com a testa machucada. Além da agressão física, o constrangimento por que a gente passa. Então, tudo começou ali. As coisas começam pequenas e vão se avolumando se não houver reação.

Então, eu aqui faço um apelo. Encaminho o voto de censura à Mesa. Eu acho que o Presidente Eunício... Porque eu sei que um voto de censura, Senador Cristovam, é definido pelo Presidente do nosso Parlamento. Mas deveria colocar esse debate... A gente faz tanta comissão geral... Vamos fazer uma comissão geral para debater isto, a cultura da paz no Brasil. É dessa comissão geral que nós precisamos. Nós precisamos de um manifesto assinado por 81 Senadores repudiando isso.

Geraldo Alckmin, outro candidato a Presidente da República, ontem, foi um desastre, fez uma declaração dizendo o seguinte: que o PT paga com a mesma moeda aquilo que fez. Foi a declaração dele. Ou seja, indiretamente, dizendo: vocês merecem isso. É o que está lá escrito para um brasileiro que não precisa nem ter escolaridade, mas uma criança entende. "Você está vendo? Vocês merecem isso. Vocês estão colhendo o que plantaram." Falou ontem isso. Hoje,



8h40 da manhã, Geraldo Alckmin faz um tuíte, acho que é um tuíte aqui, é um tuíte, dizendo o seguinte...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... que é papel das autoridades... "Toda forma de violência tem que ser condenada. É papel das autoridades apurar e punir tiros contra a caravana do PT, e é papel de homens públicos pregar a paz e a união entre os brasileiros. O País está cansado de divisão e da convocação de conflito." Então, quer dizer, de uma forma ou de outra, ele se retratou aqui. Espero que isso seja uma retratação, porque é completamente diferente do que ele disse ontem, completamente diferente.

Então, é disso que nós precisamos. Nós precisamos resolver o problema do Brasil com a democracia, com a participação do povo, e não com o povo se matando, porque não é só a caravana que está sendo agredida; o Senador Lindbergh estava mostrando umas fotografias de pessoas sendo chicoteadas, que é o tal do relho, de que lá no Rio Grande do Sul falam tanto. E ainda quer dizer que isso aí é figuração.

Bom, eu aprendi na escola, Senador Cristovam, que, do ponto de vista figurativo, o relho, que é o chicote, era utilizado contra os escravos, mulheres e homens negros – mulheres e homens negros.

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Nós não conseguimos a abolição plena da escravatura. A forma da escravidão hoje é diferente. Agora, pelo menos, temos de ter a capacidade de, dentro da democracia... E fala aqui uma comunista, mas que preza a democracia, preza a democracia acima de tudo, porque é através da liberdade que vamos poder falar, ser ouvidos e convencer as pessoas de qual é o melhor caminho.

Então, quando alguém atenta contra isso, está atentando contra o princípio elementar da Constituição do nosso próprio País, da República, que é a liberdade de expressão, o direito de todos de ir e vir.

Então, parabéns, Senador. Parabéns! V. Ex^a assumiu a Mesa num momento muito difícil, Senador Dário, mas fez uma explanação que tem de ser exemplo para todos nós. O Senador Eunício deve reunir a Casa o quanto antes para discutirmos essas questões, que não são de menor importância.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E isso não pode ser reduzido a uma briga entre Senadores que são de lados diferentes, não. Eu quero discutir conteúdo. Eu não quero brigar com ninguém aqui. Eu não quero me indispor com a Senadora Ana Amélia, mesmo já tendo sido levada por ela ao Conselho de Ética. Não é essa a minha intenção. A minha intenção é que nós façamos a unidade neste momento para fazer frente a essa barbárie em que estão querendo jogar o nosso País e a nossa gente.

Obrigada e desculpe pela demora. Obrigada, Senador.



O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que cumprimento V. Ex^a pela serenidade. Acho que é hora de nós termos um pouco de serenidade. Vamos serenar os nossos ânimos e serenar os nossos ânimos é ouvir o nosso professor, nosso querido e estimado Senador Cristovam Buarque, que está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Dário.

Ontem, o senhor estava na Presidência, e eu trouxe este assunto, mas este assunto não vai morrer nem tão cedo. E eu vou querer fazer uma proposta concreta aqui, que é um pouco na linha do que falou a Senadora Vanessa, mas de tal maneira que seja algo mais concreto, mas na mesma linha do que a Senadora Vanessa falou aqui.

Primeiro, eu quero lembrar que eu já fui vítima de constrangimentos: de ovos, de impedimentos, como a Senadora Vanessa lembrou, e esta Casa toda manifestou sua solidariedade a mim. Eu já fui vítima de tiros no meu escritório – no gabinete do Governador do Distrito Federal foram dados dois tiros. Quebrou a vitrine e ainda estragou a parede do outro lado da sala. Claro que, apesar de eu trabalhar muito, às duas da madrugada, eu imagino que não era para me matar; era mais para me assustar.

Então, desse tipo de coisa eu e outros aqui já fomos vítimas. Mas isso só deve aumentar a nossa solidariedade àqueles que estão sendo vítimas disso, primeiro por uma questão de espírito de solidariedade; e, segundo, por uma preocupação democrática. É que isso sairá do controle. Tenho dúvidas até se já não saiu. Isso sairá do controle e, quando sair do controle, a Síria está mostrando o que acontece. Não podemos deixar que isso saia do controle e que o processo democrático da eleição de outubro seja um processo armado e não um processo de urna. Não podemos deixar que seja um processo de armas.

E aí vem a proposta que eu disse: que o senhor, como Presidente da Mesa, fale com o nosso Presidente e proponha uma sessão aqui especial para debatermos esse assunto e definirmos uma trégua no processo eleitoral brasileiro, uma trégua que, inclusive, na medida do possível, porque hoje é incontrolável, chegue para diminuir pelo menos as chamadas *fake news*, os boatos, as maledicências que vão tomar conta e que provavelmente farão com que os candidatos, ao invés de apresentarem os seus programas, tenham que desmentir o que sai contra eles.

Então, quero deixar aqui essa sugestão. Fizemos já quantas sessões desde o Presidente Renan Calheiros, que começou, especiais? Podemos chamar pessoas de fora da Casa, advogados, filósofos, gente do povo talvez para falar aqui e nós, Senadores, assistindo e falando também, em defesa da paz no processo eleitoral de 2018 – uma sessão especial em defesa da paz no processo eleitoral de 2018. É a minha sugestão que o senhor leve isso ao Presidente e que façamos isso logo na primeira ou segunda semana de abril, antes que se perca o controle.

Então, essa era a fala que eu queria fazer em relação ao que se comentou antes aqui; não é ainda o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Então, se eu entendi, V. Ex^a propõe que eu aborde S. Ex^a o Presidente do Congresso Nacional, do Senado Federal, o Senador Eunício para propor uma sessão especial, uma sessão temática, talvez, onde pudéssemos discutir esse tema em defesa da paz.

E abrangeríamos isso, avançaríamos para o processo eleitoral com uma discussão mais ampla, mais conceitual, mais abrangente das relações que nos norteiam e que efetivamente me parecem, Senador Cristovam Buarque, estão fugindo do controle.



Parece-me, sinceramente... Vou discutir com o senhor rapidamente. Eu mesmo, que convivi sempre com altos índices de popularidade, quando fui vereador, depois prefeito, depois prefeito reeleito com 85% dos votos com quatro candidatos... Então, V. Ex^a imagina a minha relação com a sociedade a qual administrei. Depois, fui prefeito de novo em Florianópolis e prefeito reeleito em Florianópolis, já com uma votação menos expressiva, mas também com mais de 60% dos votos.

Então, sempre convivi de uma maneira muito harmônica, de muita paz, de muita sensatez e de muita tranquilidade. Aí, me surgiu uma oportunidade para disputar uma eleição para o Senado Federal. Muito bem, fui, disputamos a eleição, vencemos a eleição. E, agora, aqui no Senado Federal, convivo com índice de popularidade extremamente baixo.

Inclusive, por onde ando, em determinados locais, percebo que as pessoas não têm mais aquela alegria comigo que sempre tiveram.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Exatamente. O senhor não é o único nisso. Fique certo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Olham-me com certa diferença, com certa indiferença, vamos dizer assim, o que me machuca muito, me toca muito, porque eu, como homem público, sempre tive só um objetivo na minha vida: o objetivo de poder servir e de poder ajudar. Se eu não sirvo para isso, saberei o momento exato de recolher-me e de dar oportunidade para outras pessoas que possam exercer essa função da maneira mais ativa possível.

Inclusive, quero dizer a V. Ex^a, que me recorde – e a vida é feita de recordações, de fatos, de atitudes – de que já em 1996, quando fui candidato pela primeira vez a prefeito, alvejaram o meu carro. Aquilo foi um escândalo, naquela oportunidade etc. e tal. A investigação deu conta de que quem alvejou o meu carro foi o meu principal adversário de campanha. Veja só! Os fatos são recorrentes e se repetem. Posteriormente, em Florianópolis, alvejaram o meu carro. Meu carro estava estacionado e eu, fazendo campanha. Quando voltei, meu carro estava alvejado com vários tiros. Quer dizer, não foi, evidentemente, para alvejar-me, mas foi, certamente, para intimidar-me, naquela oportunidade.

Então, o que quero dizer a V. Ex^a é que na história – V. Ex^a, que é um professor, que é um dos mais elevados Senadores desta Casa, um dos que mais prestígio tem, cuja voz é ouvida por todos nós de maneira silenciosa, porque sempre são altivas as suas manifestações – se dá conta de que essas questões são recorrentes e se agravaram ao longo do tempo. Isso é o mais grave. Ao invés de nós melhorarmos a nossa relação, nós estamos num conflito existencial e, sinceramente, não sei aonde nós vamos chegar.

Portanto, quero congratular-me mais uma vez com V. Ex^a. Não sei se continua sendo a educação o início, o meio e o fim dessa revolução que precisamos fazer, adicionando à educação um projeto de nação, de país, de desenvolvimento industrial, de desenvolvimento econômico e social e de oportunidades, para que – os nossos jovens, para que a gente – possamos a construir um País bem melhor do que este em que estamos vivendo neste momento.

Então, congratulo-me com V. Ex^a, mais uma vez, e associo-me a todo esse aparato contra a violência, contra a marginalização que nós estamos vivendo no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu que agradeço, Senador.



O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Encontra-se aqui ao meu lado, nada mais nada menos, Senador Cristovam, Senador Cassol, do que o Vice-Presidente.

V. Ex^a quer assumir a Presidência, Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Não. Queria usar a tribuna depois. Depois do Senador Ivo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Queria usar a tribuna? Pode ser depois do Senador Ivo Cassol?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Depois, passarei para V. Ex^a, Senador Cristovam? Combinado?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Não, depois do Cristovam eu falo. O senhor fala antes, chegou primeiro, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Então, estamos combinados.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Quanto tempo V. Ex^a deseja?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vinte minutos, no mínimo, porque os nobres colegas Senadores sempre têm...

Meu Vice, eu uso pouco a tribuna. Sou um dos poucos Parlamentares que usa a tribuna desta Casa, mas, pela grave situação que vive o meu Estado de Rondônia... E ontem, Presidente Dário, eu fiz um pronunciamento pesado aqui, denunciando irregularidades no Governo do Estado de Rondônia, no Governo da cooperação, no Governo de Confúcio Moura, e hoje não tenho como me calar e deixar de complementar o discurso que eu fiz ontem.

Então, amigos e amigas dos quatro cantos do Brasil, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, se não estiverem com a televisão ligada, liguem, porque, com certeza, o que eu tenho hoje para complementar é muito mais grave do que já apresentei ontem.

No meu Ofício 138, de 2014, ao Ministro Gilberto Occhi, das Cidades, eu denunciei irregularidades na contratação das obras do PAC na cidade de Porto Velho.

Por incrível que pareça, Senador Dário, nosso Presidente – V. Ex^a foi prefeito da maior cidade de Santa Catarina, de nossa capital de Florianópolis e de São José –, foi uma lambança o que o Governo do Estado fez, com um procedimento licitatório incrivelmente desonesto, corrupto, para não dizer que acabou prejudicando a população de Porto Velho, com a falta de saneamento básico e água tratada.

Em análise ao edital, podemos verificar com clareza o Anexo 3, que trata do escopo do serviço. Nas folhas 52 a 72 daquele RDC que fizeram, descreve-se o serviço da rede de água tratada, e não da rede de esgoto. O convênio era para esgoto, e colocaram de água tratada.

Mas não é só isso. É mais grave ainda o que fizeram. Em análise do edital, podemos verificar também que o Anexo 3, 52-72, na questão da rede de esgoto, se encontra nas páginas e descreve o sistema de captação de água do Lago de Sobradinho, no Município de Pilão Arcado, na Bahia. Esse era o sistema de licitação que o Governo do Estado de Rondônia estava fazendo.



E o recurso era do Tesouro, e no exercício de 2014. Este Parlamentar denunciou no Ministério das Cidades, denunciou para o Ministro.

Em pesquisa na internet, conseguimos localizar o procedimento licitatório que originou a RDC 03, que se refere à inclusão do sistema de captação de água de Sobradinho em Pilão Arcado, na Bahia, nas obras de esgoto de Porto Velho.

Olhem que situação, que lambança fizeram: copiaram um projeto, copiaram um edital, e foram para o meu Estado de Rondônia e fizeram essa lambança toda. E, ao mesmo tempo, quem tinha feito o projeto, lá na Bahia, foi a Codevasf, companhia de desenvolvimento daquele Estado.

Portanto, esse procedimento licitatório foi cancelado, a licitação foi para a cucuia, porque estava tudo errado, irregular. Esse Governo do meu Estado, o Governo de Confúcio Moura, do PMDB, perdeu mais de R\$500 milhões a fundo perdido, que nós conseguimos, quando fui governador, em compensação das usinas. Ele não teve competência sequer de fazer o projeto executivo, não teve competência sequer de fazer o projeto básico.

Mas, pasmem, não é só isso não, Sr. Presidente. Há muito mais coisa andando pelo meio do caminho, há muito mais lambança e corrupção.

O Governo Federal, na ânsia de privatizar o BNDES, disponibilizou para o Estado de Rondônia R\$15 milhões, para que fossem feitos estudos de viabilidade para a privatização da estatal Caerd, no meu Estado.

Mas fez mais: liberou também recurso para a Casal, lá no Estado de Alagoas – 19 milhões –, quando o preço final para fazer os estudos fica em 8,35 milhões, ou seja, 56% menor. Para a Caesa, do Amapá, também foram 13 milhões; e o preço final ficou por 5,319 milhões. Pasmem aqui! A Caerd, do meu Estado, que tinha 15 milhões à disposição, utilizou 14,6 milhões pelo estudo que poderia custar 70% mais barato. Qual é o acordo que houve dessa empresa?

Além disso, essa mesma obra, que começou com 15 milhões como preço final, poderia ter tido uma redução, no mínimo, de setenta e poucos por cento. Aí é que vai a pergunta: cadê o Ministério Público Federal do meu Estado? Cadê o procurador que estava tão preocupado com o saneamento básico de Porto Velho, na gestão do Senador Ivo Cassol, na época em que fui governador?

Não é só isso, não. Nós precisamos, além disso, saber onde está o nosso desconto. Com tantas empresas que fazem o serviço, a Caerd, na administração da Iacira, com a chegada do Governador, escolheu logo a única empresa do mercado que não fez desconto nenhum. Por quê? Porque havia esquema. Houve acordo. O que mais existe são essas empresas grandes cobrando o teto real que foi colocado, onde houve acordo. É só o Ministério Público Federal buscar em Alagoas quanto custou, buscar no Amapá quanto custou e pegar de Rondônia quanto custou.

Mas não é só isso, não. Há mais ainda.

Estou aqui com o edital eletrônico, com o Pregão Eletrônico nº 1, de 2016, quando a Caerd licitou. Ela fez o pregão eletrônico, e a empresa com a razão social Prol Indústria Metalúrgica, do bairro Figueirinha, de Várzea Grande, cujo proprietário é Heitor Trentin... Ele teve que dar propina para o pessoal da Caerd. Ele deu R\$100 mil, em dinheiro, antes de assinar o contrato, senão não assinava o contrato. Ele foi extorquido pelo pessoal da Caerd. Isso eu ouvi do próprio proprietário, que esteve comigo. Do próprio proprietário da Caerd eu ouvi isso. Da Caerd, não; dessa empresa, que é do Mato Grosso, da cidade do Estado do Blairo Maggi. Foi extorquido dinheiro, antes de começar a obra, pela equipe que é da diretoria financeira e que sabia do



esquema, como a Luciana, que trabalha lá dentro, e também o diretor financeiro, que também queria dinheiro. Esse é o esquema que está dentro do Estado de Rondônia, do Governo.

Mas não é só isso, não, gente! Nós temos muito mais pela frente. Nós temos tanta coisa, tanta baderna, que ontem, quando denunciei, Presidente... Ontem, quando denunciei um engenheiro fiscal, o Eneias... É preciso tirar o chapéu para o Eneias... A Caerd fez uma medição de 2,5 milhões. Você foi prefeito, foi ordenador de despesa. A diretora, presidente da Caerd do meu Estado, fez uma medição de 2,5 milhões, e o engenheiro não convalidou, na Caixa Econômica, porque não foi executado o serviço. Ela teve a cara de pau de ir lá, com o superintendente da Caixa Econômica. Teve a cara de pau de ir com o Wilson, o segundo homem dentro da Caixa Econômica em Rondônia... Com o Frank e com o Wilson, para pedir a cabeça desse engenheiro, engenheiro com 40 anos de profissão.

Ao mesmo tempo, a Caixa Econômica foi legalista! Então, aqui eu quero parabenizar a Caixa Econômica, que falou para a D. Iacira que fizesse por escrito, porque ela queria tirar todo o movimento do Governo do Estado de Rondônia da Caixa Econômica Federal. Olha aonde chegou – pasmem, gente – o tamanho da corrupção no meu Estado.

Não bastasse isso, foi cancelada essa medição de mais ou menos R\$2,5 milhões... Não tenho o número preciso aqui na mão, mas queriam fazer o pagamento para essa empresa, a mesma que tinha o endereço na Bahia, a mesma da licitação que colocou as cidades da Bahia no procedimento licitatório de Porto Velho.

Não foi só isso não, gente. Além dos R\$15 milhões que pagaram caro, o Tribunal de Contas da União fez o levantamento das obras de Porto Velho, fez auditoria nas obras de Porto Velho...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... Presidente, preciso de mais cinco minutos.

Fez auditoria nas obras de Porto Velho e constatou, no acórdão, um superfaturamento de mais de R\$205 milhões. Não fui eu que levantei esse superfaturamento. Só de BDI, que é o lucro que a empresa tinha, eram R\$95 milhões. Não bastasse isso, colocaram, repetitivamente, no mesmo projeto, no mesmo convênio, no mesmo acordo, mais R\$95 milhões. Duplicaram – como se não estivessem vendo –, propositalmente, para sacar o dinheiro dos cofres públicos.

E o Tribunal de Contas foi acionado. Os técnicos levantaram, os ministros do Tribunal de Contas da União meteram a caneta. E esse convênio da água tratada e do esgoto de Porto Velho, de mais de R\$500 milhões, infelizmente, foi para o espaço. Perdemos o recurso, por falta de seriedade de um governo desonesto, um governo corrupto. Perder mais de R\$500 milhões...

Agora, gente, o Governador disse, há poucos dias, que vai fazer um empréstimo e vai botar no Pidise, para que possa concluir as obras do esgoto tratado em Porto Velho. Mesmo com o dinheiro à disposição que nós conseguimos, na compensação das usinas – que perdeu –, agora, para facilitar o desvio do dinheiro, então vão botar recursos de empréstimo. Não dá para admitir!

E o Tribunal de Contas da União, nosso Presidente Dário, meteu a caneta; glosou os R\$205 milhões; cancelou a RDC; anulou o procedimento licitatório e cancelou, pediu para o Ministério das Cidades cancelar o convênio, no final de 2016 para 2017. Olha aonde chegamos.



Mas por que é que perdemos o dinheiro? Porque não houve seriedade do Governo do Estado de Rondônia. Não houve compromisso com a nossa população, com esgoto tratado, com água.

Não foi diferente na cidade de Ji-Paraná, onde a Presidente da Caerd, a D. Iacira, extorquiu um empresário. Queria propina, queria dinheiro, o empresário não deu. Não pagou as obras... Estava com todo o equipamento comprado na fábrica. Nem sequer autorizou vir para Ji-Paraná. E o povo de Ji-Paraná como é que está? Está sem água – está sem água. O povo de Porto Velho, na mesma situação. E, ao mesmo tempo, o que eu fico pasmo aqui... Porque, se eu estivesse no Governo, com certeza o Ministério Público já teria entrado com dez ações contra mim. Mas cadê o Ministério Público do meu Estado, gente?

Eu sou Senador. Eu estou falando aqui como Senador. Eu não posso concordar com o meu Estado sendo roubado! E o Ministério Público, que tinha que estar cuidando, está fechando os olhos. A troco do que estão fazendo isso? Qual é o acordo que há? Qual é o acordo que há? E o Ministério Público Federal é uma instituição – tanto o Estadual como o Federal, os dois Ministérios Públicos – forte. É uma instituição que precisa do nosso apoio. E nós temos dado. Mas por que contra o Senador e ex-Governador Ivo Cassol? Entraram com uma ação na Justiça. Estou aí, respondendo, e não estou falando por causa disso não, Dário, mas não há nenhum desvio de real. Não há nada. Eu não dei prejuízo. Fiz o projeto básico. Fizemos parte do projeto executivo. Fizemos toda a topografia, porque senão não há como se licitar. Fui penalizado por causa disso.

E com o Governo do Estado, que perdeu todo esse dinheiro, com o Governo do Estado, que fez uma licitação fraudulenta, para o Governo do Estado, que pegou 15 milhões do BNDES e pagou 14,6 milhões para fazer só a avaliação, para privatizar a Caerd, não fizeram nada. Da empresa que está dando propina, dos servidores, cento e poucos servidores, contratados sem necessidade...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... servidor ganhando até R\$35 mil...

A Justiça mandou cancelar a contratação desses servidores. Mandaram um projeto para a Assembleia, contratando – está aqui o documento – mais 48 cargos – mais 48 cargos –, e os servidores da Caerd estão há quatro, cinco meses sem receber o salário. É assim que está funcionando o meu Estado. É vergonhoso o que está acontecendo no meu Estado.

E fico triste porque esse mesmo procurador, que tem percorrido os quatro cantos do Estado e do Brasil, para tentar, de alguma maneira, atingir a pessoa do Ivo Cassol – tentou até interferir aqui em Brasília, no Judiciário, na época em que havia processo eleitoral... Esse mesmo Procurador... Por que é que não faz nada para apurar, na verdade, quem roubou esse dinheiro, quem desviou esse dinheiro, para onde foi esse dinheiro, o que, na verdade, aconteceu com esses quinhentos e poucos milhões?

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Vou dar mais um minuto para V. Ex^a concluir.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mais dois.



(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Já dei cinco minutos para V. Ex^a. Agora mais um.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Meu Presidente Dário, eu vou ser...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Há outros Senadores aguardando.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu sei que há, mas eu vou ser muito prático com V. Ex^a. Eu tenho visto aqui nesta Casa Senadores ocuparem esta tribuna aqui não por dez minutos, não por 20 minutos, mas por 50 minutos, e eu ficar sentado ali calado, ouvindo-os falarem. Hoje eu tenho cinco minutos a mais, na véspera da Páscoa.

Nós temos 36 Senadores aqui na Casa, só 36 Senadores, e eu não posso usar a tribuna, porque...

Tudo bem. Há dois pares. Eu concordo. Eu respeito os meus pares. Vou terminar o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Não, não. Na verdade...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu vou terminar o meu discurso, mas não concordo. Eu quase não uso a tribuna. Você é meu amigo, mas eu quase não uso a tribuna desta Casa. Eu a uso pouco. Mas estão roubando o meu Estado! Estão roubando o meu Estado! Estão desviando dinheiro! O Ministério Público Federal não faz nada! O Ministério Público Estadual do meu Estado não faz nada! E eu vou ficar calado? Não vou. Vou continuar denunciando sim. É minha obrigação como Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Era minha obrigação, quando fui prefeito e quando fui governador. Fui eu que denunciei os Deputados Estaduais do meu Estado por corrupção, por ladroagem, por bandidagem. E, aí, eu não posso ficar calado com o que fizeram com o dinheiro do esgoto tratado, com o que fizeram com a Caerd no meu Estado, com servidores sem receber salário. Investimento, não há dinheiro nenhum. E, ao mesmo tempo, tanto o Ministério Público Estadual como o Ministério Público Federal, que são as duas instituições, os dois órgãos que tinham que abraçar essa causa, que não é minha... Essa causa não é minha! É nossa! É do Ministério Público sim! É do Estado! É do Governo Federal! O Ministério Público Federal deveria ir lá e verificar o que aconteceu.

Infelizmente, não fazem nada.

Peço desculpas, Presidente, mas eu não posso ficar calado.

Então, nesta semana, com a Sexta-Feira Santa, a Páscoa no domingo, eu quero desejar a todos os irmãos, às irmãs, aos nossos amigos, às nossas amigas do meu Estado, que sempre vão à igreja ou mesmo em casa e que, nas suas orações, sempre têm pedido por mim e têm pedido pelas autoridades – com certeza, o que nós precisamos para melhorar o Brasil é que o povo, como tem feito, continue orando – que possamos ter, nas nossas autoridades, nos nossos representantes, a melhor qualidade e o melhor resultado possível.

Eu agradeço a Deus tudo o que tem acontecido na minha vida, os momentos mais difíceis que pareciam impossíveis. Mas, para Deus, nada é impossível, Cássio. Cristovam, para Deus nada é impossível.



Graças a Deus, eu tenho, sim, levantado a cabeça e olhado para frente. Eu tenho, sim, vários problemas, vários processos, mas nenhum por roubo, nenhum por desvio de dinheiro, nenhum por convivência com a ladroagem e com a bandidagem que existem por aí.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu tenho por enfrentamento. E, por este enfrentamento que estou fazendo aqui, eu tenho certeza de que vai haver mais retaliação. Estou pouco me lixando. Ou eu cumpro o meu papel de Senador aqui, ou vou embora.

Há político que fala o seguinte: eu não tenho processo nenhum. Mas também é um frouxo, nunca fez nada, não foi ordenador de despesa. E é verdade. É verdade. Todo mundo sabe disso.

Um dia, eu estava conversando com o ex-Governador Cristovam, de Brasília, sobre os processos, e ele reclamava de uma situação, de uma injustiça que fizeram com ele.

Mas é o preço que nós pagamos, Presidente, para poder fazer melhor.

Portanto, povo de Rondônia, eu estou junto e misturado e abraçado com vocês!

Que, nesta Páscoa, esperemos dos Ministérios Públicos Estadual e Federal que apurem essa bandalheira, esses roubos que existem no Estado de Rondônia, dentro da Caerd, porque isso é uma vergonha!

Um abraço.

Obrigado.

E feliz Páscoa para todo mundo!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, meus cumprimentos ao Senador Ivo Cassol.

Na verdade, só para justificar, se há um Senador conciliador aqui nesta Casa, um deles realmente sou eu. E eu, inclusive, flexibilizo o tempo da maneira que for possível e necessária.

V. Ex^a tem todo o direito e toda a razão. É um amigo aqui, um companheiro. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu só quero agradecer, Presidente, e pedir desculpas. Eu estava assistindo agora há pouco vocês também debatendo, justificando. Eu sou também conciliador e sou parceiro.

Mas não poderia deixar de informar, neste tempo curto, por exemplo, o acórdão que o Tribunal de Contas proferiu em 2017, o Acórdão 1.308, que trata das empresas Lobato Engenharia e MC Engenharia, do Estado de Rondônia, e que teve um superfaturamento de R\$205 milhões. O próprio Tribunal de Contas pede a suspensão do convênio pelo fato de o Governo do Estado não ter feito o seu dever de casa.

Nessa ânsia, não foi possível eu falar, mas está aqui na minha mão o acórdão para quem quiser ler ou o próprio Ministério Público Federal. O Acórdão 1.308, e estão aqui estampados o superfaturamento e as denúncias que eu fiz.

Um abraço e obrigado.

Que Deus abençoe a todos.

Feliz Páscoa!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Muito bem



Então, agora sobe à tribuna – como sempre digo, Senador Cássio Cunha Lima – nosso professor Cristovam Buarque, estimado Senador da República.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o senhor, como sempre, muito gentil e ponderado no uso do tempo.

Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, nós vimos aqui, hoje – e ontem também, eu mesmo falei –, um debate sobre a violência que está acontecendo no processo eleitoral. Eu volto a insistir na ideia de uma sessão especial para debatermos a paz no processo eleitoral.

Mas venho falar aqui de outra violência, Senador, uma violência que, às vezes, a gente tem nas ideias. A violência das armas, dos porretes, de impedir fluxo de veículos, de ovos, isso é visível. Mas há uma violência também nos discursos, quando os candidatos caem no extremismo do discurso e na demagogia e no populismo. Isso é uma violência com o País. Promessas vazias numa campanha é uma violência; promessas irrealizáveis é uma violência. E eu temo porque, no Brasil, além dessa violência visível que nesses últimos dias afetou especialmente a caravana onde vai o ex-Presidente Lula – eu volto a manifestar minha solidariedade e minha preocupação com isso –, há, hoje, um perigo no processo eleitoral porque há pulverização de candidaturas lúcidas, cuidadosas e moderadas – vejam que eu não usei a palavra centro. Essas candidaturas lúcidas, moderadas, responsáveis estão perdendo e estão quase impossibilitadas de ter um representante no segundo turno, pela pulverização.

Essa é uma das razões por que o PPS, no seu congresso, nesse fim de semana, preferiu não ter candidato próprio – e eu me propunha a ser o candidato próprio do PPS para a Presidência, mais uma vez, como fui em 2006. O Partido chegou à conclusão de que ter mais um candidato poria em risco a chance de chegar ao segundo turno uma candidatura que fosse moderada, que fosse responsável e que trouxesse esperança de um Brasil sem os problemas que nós temos.

Não temos candidato próprio, mas queremos encontrar um candidato para apoiá-lo; um candidato que traga essas qualidades da moderação, da responsabilidade e com esperança. Porque o que mais me preocupa hoje, Senador Cássio, nos dois extremos que estão disputando o segundo turno, não é que eles são extremistas, é que eles são nostálgicos. O desenho que eles têm para o futuro do Brasil é um futuro antigo – veja que contradição eles estão trazendo, um futuro antigo, seja a antiguidade do autoritarismo, seja a antiguidade do populismo. Dois fatos que estão amarrando o Brasil há décadas, salvo alguns períodos sem autoritarismo e sem populismo. Esse é o medo.

Portanto, o que o Partido PPS decidiu foi buscar um candidato de outro partido que possamos apoiar já no primeiro turno. E surgiu, aí, a ideia de que deveríamos aprovar – e foi aprovada – uma indicação de diálogo com os candidatos que representariam essa moderação, essa responsabilidade, na pessoa, em primeiro lugar, do Governador Alckmin.

Eu digo em primeiro lugar porque a ideia é fazer um diálogo, Senador Reguffe, levando para ele o que nós consideramos que é a esperança que o Brasil precisa para se opor aos extremos nostálgicos, uma esperança de futuro. Não é apenas em oposição aos extremos que aí estão, mas é em alternativa. Há uma diferença grande entre você ser uma oposição e você ser uma alternativa. Nós queremos uma alternativa. E esse diálogo é para saber até que ponto o candidato Geraldo Alckmin é capaz e desejoso de trazer para o Brasil uma proposta alternativa ao autoritarismo e ao populismo.



Qual é a esperança que ele traz para que o Brasil comece a marcha – porque em quatro anos ela não se conclui – de o Brasil ser um País com as escolas da máxima qualidade e qualidade igual para todas as crianças, independentemente da renda dos pais, independente do endereço onde moram? E, aí, o Governador Alckmin tem que se despir de uma característica: a visão muito localizada em São Paulo, que não representa o conjunto do Brasil.

Qual é a mensagem que ele vai trazer para a educação, para a saúde, para a previdência sustentável e justa? Esse é um dos lados.

O outro lado: qual é a esperança que ele traz para que a economia seja eficiente neste País? Porque as esquerdas erraram ao imaginar que é possível ter justiça social com uma economia ineficiente. Não! É possível uma economia eficiente ser injusta socialmente, mas não é possível uma sociedade justa com uma economia ineficiente. Como é que a gente vai fazer uma economia eficiente? A gente não tem tido isso no exemplo dos últimos tempos.

Eu estou convencido, Senador Dário, de que o Estado define os trilhos por onde a Nação vai caminhar, mas a locomotiva é a sociedade – os empresários, o setor privado e o povo, com a sua competência, com a sua energia, com o seu vigor. O Estado diz para onde ir, o trilho; a energia vem da locomotiva povo, setor privado e demais atividades, diretamente da sociedade. Qual é a proposta de um candidato para isso?

E, finalmente, para combinar três pontos, a estabilidade democrática, o que implica: sem corrupção. Todo candidato vai dizer que não é corrupto. Eu quero um candidato que diga: "Vou definir tais leis que, ainda que um ladrão se infiltre no meu governo, não vai conseguir roubar." É isso que a gente espera de um estadista.

Então nós decidimos indicar um diálogo inicialmente com o Governador Alckmin, para tentar trazê-lo para um discurso de esperança do novo, que consiga impedir os extremos e consiga trazer um grupo moderado, responsável, mas com propostas esperançosas que o Brasil precisa.

Eu fico esperando o resultado desse diálogo; se a gente já vai ter um candidato a apoiar ou se vamos procurar mais um outro entre os muitos que estão aí.

Mas concluo, antes de passar a palavra ao Senador Reguffe, com aquilo que eu comecei: não deixemos continuar a violência física que está tomando conta do processo eleitoral, mas não nos olvidemos, não nos esqueçamos da violência intelectual, da violência nas ideias, da violência que vem da demagogia, da irresponsabilidade, do populismo e das propostas autoritárias. Isso, mesmo nas ideias, é também uma violência muito perigosa para o futuro do País.

Os próximos quatro anos, Senador Dário, vão ser definitivos para o Brasil. São anos em que nós nos reencontraremos com coesão e rumo ou nós nos perderemos na desagregação que já toma conta do País, sem rumo. Eu espero que muitos de nós aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ...estejamos de volta com a responsabilidade de fazer com que o Brasil se reencontre, com coesão e com rumo.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Cristovam, permite-me um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas eu gostaria de dar um aparte ao Senador Reguffe.



O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Cristovam. Em primeiro lugar, eu quero dizer que lamento a posição do seu Partido. Considero que V. Ex^a teria todas as condições de representar o seu Partido com dignidade na campanha presidencial, valorizando as propostas e os ideais do seu Partido e oferecendo à sociedade brasileira uma proposta alternativa, uma proposta diferente. Então acho que V. Ex^a honraria o seu Partido. E lamento o seu Partido não lhe ter dado a oportunidade de oferecer as suas ideias à sociedade brasileira. Considero também que, nessa salada que virou o processo partidário no Brasil, o que um partido deveria almejar é sempre lançar uma candidatura própria, para fazer o bom debate, para colocar as suas ideias, para oferecer à população qual é o seu projeto, porque um partido deveria existir para fazer um debate de ideias, não para ficar lutando por carguinhos em governos, não para ficar lutando por espaços de poder para nomear os seus apaniguados, o seu grupo.

(Soa a campanha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Então eu acho que o que o Brasil precisa é de um sólido debate, sólido e profundo debate de ideias, e acho que um partido político deveria servir para isto: oferecer uma alternativa diferente. Considero também que nós precisamos fazer uma grande revisão do papel do Estado. Precisamos de um Estado mais enxuto, mais eficiente, que seja voltado para o contribuinte, que seja preocupado em devolver serviços públicos a esse que paga impostos. Hoje, parece que o Estado brasileiro não serve ao contribuinte brasileiro. Ele não existe para servir ao contribuinte brasileiro. Parece que ele existe para servir à construção e perpetuação de máquinas políticas, porque é para isso que serve o Estado. Em qualquer governo, até agora, de que partido for, entra governo e sai governo, é sempre esse loteamento. Distribuem-se os ministérios pelos partidos. "Quantos votos vamos ter no Congresso Nacional?"

(Soa a campanha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Governabilidade no Brasil virou sinônimo de fisiologismo. Eu quero ver um governo que realmente ofereça à população uma nova proposta de educação, uma nova proposta de saúde, uma nova proposta de segurança, que priorize essas três áreas, que são as áreas precípuas da atuação do Estado. Agora, eu quero ver um governo que, além de priorizar essas três áreas, além de formular e executar políticas públicas, também se preocupe com uma nova forma de fazer política, porque essa que está aí só fez a sociedade ter nojo da política, querer se afastar da política. E não há saída fora da política. Aliás, isto precisa ser dito: não há saída fora da política. Então, nós precisamos recuperar o valor que a política tem para o cidadão. Agora, não vai ser com esse modo de governar, com esse toma lá dá cá...

(Soa a campanha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – ... já vou encerrar, Sr. Presidente –, com esse loteamento indiscriminado que nós temos na máquina pública, onde... E o pior é que isso prejudica o funcionamento dos dois Poderes, porque faz com que Parlamentares tenham como grande preocupação não pensar se aquilo é bom ou ruim para a sociedade, e, sim, se eles vão ou não conseguir aquele carguinho no governo. E tira a independência do Legislativo e prejudica também o funcionamento do Executivo, porque obriga o governante a nomear pessoas que, muitas vezes, ele não queria nomear, muitos dos quais não têm qualificação técnica para exercer aquele cargo ali e para servir à sociedade. Então, eu quero ver uma educação nova, eu quero ver uma saúde nova neste País, eu quero ver uma segurança melhor, mas eu também quero ver uma



nova forma de fazer política. Eu também quero ver um novo tipo de relação política e uma nova forma de fazer política neste País.

(Soa a campainha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Obrigado pelo aparte. Quero dizer que o senhor tinha todas as condições de ser candidato a Presidente. Lamento que o seu Partido tenha preferido ir para uma aliança a pensar em discutir um novo projeto para o País, pensar um futuro para este País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu que agradeço, Senador Reguffe, pelas suas palavras elogiosas e pelo que o senhor colocou, que seria um dos itens que um governo que deseja trazer esperança para o novo Brasil deve incorporar no seu programa. E eu vou levar essas propostas ao Partido, para que levem inicialmente ao candidato Alckmin e, depois, a outros candidatos, se ele não aceitar.

Era isso, Sr. Presidente.

Boa Páscoa para o senhor e para todos os ouvintes.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, igualmente cumprimento o Senador Cristovam Buarque e passo a palavra agora ao nosso 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Cássio Cunha Lima.

Enquanto ele se dirige à tribuna, gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, porque, no meu entendimento também, acho que neste momento, Senador Cristovam, nós estávamos precisando de um professor. E nada melhor do que o senhor para expressar esse sentimento tão bem colocado também por V. Ex^a na tribuna e pelo Senador Reguffe: uma nova forma, um novo conceito, um novo olhar. Vamos experimentar, ousar, declarando guerra ao desperdício e construindo um Brasil diferente para todos nós.

Senador Cássio Cunha Lima, desculpa, V. Ex^a tem a palavra e, evidentemente como Presidente desta Casa, o horário que V. Ex^a desejar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Dário, pela gentileza.

Saúdo o Senador Cristovam Buarque pelo pronunciamento proferido há poucos instantes, com o aparte que muito enriqueceu a sua fala do Senador Reguffe, com uma análise muito precisa do que o Brasil necessita nesta quadra.

Estamos diante de uma encruzilhada, nas próximas eleições: ou o Brasil acerta o passo, apruma-se em direção a um futuro melhor que todos nós queremos, ou, infelizmente, teremos essa circunstância atual agravada em vários dos seus aspectos.

Então, Senador Cristovam, mais uma vez, ouvi-lo foi uma satisfação e, mais que uma satisfação, um aprendizado constante no alto da sua sabedoria, da sua consciência política, do seu discernimento.

Então, antes de tratar o assunto que me traz à tribuna hoje, gostaria de felicitar V. Ex^a.

E, como filiado ao PSDB, quero agradecer ao PPS a oportunidade de diálogo. A oportunidade que o PPS nos confere através de sua decisão em congresso, realizado no último final de semana, possibilitará ao Partido da Social Democracia Brasileira, através do nosso candidato a Presidente, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, esse diálogo tão necessário para que essas vozes de moderação e de preocupação com o futuro do Brasil possam



se entender e apresentar uma proposta que traga na sua expressão esperança para o Brasil e para o seu povo. Não podemos perder essa oportunidade do diálogo.

Como filiado ao PSDB, agradecemos ao PPS essa oportunidade. E me somo ao Senador Reguffe ao lamentar a decisão do Partido – pode ser contraditório, mas o primeiro turno serve exatamente para isso. O primeiro turno serve para que cada legenda possa apresentar os seus postulantes, as suas candidaturas. E naturalmente o processo político-eleitoral, sobretudo o debate político brasileiro, perde muito com a sua ausência numa candidatura presidencial.

A fala parece paradoxal, mas acredito que é entendida por V. Ex^a pela contribuição que já deu, vem dando e dará à política de Brasília, principalmente à política do Brasil.

Mas venho, Sr. Presidente, neste instante à tribuna para falar em defesa dos Municípios brasileiros, muito particularmente dos Municípios do Nordeste e, de forma muito mais especial, dos Municípios da Paraíba.

O Governo Federal, desde novembro do ano passado, 2017, prometeu um aporte financeiro aos Municípios, uma ajuda financeira na ordem de R\$2 bilhões através da Medida Provisória 815, que foi publicada já no final do ano que se encerrou, no dia 29 de dezembro, depois de muita pressão, depois de muita exigência para que Sua Excelência o Presidente da República pudesse cumprir compromisso firmado com os prefeitos.

A medida provisória foi editada, os prefeitos passaram a ter uma esperança no recebimento desse aporte financeiro extraordinário para fechar as contas do ano de 2017. Infelizmente, não foi possível a efetuação do pagamento desse aporte financeiro no exercício findo, no exercício passado. Os prefeitos estavam com a expectativa de que, em janeiro, essa ajuda extraordinária seria dada.

Ocorre que, até o momento, os recursos não chegaram às prefeituras e não serão creditados na conta dos Municípios no Fundo de Participação, como era a esperança dos Municípios. Além de não ter chegado... Nós já estamos no dia 28 de março, com o mês de abril praticamente batendo às portas – é o primeiro trimestre do ano sendo encerrado sem que esse repasse tenha sido feito –, e o que é mais grave: há uma frustração enorme para ser consolidada, Senador José Medeiros, porque o repasse não será feito através do reforço da cota-parte de cada Município do Fundo de Participação dos Municípios.

De acordo com o texto do PLN nº 1, de 2018, serão R\$600 milhões para a educação, R\$1 bilhão para a saúde e R\$400 milhões para a assistência social, distribuídos de acordo com os índices de repasse do FPM. É claro que toda ajuda é bem-vinda, mas não foi o prometido aos prefeitos para que pudessem ter algum nível de liberdade e autonomia no que diz respeito à aplicação desses recursos e ao equilíbrio das contas das prefeituras. Então, o repasse, quando ocorrer, será através de vinculações para a educação, para a saúde e para a assistência social.

Ontem, dia 27, o Ministério do Planejamento informou que os recursos já estariam disponíveis nos três Ministérios. Hoje, contudo, saíram duas portarias no *Diário Oficial*: uma regulamentando o repasse de R\$400 milhões, via Fundo Nacional de Assistência Social; e uma outra, do Ministério da Saúde, regulamentando o repasse de R\$1 bilhão, via fundo a fundo, na área de saúde. No entanto, a portaria do Ministério da Saúde foi publicada com um erro. Mais uma vez, alguns Estados, como a própria Paraíba, além do Pará, de Pernambuco, do Piauí, do Paraná, do Rio de Janeiro, de Rondônia, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul e da sua Santa Catarina, ficaram de fora da portaria publicada com erro pelo Ministério, o que vai retardar ainda mais o repasse dessa ajuda, que já não ocorrerá, repito e insisto, através do



Fundo de Participação. Serão destinadas cotas para a educação, para a saúde e para a assistência social.

Então, nós estamos aqui, em primeiro lugar, para repudiar a postura do Governo Federal, para repudiar a falta do compromisso com os prefeitos.

Os prefeitos mobilizaram-se. Essa mobilização nasceu na Paraíba, através da participação de muitos prefeitos paraibanos. Não quero aqui citar aqueles que participaram, porque vou pecar, naturalmente, por omissão. Mas Roberto Bayma, por exemplo, de Bom Jesus – para citar apenas o caso do Prefeito Roberto Bayma, de Bom Jesus –, fez uma articulação imensa com a Confederação Nacional dos Municípios. Foi uma grande jornada vencida até aqui. Os prefeitos sabem, exatamente, do que estou falando. Até agora, só frustração, só promessa, só adiamento.

O apelo que faço neste instante é para que tanto o Ministério da Saúde quanto o Ministério do Desenvolvimento Social façam o pagamento imediatamente, já que o recurso está disponível nesses Ministérios desde o último dia 13 de março, quando o PLN foi sancionado.

Então, os recursos já estão disponíveis, e há burocracia, letargia, lentidão, marasmo, em alguns casos, omissão do Governo Federal e dos seus respectivos Ministérios para o repasse dessa ajuda tão necessária aos Municípios, apesar de ser uma ajuda insuficiente, modestíssima, incapaz de resolver a grave crise que os Municípios estão enfrentando.

Então, ainda falta publicar a portaria do MEC (Ministério da Educação) que vai repassar R\$600 milhões do total de R\$1,4 bilhão desse aporte financeiro para os Municípios.

E aí, como se diz na Paraíba, como se diz no Nordeste, depois de queda, coice. Como se não bastasse toda essa artimanha que o Governo Federal fez, enganando, ludibriando, numa postura de engodo, realmente, aos Municípios brasileiros... Os prefeitos e as prefeitas foram enganados pelo Governo Federal, é isso que tem que ser dito com toda a clareza, com toda a firmeza neste instante. E aqui a minha voz é uma voz municipalista, em defesa das cidades da Paraíba, dos nossos Municípios, e do Nordeste do Brasil.

Como eu disse, depois de queda, coice. Vem agora a notícia do aumento da taxa de administração cobrada pela Caixa Econômica Federal na gestão dos repasses de contratos entre União e Municípios, em especial no caso das emendas parlamentares.

As emendas parlamentares são utilizadas para ajudar os Estados e os Municípios na sua carência de recursos. Então, até o início deste ano, a taxa de administração para uma transferência do Governo Federal às prefeituras para uma obra ou um contrato viabilizado através de uma emenda parlamentar era de 2,5%. Então, até a presente data, no caso da emenda parlamentar, a Caixa cobrava uma taxa de administração de 2,5%. Em janeiro, o Ministério do Planejamento editou uma instrução normativa com novas regras para esses repasses e foi feito um chamamento público para definir a instituição financeira.

A Caixa foi a escolhida e alterou os novos valores, pasmem, para uma faixa de 3,4% até 11,9%, quase 12% de taxa de administração. Então, eram cobrados até então 2,5% das emendas parlamentares, e, a partir desse chamamento público feito pelo Ministério do Planejamento, em que a Caixa Econômica foi a vencedora, haverá uma variação de 3,4% a 11,9%.

Vou, inclusive, apresentar aqui os percentuais de forma detalhada, para que fiquem registrados. Desde já, lembro que a Caixa Econômica, em 2017, teve um lucro de quase R\$12 bilhões, e agora, em cima das emendas dos Senadores, das emendas dos Deputados, serão cobradas essas taxas que são absolutamente extorsivas, que são absurdas, porque descontarão das pequenas cidades, descontarão dos pequenos Municípios.



A tabela era para estar aqui, mas não está. Vou pedir a Maurício... Traga aqui a tabela, porque eu naturalmente não memorizei os números.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Senador Cássio...

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador José Medeiros, por gentileza.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – É só para complementar o que V. Ex^a está dizendo. Tenho encontrado prefeito, Senador Cássio Cunha Lima, que tem dito: "Senador Medeiros, se o dinheiro vier pela Caixa, eu agradeço muito a boa intenção de mandar para o meu Município, mas não quero." Porque, como se não bastasse isso que V. Ex^a traz aqui, há ainda mais a questão da burocracia que inventaram. É uma verdadeira via-crúcis. E o prefeito me disse que está gastando mais com papel do que com a obra. É só para acrescentar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Essa é uma realidade com que o Brasil convive já há muito tempo. Mas agora essa situação ficou ainda mais grave, porque há um desconto direto nas emendas.

Vou fazer aqui – após ouvi-lo, Presidente, naturalmente –, e para o conhecimento, pois acho que poucos Senadores e poucos Deputados estão atentos a essa realidade, uma denúncia e um chamamento para que o Senado da República, junto com a Câmara dos Deputados, possamos nos unir e repudiar essa majoração da taxa de administração da Caixa Econômica, que, além de já representar um obstáculo constante para o repasse dos recursos, que é uma realidade do Brasil, agora vai cobrar preços, ao meu ver, extorsivos, porque, quando você tem, para um convênio, por exemplo, uma emenda para a aquisição de máquinas e equipamentos, os percentuais são regressivos. Quanto menor o valor maior a taxa de administração.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Isso é um absurdo!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Então, só para fazer a leitura, Presidente, permita-me – e vou colocar os óculos.

Para máquinas e equipamentos, para uma emenda, por exemplo, de R\$100 mil, a Caixa Econômica vai cobrar 11,94%. Ou seja, vai descontar R\$11,940 mil.

Para R\$200 mil, há uma taxa de administração de 7,05%, e abaterá da emenda R\$14 mil.

Para uma emenda de R\$300 mil é de 5,4%, descontando R\$16.230.

Para uma emenda para máquinas e equipamentos de R\$500 mil é 4,11%, descontando dessa emenda – ou seja, descontando dos Municípios, descontando do povo, pois isso é retirado da população – mais de R\$20.550.

Para as emendas com mais de R\$1 milhão, para a aquisição de máquinas e equipamentos, há o desconto de 3,39% e serão tirados do povo da cidade beneficiado com a emenda, R\$33,9 mil.

No caso das obras, emendas – que são as menores – de R\$250 mil, há o desconto de 10,86%, para um desconto que era de 2,5%. Veja o tamanho da majoração! Nós estamos saindo de uma taxa de administração de 2,5% para 10,86%. Ou seja, há um desconto na emenda de R\$27.142.

Para as obras até R\$500 mil, é de 7,81%. Ou seja, há um desconto de R\$39.050.



Para as obras de R\$1 milhão ou mais, há o desconto de 8,81%. No caso da emenda de R\$1 milhão, serão descontados, do povo de cada Município, R\$88 mil.

É um absurdo! Os prefeitos do Brasil, os Deputados do nosso País e os Senadores precisam repudiar essa postura da Caixa Econômica. Não faz sentido uma taxa de administração que cobre, em emendas de pequeno valor, quase 12% do valor da emenda. É uma agiotagem oficial, uma agiotagem inadmissível, que retira dinheiro do nosso povo, que sacrificará ainda mais os pequenos Municípios brasileiros que dependem, de forma direta, dessas emendas.

E, portanto, fica aqui o chamamento para que nós possamos exigir, da Caixa Econômica e do Ministério do Planejamento, uma revisão desse tarifaço de taxa de administração que está sendo imposto aos Municípios do Brasil e aos Estados brasileiros.

Presidente, antes de encerrar o meu pronunciamento...

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... escuto V. Ex^a, naturalmente, mas, ao final, encerrarei a conclusão da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu só queria fazer um acréscimo à fala de V. Ex^a.

Como V. Ex^a sabe, eu fui Presidente da Comissão Mista de Orçamento da gestão passada, inclusive, expirou a Comissão ontem. Na última reunião da Comissão, nós levantamos essa questão da majoração da cobrança pela Caixa Econômica Federal, o que achamos um absurdo, sobretudo porque a Caixa Econômica Federal é um banco público, que, há muitos e muitos anos, é o agente financeiro dos Municípios brasileiros, e que, em uma atitude agora, sem nenhuma discussão a respeito, fez essa tomada - não sei exatamente qual foi o termo - , e majorou as taxas de cobrança das emendas parlamentares dos Deputados e dos Senadores, o que, na minha opinião, é inaceitável.

V. Ex^a traz esse tema, que é oportuno, e, inclusive, queria propor a V. Ex^a para imaginar o remédio que nós poderíamos dar a isso, para sustar essa questão.

Eu sugeri um ofício ao Presidente da República, porque, certamente, o Presidente da República não pode ter conhecimento disso. Se tiver conhecimento, está contra o Pacto Federativo. O que adianta o Presidente fazer um esforço para dar um aporte de recurso para sobrevivência dos Municípios e, ao mesmo tempo, começar a cobrar agora das emendas parlamentares? Pode não significar muito neste exato momento, mas aliado à burocracia, à ineficiência e também aos recursos que serão suprimidos, muitas vezes, vão dificultar, vão inviabilizar a aquisição de um trator, de uma máquina, de um equipamento exatamente por essa atitude.

Então, eu queria propor a V. Ex^a, talvez, não sei se cabe um decreto legislativo...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Talvez, sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Vamos pedir para estudar para ver se cabe um decreto legislativo. Não é possível que nós vamos, gradativamente, recebendo todos esses penduricalhos, que são uma afronta à sociedade brasileira, são uma afronta aos Municípios brasileiros. E nós, como representantes do Congresso Nacional, temos que levantar essa voz contra esse processo que é um processo de cobrança, que parece uma volúpia de necessidade de buscar, efetivamente, recursos. Na verdade, o Governo devia fazer outras coisas:



declarar guerra ao desperdício, ver onde está indo o ralo de muitos recursos e assim sucessivamente.

Portanto, queria contribuir com V. Ex^a nesse aspecto.

Reponho o tempo para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço, Presidente, o aparte, que peço que seja incorporado ao meu pronunciamento.

V. Ex^a, como Presidente da Comissão Mista de Orçamento até bem pouco tempo atrás, conhece da matéria. Vamos pedir às nossas assessorias para que estudem a possibilidade de um decreto legislativo suspendendo esse tarifaço.

Apenas lembrando. Foi feito um chamamento público pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e a Caixa Econômica foi a vencedora do certame. E o fato é que estamos saindo, repito, de uma taxa de administração, que era cobrada pela própria Caixa Econômica, de 2,5% para, em alguns casos absurdos, 11,94. Ou seja, quase 12%. Então, não é possível tolerar essa situação diante de um banco, que é público, que auferiu lucros de mais de R\$12 bilhões o ano passado.

É importante e positivo que a Caixa tenha lucro, mas não é possível descontar das emendas dos Parlamentares, que, no caso de milhares de cidades no Brasil, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, são a única fonte de investimento que essas pequenas cidades têm, porque elas não dispõem de recursos próprios para fazer seus investimentos. Os investimentos ocorrem quando são contemplados com as emendas parlamentares. E haver descontos dessa ordem de grandeza é retirar, do povo brasileiro, é retirar dos municípios de cada uma dessas cidades, recursos escassos, recursos parcos, que farão falta no dia a dia dos Municípios.

Então, fica o chamamento, fica a convocação, a exortação para que o Senado da República, a Câmara dos Deputados, todos nós possamos, juntos com os prefeitos e governadores que serão atingidos também com a medida, derrubar essa iniciativa da Caixa Econômica, que é eivada de um equívoco completo. É um erro, um equívoco grave, num momento de crise como este, sobretudo com as dificuldades que os Municípios enfrentam, majorar essa taxa de administração por parte da Caixa Econômica.

E vamos continuar cobrando, mesmo com as tapeações que foram feitas – desculpe a expressão –, o repasse do apoio financeiro para os Municípios, que já está mais do que atrasado.

Agradeço, Presidente, a tolerância de V. Ex^a e reafirmo o meu compromisso de defesa com o meu Estado, com os Municípios da Paraíba em momentos como este, que contarão sempre com a minha voz, com o meu trabalho, com a minha luta, com a minha justa indignação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu cumprimento V. Ex^a mais uma vez.

Não queria importuná-lo novamente, mas só para acrescentar, Senador Cássio Cunha Lima, que a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), aprovada – daquela vez, no ano passado – no tempo adequado, estabeleceu que o agente financeiro só poderia cobrar – se eu não estou equivocado – de 1 a 4%, mas, em média 2,5%, como V. Ex^a estabeleceu. Então, na verdade, não se está cumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Talvez seja mais um motivo para os nossos assessores analisarem essa questão para ver qual é o projeto, o processo ou o ato que nós vamos fazer para, efetivamente, discutir com o Plenário se vamos sustar ou vamos aceitar essa questão levantada pela Caixa Econômica Federal.



Parabéns a V. Ex^a!

Senador José Medeiros, V. Ex^a tem a palavra.

Agora vamos conceder a palavra, então, ao brilhante Senador José Medeiros.

Antes, peço a V. Ex^a, então, para ler um expediente que há sobre a mesa, Senador José Medeiros.

Trata-se do Ofício nº 128, de 2018, de 22 de março de 2018, endereçado ao Ex^{mo} Sr. Senador Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal. O assunto é comunicação de filiação partidária.

Diz o ofício:

Ex^{mo} Sr. Presidente, cumprimentando V. Ex^a, obedecendo ao que dispõe o §2º do art. 7º do Regimento Interno do Senado Federal, comunico minha filiação ao Partido Democrático Trabalhista, PDT.

Respeitosamente, Senadora Kátia Abreu (**Vide item 2.1.2 do Sumário**).

Agora, sim, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Dário Berger, eminente representante do Estado de Santa Catarina.

Cumprimento todos os que nos assistem neste momento nas galerias, toda a imprensa e também os que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV Senado.

Sr. Presidente, o Tribunal Regional Federal confirmou a condenação do ex-Presidente Lula, fixando a pena em 12 anos e 1 mês de prisão. Agora, condenado em segunda instância e inelegível, Lula insiste em andar pelo Brasil afora com uma caravana. Óbvio que as perspectivas de Lula candidato não guardam relação com a realidade dos fatos, a menos que se resolva rasgar todo o ordenamento jurídico, a Lei da Ficha Limpa, rasgar a legislação eleitoral e tudo o mais.

Já disseram que cada um pode ter sua versão para fatos, mas não pode ter seus próprios fatos. É aquela coisa: S. Ex^a, os fatos.

É aquilo que já dizíamos durante o *impeachment*: se há um cadáver no meio da sala, Senador Dário Berger, pode haver mil versões, mas existe um fato ali; há alguém morto na sala. Aí vêm várias perguntas: quem matou e quem é responsável por aquele cadáver ali?

O fato é que, na trajetória dele, existe não só um cadáver. Existem vários cadáveres. Existe uma Pasadena, existe uma Abreu Lima, existe um Porto de Mariel, existe Angola, existe uma vasta casta de acontecimentos que acabaram com o seu portfólio, com o seu crédito. Ou seja, um rosário de fatos que lhe trazem problemas.

Bom, como se enfrentaria uma situação dessa? Como se enfrenta um negócio desse?

Um processo se enfrenta – qualquer aluno do primeiro ano de direito sabe – com a contratação de um advogado e com a tentativa de desconstrução das teses das acusações. Só que são tantas, e as provas são tantas, que elas se derramam como aquela barreira de Mariana, e já não há mais o que fazer.

Aí se parte para quê? Para o coitadismo. Passa-se a dizer: o ex-Presidente é um perseguido.

Mas a grande realidade dos fatos é que a flauta do Partido dos Trabalhadores e do Presidente Lula não encanta mais – ela não encanta mais.



Por onde ele passa, ouve o povo brasileiro, o povo trabalhador – aqueles que acordam cedo e dormem tarde para ganhar a vida honestamente – ficar revoltado e praticamente ignorá-lo. A única sorte que ele teve nessas caravanas foi que agora, no Rio Grande do Sul, algumas pessoas resolveram jogar ovo na caravana, e isso trouxe alguma notoriedade para sua caravana.

Por isso que eu peço aqui às pessoas: deixem Lula fazer sua caravana, deixem Lula passar, deixem-no falar o que quiser. Essas mentiras todas já foram ditas, todo mundo já sabe o que é. Esse debate tem que ser feito não da forma que eles querem, porque o que o PT e o Lula querem é justamente isto: se passarem por coitados.

Então, gente, aonde ele chegar, deixem-no fazer o comício dele. Vai haver três ou quatro lá. Se eles tiverem dinheiro para mortadela, vai haver mais gente, senão, não vai haver ninguém. Mas, se houver uma cusparada – eu digo cusparada, porque eles gostam muito de fazer isso, José de Abreu, Jean Wyllys –, eles vão usar isso aqui nesta tribuna, vão usar em tudo que é lugar para se passarem por vítimas, para se passarem por coitados.

Sabe qual é a tática dessa gente? A tática é a seguinte: eles irritam os adversários, eles xingam os adversários, eles humilham os adversários e esperam uma reação. Quando as pessoas reagem, Senador Dário Berger, quando as pessoas reagem, eles rotulam. Rotulam de que forma? Chamam de fascistas, chamam de nazistas e por aí vai. Feito isso, eles começam a se vitimizar, a se sentirem coitados, a dizerem que a democracia está sendo afrontada, que o Brasil é um país de ódio e que o Brasil está sendo destruído pelos nazistas e pelos fascistas. Conversa fiada: brasileiro não gosta de violência, não. Graças a Deus e sorte do PT que o Brasil é um país pacífico. Pelo tempo que este Governo está tentando transformar isso aqui numa Venezuela, nosso povo é muito pacífico.

E olha, eu anseio, como nunca, que desses tiros que foram dados no ônibus seja descoberto o autor, por duas coisas: primeiro que, se o autor for de fora do *staff* petista, o sujeito é de uma burrice relinchante. Eu vou dizer de novo: é de uma burrice relinchante, não entende nada de política e realmente tem que ser preso, tem que ser enquadrado em todos os artigos possíveis, porque gente desse tipo não pode nem passar perto de política. Nós temos tudo na mão para vencer isso no debate. É por isso que anseio pela investigação desses tiros, Senador Dário Berger, porque eu não acredito em bruxas, mas dizem que elas existem.

Então, vamos esperar a investigação. Eu espero que a polícia possa fazer uma investigação muito, muito séria.

Eu digo isso, Senador Dario Berger, porque eu trabalhei por 20 anos na polícia e, por diversas vezes, acabei, infelizmente, participando de tiroteios. Existem diferenças quando você atira num carro em movimento e quando você atira num carro parado. Você tem que considerar a velocidade do carro, e, dificilmente, o buraco da munição fica a 90º, porque há o movimento da viatura, o movimento do carro. Deem uma olhada nas fotos daquele ônibus lá. O tiro está a 90º! Bom, a menos que o carro estivesse a 10km/h.

Mas vamos esperar as investigações, não vamos nos açodar, não. É o que eu digo: seja lá quem for que atirou, deve ser punido. Não dá para dizer que "Ah, mas o PT incitou o ódio etc..." Olha, se você não consegue fazer o debate na base dos argumentos, você não está preparado para a política.

Então, como eu disse, Senador Dario Berger, o fato é que a flauta não encanta mais e, por onde ele passa, já não arrasta mais multidões. E eu sei que isso deve incomodar muito.



Mas eu digo que tenho de dar o braço a torcer, porque eles nos surpreendem. Eles nos surpreendem porque, a cada dia, é uma coisa nova; e nos surpreendem pela falta de rubor total e pela incoerência das coisas.

Vejam bem que, há pouco tempo, estavam levando crianças de 1 a 4 anos, do ensino fundamental, para assistir a uma exposição onde havia figuras extremamente controversas, tais como um negro sendo currado por dois brancos, enfim, figuras extremamente controversas que eu não vou ficar aqui repetindo. Enfim, era uma exposição para adultos, com conteúdo adulto. Mas, não, em nome da cultura e tudo mais, levaram as crianças e defenderam aqui a liberdade artística, disseram que o que nós estávamos querendo fazer aqui era censura, porque nós defendíamos a classificação do conteúdo. Babaram, vociferaram, trouxeram artistas aqui ao Senado dizendo: "Estão querendo cercear a cultura." E, aí, o que estão fazendo agora? Estão criticando o Zé Padilha e o Netflix, Senador Dário Berger, porque lançaram a série *O Mecanismo*, que narra os fatos que aconteceram nos últimos anos no Brasil. Querem censurar o Netflix!

Se a ex-Presidente Dilma e o Lula não gostaram da série, eu digo o seguinte – e não assisti ainda: se eles dois não gostaram, gente, eu já indico como uma boa pedida. Eu já aconselho a assistirem à série.

Mas o Lula não é a razão da minha fala. Minha fala, Senador Dário Berger, é sobre o futuro, sobre otimismo,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ...sobre as propostas para virar essa triste página da nossa história.

Meu otimismo decorre da certeza de que, nunca antes na história do Brasil, o eleitor esteve tão ciente do poder que tem em suas mãos. Eu digo isso porque fui agora de Vila Rica, lá no nordeste de Mato Grosso, e andei o Araguaia quase todo. E eu via que as pessoas estão interessadas, sim, em olhar o perfil dos candidatos e estão muito atentas com o que está acontecendo.

Eu encontrei catarinense, Senador Dário Berger, lembrando a extraordinária administração que V. Ex^a fez lá em Florianópolis. E falo isso aqui com muito gosto, porque fiquei contente de ouvir catarinenses lá em São Félix do Araguaia me contando isso. E queria parabenizá-lo por isso.

Mas esse otimismo vem da convicção de que nossas instituições estão funcionando e que a população acompanha tudo com muita atenção.

Não incentivo, Senador Dário Berger, não incentivo, já disse aqui, as ações feitas nas minguadas caravanas do Partido dos Trabalhadores. E conclamo a todos para irmos para o debate nas redes sociais. Mas um debate, não é agredindo, não; não é agredindo, chamando de "petralha", não é diminuindo, não é fazendo a cartilha do Partido dos Trabalhadores. É indo ao mérito da questão, é procurando os números.

Por exemplo, vamos lá. O Presidente tem saído por aí e tem dito que tudo o que está acontecendo com ele é uma perseguição, Senador Dário Berger, porque os ricos e a elite brasileira têm medo dele. E que ele é o candidato dos pobres, o candidato da pobreza. Tudo bem. Sem xingá-lo, sem odiá-lo, vamos pegar esses números. Vamos ver o período e ver se realmente foi assim. Vamos ver quanto a pobreza diminuiu nesses anos. Vamos ver se foi com



essa pobreza que eles foram para a mesa. E você vai ver que não; foram para a mesa, sabe com quem? Com as campeãs.

Nós estávamos na CAE, e eu me lembro de que V. Ex^a estava lá, Senador Dário Berger. Estava lá na época o Presidente do Banco Central, o Bendine. E eu perguntava para ele o seguinte: qual foi o critério para que fossem escolhidas algumas empresas e feito tanto aporte financeiro para que elas se tornassem tão robustas, ao ponto de vampirizar as outras? Cito, por exemplo, o caso da JBS, que ficou tão forte, que acabou com as outras empresas concorrentes e fechou plantas frigoríficas pelo País inteiro, como é o caso de Vila Rica, no Mato Grosso, uma cidade que não é grande, uma cidade pequena, e que perdeu 700 empregos, porque a JBS foi lá e fechou a planta.

Mas o Presidente do Banco Central respondeu que o critério foi o seguinte: pegamos ali as maiores empresas e que foram escolhidas, as chamadas campeãs, e nós fizemos esse aporte. Quer dizer, é no olhometro. É o capitalismo do companheiro: eu escolho alguns, e vamos para cima. Então, foi com os ricos que eles se sentaram à mesa. E eu não sou contra rico; eu não faço aqui a política da luta de classes. Nós precisamos é de prosperidade.

Mas ele dizia o quê? Que ele é o candidato dos pobres e que a elite e os ricos não querem que ele volte ao poder. Mas nós precisamos fazer este debate, de mostrar a incoerência, de fazer o contraponto. Então, eu não tenho dúvida de que, nesta próxima eleição, nós seremos testemunhas, Senador Dário Berger, testemunhas privilegiadas da renovação política com qualidade. Renovação em termos de idade, não; em termos de comportamento, em termos de colocarmos no País pessoas que tenham comportamento à altura de conseguir governar o País.

O eleitor já relegou ao esquecimento essas velhas figuras que levaram o Brasil à mais profunda crise da nossa história. No campo da campanha presidencial, já temos um pré-candidato, Senador Dário Berger. Por acaso ele acabou de entrar aqui no plenário e representa a excelente visão do futuro para o nosso País. Nós podemos fazer diferente. Sem nos limitar ao ódio dos extremistas, o que o País precisa, a esperança do povo trabalhador, que quer mais de um país melhor, é da linha do equilíbrio, da probidade, da boa gestão, da sensibilidade e empatia com o povo.

A radicalização que esse Partido que ficou 13 anos no poder tenta pautar é péssima para o País, mas tenho certeza de que o eleitor vai aproveitar a oportunidade histórica de reescrever nosso futuro com equilíbrio.

E nós temos pré-candidato. V. Ex^a, por exemplo. Quando eu disse que lá em São Félix do Araguaia estavam relembrando a sua administração, Senador Dário Berger, é porque as pessoas guardam com carinho aquele que cuidou bem da sua cidade.

Então, essas pessoas subiram ao poder, tiveram o carinho da população brasileira, fizeram essa bagunça toda e agora se passam por vítimas. E é o que eu dizia há pouco, Senadora Ana Amélia. Eles andam por aí fazendo a seguinte política: irritam, xingam os adversários, fazem o diabo! E esperam reação. Quando as pessoas reagem, eles rotulam: nazistas, fascistas e tudo o mais. E, depois de rotular, pedem paz: "Nós somos da paz".

Aí, você pega os vídeos de Stédile. Pelo amor de Deus, o que Stédile falou nessa semana sobre as pessoas que produzem... Poxa, eu fiquei ofendido, porque sou filho de lavrador. Eu duvido que Stédile tenha puxado enxada, senão ele não estava falando aquilo.



Aquele Vagner da CUT e o outro que falou ali no Palácio do Planalto são extremamente ofensivos. Mas isso não pode. O Jean Wyllys cuspiu nos outros, o José de Abreu, eles podem tudo.

Mas é o que estou falando: não vamos entrar no ódio deles. Nós vamos fazer este debate e perguntar: "Escuta, vocês são candidatos dos pobres, mas por que a pobreza aumentou?" "Vocês dizem que são contra os ricos, mas os bancos nunca ganharam tanto dinheiro como no governo de vocês." Nós vamos começar a fazer esse debate. O PT não aguenta debate de mérito. Eles aguentam... Eles aguentam, não! Eles, até na Justiça, estão procurando as filigranas processuais para tentar se salvar, porque não conseguem enfrentar o mérito.

Então, essa é a discussão.

Já encerrando, Sr. Presidente, concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador José Medeiros, a gente percebe claramente uma forma de tratar as coisas conforme as suas conveniências. Assim são useiros e vezeiros os representantes do partido que esteve no poder por 13 anos em tentar fazer a versão que eles querem. E aí criam esse clima de tentar carimbar, de tentar atribuir aos outros aquilo que os outros não fazem, mas que eles fazem, porém dizem que só os outros fazem. Então, queria dizer a V. Ex^a que quantos laboratórios de pesquisa, com pesquisa em áreas de ciência pura na área de agricultura, foram destruídos? Quantos laboratórios? Eu vi muito pesquisador e pesquisadora chorando porque sete anos de pesquisa com várias culturas, Senador Medeiros, foram destruídos. É como se você pegasse um filho e o jogasse na rua, você jogasse um filho que você criou. Um pesquisador numa pesquisa dedica-se àquilo como se fosse um filho gerado por ele. Destruíram, incendiaram. E como vão lá? Vão de rosto aberto, mostrando? Não, vão com o rosto tapado. Um ataque do puro vandalismo. Quantas estradas foram fechadas, bloqueadas por protestos? Quantas? Quantas ambulâncias não puderam chegar ao seu hospital por causa desses protestos? Isso pode, isso é apenas força de expressão, isso é democracia. Mas se você faz uma movimentação de produtores, não, eles são caloteiros, eles estão fazendo errado, estão pegando o dinheiro do financiamento e estão usando para o seu benefício. E aí querem o quê? Querem o que nessa relação? Então, a democracia deles é uma democracia diferente, Senador. A democracia deles permite tudo, permite tudo. A nós não cabe outro jeito a não ser ficarmos calados, mas estão enganados, nós não nos calamos. V. Ex^a não se cala, eu não me calo. Como se diz na minha terra, Lagoa Vermelha: a gente não leva desaforo para casa, Senador. E, dentro de uma atitude democrática, de um comportamento democrático, faremos sempre assim. Então, queria fazer esse aparte a V. Ex^a para concordar. V. Ex^a também é... As pessoas agora mesmo estavam em meu gabinete, eu estava lá com os transportadores, vítimas dos roubos de carga, que é o crime organizado. E muitos falando de V. Ex^a; V. Ex^a conhece bem esse setor, conhece como ninguém, porque é um profissional da segurança nas estradas. Então, Senador Medeiros, V. Ex^a tem sempre a oportunidade e o cuidado de abordar bem as questões. Estou aqui apenas para reafirmar esse compromisso com a democracia, com o diálogo, com a paz, com o embate, mas não vamos nos furtar e não vamos levar desaforo para casa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Agradeço-lhe por esse aparte.

E finalizando, Sr. Presidente, eu creio que o debate não é se atiraram ou não atiraram no ônibus do ex-Presidente. O debate não é se jogaram ovo ou se não jogaram ovo no ex-



Presidente. Isso é caso da polícia, a polícia vai cuidar disso. O debate é se nós vamos deixar esse partido transformar o Brasil no que os companheiros deles transformaram a Venezuela.

Como eu disse, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a, muito provavelmente, será o próximo Presidente da República, e eu espero que a primeira coisa que V. Ex^a possa fazer é, justamente, mostrar aos brasileiros que daqui para a frente teremos segurança jurídica. O brasileiro vai poder ter direito à sua propriedade. Porque hoje eles relativizaram tudo, achincalharam.

Ontem, estava escutando o rádio e ouvi o pronunciamento do Senador Magno Malta – pelo qual o parabenizo, Senador, V. Ex^a foi muito bem – sobre o STF. No que esse povo transformou o nosso STF?

Então, Senador Alvaro Dias, viajei o Araguaia, desde a região do nordeste de Mato Grosso, quase todo o Araguaia, e vi o quanto as pessoas, o quanto os brasileiros estão querendo realmente um Brasil equilibrado, um Brasil para a frente. Não tenho dúvidas de que teremos a chance, agora em 2018, de termos uma guinada, um diferencial na vida desse povo. Não dá para um País deste tamanho ficar com gente tão pequena e que, além de ser pequena, a pequena o debate.

Não sei se V. Ex^a já ouviu aquele jargão, Senador Alvaro Dias, de que time grande quando joga bola com time ruim fica com o futebol ruim. Esses dias me disseram: "Medeiros, o debate no Senado está muito pequeno". Eu falei: Mas é difícil fazer um debate à altura com gente tão ruim de debate. A não ser que você ignore e não responda nada. Aí fica a versão deles. Então, não tenho dúvidas de que nós podemos fazer uma coisa diferente, disso não tenho dúvidas.

Está começando o debate eleitoral. Por isso, torno a falar para as pessoas: não caiam nas armadilhas porque o que querem é isso. Deixem fazer suas caravanas, vão ter três ou quatro pessoas. Se não tiver mortadela, vai ser esse o número. Deixem para lá.

Senador Dário Berger, muito obrigado pela tolerância. Cumprimento novamente todos os que nos acompanharam até agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que cumprimento V. Ex^a.

Agora, passamos a palavra, então, ao Senador Alvaro Dias, correligionário do Senador José Medeiros, do Podemos, e um querido amigo do Paraná, gente do Paraná. Não é, Senador Alvaro Dias?

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Dário Berger, querido amigo de Santa Catarina. Somos Estados irmãos e, certamente, sonhamos com um Brasil uno, com a coesão que se deseja para construir o nosso futuro.

Hoje venho à tribuna para esclarecer. Ontem, a imprensa divulgou a nossa proposta de emenda à Constituição que diz respeito à legitimação constitucional da prisão em segunda instância para evitar o debate que hoje se estabelece no Supremo Tribunal Federal. Nós apresentamos no mês de junho do ano passado essa proposta de emenda à Constituição. Se o Congresso Nacional a tivesse aprovado, nós não estaríamos hoje assistindo a esse debate que tanto desgasta a Supremo Corte do País. E só ontem fui informado de que essa proposta está arquivada porque três Senadores teriam retirado a assinatura no tempo regimental.

Não fui informado disso. Fiquei sabendo ontem pela imprensa. Hoje, estou solicitando à Secretaria da Mesa a devolução da proposta para que eu possa completar as assinaturas em



razão da retirada delas. Aliás, já sou autor de projeto aqui, no Congresso Nacional, que impediria a retirada de assinaturas de requerimentos que propõem a instalação de CPI.

É a primeira vez, pelo menos que eu saiba, que há retirada de assinaturas de propostas de emenda à constituição, já que há uma exigência regimental de um terço do Senado para a apresentação de matéria dessa natureza.

Estou, portanto, repito, requerendo a devolução da proposta, para completar as assinaturas. E, obviamente, só poderei reapresentar assim que o decreto de intervenção no Rio de Janeiro for revogado. Se não for revogado neste ano, somente no próximo ano essa Emenda à Constituição poderá tramitar, reiniciar seu processo de tramitação.

É uma lástima que se discuta, neste momento, se alguém condenado em segunda instância deve ser preso ou não, porque há uma jurisprudência consagrada, há presos condenados em segunda instância. Entre os presos, há traficantes, assassinos, ladrões, pedófilos. Foram presos condenados em segunda instância.

Se, eventualmente, o Supremo Tribunal Federal recuar e alterar essa jurisprudência, todos esses presos serão liberados. Abram as portas das penitenciárias do País e coloquem nas ruas os barões da corrupção. É isso que desejamos? Mas que Estado de direito é esse? É um Estado de direito ou uma encenação?

No Estado de direito democrático, as leis governam os homens. Nesse caso, há uma inversão: querem que os homens do Supremo governem as leis.

Certamente, essa decisão de retrocesso ocorrida, há poucos dias, com o voto suspeito de seis Ministros, provocou revolta no País. Os últimos acontecimentos certamente foram estimulados por essa infeliz decisão do Supremo Tribunal Federal, porque não há, para o povo brasileiro decente, nas ruas do País, uma candidatura de verdade. O ex-Presidente Lula não está em campanha. Ele está afrontando a legalidade democrática e, por isso, provocando reações inusitadas.

É evidente que nós não compartilhamos com qualquer reação violenta, mas, obviamente, há que se responsabilizarem aqueles que provocam reações violentas, alimentando essa indignação que ganhou corpo no País, em razão dos escândalos de corrupção.

Eu concedo ao Senador Magno Malta o aparte que solicita, com prazer.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento. V. Ex^a está acima um pouco do limiar do correto, do verdadeiro e dos anseios da Nação. O art. 52 da Constituição confere o poder a esta Casa de ajudar o Brasil. E, nessa hora, só quem pode frear o Supremo é esta Casa. Só esta Casa pode pedir *impeachment* de Ministro – e tem um monte de pedido aí. Só esta Casa pode. Ontem eu disse, Senador Alvaro, aqui no plenário, que o Ministro Gilmar Mendes de uma forma corajosa se levantou e disse para Barroso: "Feche o seu escritório de advocacia!" Um Ministro e o outro num Big Brother. Aqui, uma cena dantesca. Esse Ministro, que foi sabatinado e votado aqui, tem que se explicar é nesta Casa. Entrei com requerimento na Mesa para que os dois sejam convocados aqui, para que se mantenha a acusação e o outro se defenda, até porque... Estou muito é cavalheiro, porque votei contra a indicação do Barroso, porque mostrei que ele tinha processo na Lei Maria da Penha, no STJ. Ele era advogado da Marcha da Maconha e advogado das ondas abortistas. Entrei na PGR com um pedido de impedimento dele ao Dr. Janot. Ele não pode participar nem se pronunciar em qualquer matéria que verse sobre aborto e sobre legalização de drogas. Na legalização das drogas, ele se manifestou e fez até um deboche de que qualquer cidadão



brasileiro pode tomar um porre depois do jantar na sua casa e dormir bêbado, mas que também pode fumar um baseado e dormir de cabeça feita. Ei, maconha é crime no Brasil! É droga! Como um Ministro faz isso no plenário do Supremo? Isso é apologia à droga. Então, só nós podemos ajudar. V. Ex^a está correto. Este Senado vai ficar assistindo a isso?! A jurisprudência está posta. Está todo mundo preso em segunda instância. Eles vão ter que fazer uma carta pedindo perdão para o Luiz Estevão? Para o Fernandinho Beira Mar? Vão pedir para o pobre Paulo Maluf, o velhinho do bem, que nunca roubou nada de ninguém? Ele está preso! Agora, deram para o Picciani ficar em casa, mas não deixam o pobrezinho do Maluf. Gente, que coisa! O Lewandowski senta aí no lugar de V. Ex^a e rasga a Constituição na nossa frente! Ali, cada um é uma Constituição. E nós vamos ficar assistindo a isso calados? V. Ex^a tem o meu respeito pela coragem de ir à tribuna e falar, porque o Paraná não mandou V. Ex^a para cá para botar o galho dentro. Aqui fica um monte de Senador que só faz elogio a Ministro do Supremo. Eles devem ter as razões deles. Eu não devo nada a ninguém. Devo nada a ninguém. V. Ex^a é como eu; eu, como V. Ex^a e tantos outros aqui, tenho que usar os microfones para defender o povo brasileiro e o povo do nosso Estado, que confiou em nós. E o momento é grave. É preciso dar freio. Eu vi uma entrevista do Ministro Fachin, contra quem votei – a V. Ex^a, a quem agora dou a mão, até porque ele teve um bom comportamento nesse episódio – e que está recebendo ameaça de morte. De onde vêm essas ameaças? Ele falou hoje, eu vi a entrevista dele na GloboNews. É preciso que a polícia, que o Ministério da Justiça, Senador Presidente, tome todas as providências para cercar a família dele, para guardar a família dele. Então, porque ele não concordou com a história do *habeas corpus*, já existe ameaça de morte? Não sei nem quem foi que fez, mas que existe, existe. E aqui eu até me penitencio um pouco com V. Ex^a, porque V. Ex^a lutou tanto... Se ele fizer só isso, já está bom – já está bom o Ministro Fachin. Por isso, V. Ex^a receba a minha reverência pela coragem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Muito obrigado.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Até porque a denúncia do BNDES – dos 81, aqui – foi feita por V. Ex^a, do roubo, do assalto do BNDES – foi feita por V. Ex^a. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Muito obrigado, Senador Magno Malta. V. Ex^a engrandece a Casa com pronunciamentos corajosos como esse, e eu o homenageio por isso.

Que Estado de direito é este? Ou nós preservamos as instituições essenciais ao Estado de direito, ou estaremos determinando a sua falência.

O Supremo Tribunal Federal é uma instituição essencial ao Estado de direito democrático. Quando há um divórcio entre instituições essenciais ao Estado de direito e a sociedade, a República falece. É a morte da República. Ou reabilitamos as nossas instituições para a consagração da República, ou teremos que refundá-la.

É por essa razão que, caminhando pelo Brasil, tenho pregado a refundação da República. A que temos hoje mais se parece com um império, porque passa a impressão de império, uma vez que governantes que assaltaram o Poder, no País, exploram o esforço coletivo da Nação, para a preservação dos seus privilégios, sustentando um sistema promíscuo de governança. Esta, que é fábrica de escândalos de corrupção, matriz de governos incompetentes, do aparelhamento do Estado, loteamento dos cargos públicos, desse balcão imundo de negócios que faz com que



rimem governabilidade com promiscuidade. Não há como admitir não ser possível governar o País sem o balcão de negócios.

Essa justificativa de muitos diz respeito à própria sobrevivência, porque há políticos que não sobrevivem se esse sistema corrupto for sepultado no País. Mas é preciso ter a exata noção de que esta Nação não alcançará índice de crescimento econômico compatível com as suas potencialidades, se esse sistema prevalecer. Ele esvazia os cofres públicos, ele faz sangrar a Nação. Ele amplia as desigualdades sociais. Hoje são 52 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza.

Diziam que estavam arrancando da miséria milhões de brasileiros, e estavam escondendo os pobres no seu infortúnio, na sua infelicidade. Cinquenta e dois milhões de brasileiros, mais do que uma Argentina, mais do que três países somados: Uruguai, Irlanda e Nova Zelândia. Seria a 28ª nação do mundo, se nação fosse. Mas 100 milhões de brasileiros não têm acesso a esgoto sanitário. A metade dos brasileiros vive com menos de um salário mínimo, e, no Nordeste do País, 68%. Trinta e cinco milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada. E nós temos que respeitar os ladrões da República? Nós temos que perdoá-los? Nós temos que abrir as portas das prisões, para que eles possam transitar livremente, alimentando a indignação nacional?

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Não pode ser esse o comportamento do Supremo Tribunal Federal. Há uma jurisprudência consagrada e tem que haver o respeito a ela. Ninguém pode estar acima da lei, mesmo que seja um ex-Presidente da República. E nós temos que ir além.

Esta Casa cumpriu a sua missão e acabou com o foro privilegiado, mas a Câmara dos Deputados interrompeu o processo. E, agora, o Presidente Temer o adia ainda mais. Mas, enquanto não acabarmos com o foro privilegiado e permitirmos que autoridades de colarinho branco permaneçam impunes, já que as ações não são julgadas e prescrevem... Enquanto não acabarmos com esse maldito foro privilegiado, que é uma excrescência, que é um atraso, nós não poderemos inaugurar uma nova justiça neste País, onde seremos todos iguais perante a lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Essa é uma mensagem rápida, mas certamente pretende fazer a leitura do que há no País, em matéria de indignação popular, diante destes tempos difíceis que nós estamos vivendo, quando autoridades invertem o processo, desmontam o Estado de direito, desarrumam o País e jogam a população diante de um caos administrativo, com instituições fragilizadas, populações desesperadas, diante do iminente retrocesso, e, sobretudo, diante dessa ameaça de reedição da tragédia que vivemos, nos últimos anos, no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – V. Ex^a me permite só um minutinho?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Pois não, Senador Dário Berger. Com satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Vou tratar V. Ex^a como Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Querido e distinto amigo do Paraná, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento digno de um candidato a Presidente da República...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ... experiente que V. Ex^a é. Já exerceu inúmeros cargos, desde o Paraná até o Senado Federal, e me parece que V. Ex^a está com uma base sólida para defender um novo rumo, um novo caminho, para olhar o Brasil com outros olhos, com outro olhar, que possa privilegiar aqueles que efetivamente mais precisam, para que nós possamos construir uma sociedade mais justa.

Eu queria sugerir a V. Ex^a, já que V. Ex^a vai ser candidato a Presidente da República... E de antemão quero dizer que V. Ex^a conta com a minha simpatia...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ... sobretudo pela amizade que construímos aqui e pelo desempenho que V. Ex^a tem à frente do Senado Federal, onde se destaca como um dos maiores líderes, que, então, merece todo o meu respeito e a minha admiração.

Eu queria fazer uma sugestão a V. Ex^a, que tem a ver com a abordagem de parte do discurso e do pronunciamento feito aqui, na tribuna, neste dia.

Eu entendo que um dos maiores problemas, se não o maior problema a ser enfrentado pelos futuros governantes, se baseia fundamentalmente nas desigualdades sociais, nas diferenças que existem hoje, sejam regionais, sejam locais; nas diferenças entre aqueles que têm acesso aos serviços públicos e aqueles que não têm acesso aos serviços públicos, sejam aqueles 100 milhões de brasileiros que vivem com apenas um salário mínimo, sejam aqueles 35 milhões que não têm acesso a água, sejam aqueles 100 milhões de brasileiros que não têm acesso a rede de esgoto.

Dessa questão das diferenças, das desigualdades, deriva os grandes problemas que o Brasil precisa enfrentar no seu dia a dia, porque dela, Senador Alvaro Dias, deriva, em primeiro lugar, a violência, a droga, a marginalização, porque essas diferenças sociais me dão conta de que a falta de oportunidade, sobretudo para os nossos jovens, deve representar ou representa, sinceramente, esse viés para ampliação da violência, da marginalização e da droga.

Quando um jovem não tem oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, ele é, automaticamente, conduzido para uma outra esfera, que é essa esfera aonde o serviço público não vai. Aí, se oferecem, evidentemente, a droga, a marginalização e por aí para frente.

O que esperar de um Brasil como o nosso, onde a concentração de renda é cada vez maior?

Este País nunca foi tão imperialista como está sendo agora. Nem na época do Império era tão imperialista como hoje.

Quer dizer, é preciso rediscutir isso. É preciso reformar essas questões, sem as quais não adianta.

Eu fui prefeito, V. Ex^a foi governador. Nós temos experiência. Nós conhecemos... Eu conheço o Brasil real. E o Brasil real é aquele que precisa de apoio, é aquele que precisa do posto de saúde, do hospital, é aquele que precisa de uma educação de qualidade, é aquele que precisa de segurança, é aquele que precisa de um projeto de desenvolvimento nacional, de um projeto de nação.



Eu pergunto a V. Ex^a qual é o projeto de nação que nós temos, hoje, de curto prazo? Quer dizer, nós estamos, hoje, nos preocupando única e exclusivamente com o momento atual, e não com o futuro. Nós temos que ter, nesta eleição, um projeto de discussão de quem somos, o que queremos e como faremos para que o Brasil possa voltar a ter o título de país do futuro. E, dentro desse contexto, eu acho que V. Ex^a reúne plenas condições. Por isso que está crescendo nas pesquisas. E que V. Ex^a seja um mensageiro dessa desse novo tempo, dessa nova era da construção desse novo Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Muito obrigado, Senador Dário Berger. É uma emoção ouvi-lo com palavras generosas que nos estimulam nesse enfrentamento.

Eu tenho andado pelo País e, há poucos dias, estive no Estado dessa extraordinária Senadora Ana Amélia. E, pelas estradas, nós nos encantamos com o que vemos. Não há um palmo de chão sem plantação; quando não há a produção agrícola, há preservação ambiental, com as matas ciliares, as nossas florestas. Doze mil rios cortando o solo pátrio. Um País maravilhoso. Belezas naturais que encantam a humanidade. Potencialidades econômicas que provocam admiração internacional. E um contraste gritante com a miséria, com infortúnio, com a infelicidade de milhões de brasileiros. E nós indagamos: "O que fizeram com o nosso País?"

Uma nação rica como a nossa pode abrigar tanta fome, tanta miséria, violência, desigualdades, injustiças, ausência de oportunidades? Que legado é esse? O que esperam os nossos filhos e os nossos netos dessa geração responsável pela condução dos destinos deste País? Para onde vamos caminhar? Esta é a indagação que se faz.

Por essa razão, Senador Dário Berger, eu tenho levado a pregação na defesa da refundação da República, que passa pela substituição desse sistema que fracassou, que está derrotado, que está no chão. Pior do que isso: está na lama da indignidade, porque é o sistema que abriu portas para a corrupção...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – ... que se instalou na Administração Pública brasileira de cima a baixo, da União aos Estados e aos Municípios.

A refundação da República é essa ruptura necessária, e não há mais tempo a perder, não há como esperar mais. O Brasil já esperou demais.

Já tivemos muitas oportunidades. Ou se rompe agora, ou estaremos reeditando a tragédia que não desejamos.

Eu concedo, antes de concluir, Presidente, com muita satisfação, o aparte à Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Alvaro Dias, caro Senador Dario Berger, a ponderação feita pelo Presidente desta sessão, há pouco, após o seu pronunciamento, confere exatamente relevância a este momento que o País está vivendo. Estamos a sete meses de uma decisão sobre o futuro do nosso País, e o quadro ainda é incerto e nebuloso em alguma medida. A presença de um Parlamentar com a sua biografia, com o respeito que o País tem pela sua atuação e pela coerência na defesa das instituições... Aqui, juntos, vários Parlamentares, tratamos de combater o abuso de autoridade; nós tratamos de apoiar integralmente, Senador Magno Malta, a Operação Lava Jato, o trabalho



republicano da Polícia Federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário; e nós, também aqui – V. Ex^a foi um dos primeiros – apoiamos a indicação do Ministro Fachin na sua condução ao Supremo Tribunal Federal. Lembro-me muito bem da sua defesa candente e ardente sobre a relevância e a qualidade do Magistrado do Paraná, nascido no Rio Grande do Sul. Aliás, S. Ex^a será homenageado agora em Rondinha, onde o meu chefe de gabinete, Marco Aurélio, me representará. O Ministro teve a família e ele próprio ameaçados pelas decisões. Quem tem medo do Ministro Fachin? Então, eu queria reafirmar aqui a minha crença de que, quando o Congresso Nacional, no seu conjunto, é visto com maus olhos pela sociedade, há um protesto geral da sociedade contra a atuação de Parlamentares, mas também esse olhar, hoje, se volta à Suprema Corte pela tomada de decisões equivocadas na nossa percepção, porque elas não conferem com aquilo que nós aqui entendemos que seja o caminho correto. Então, ao sair daqui, do plenário do Senado, um candidato como V. Ex^a, para nós, é um motivo de satisfação, porque sabemos que é uma figura notável, com uma contribuição séria, respeitada na vida nacional. E não podemos, Senador Alvaro Dias, compactuar com aqueles que defendem a anulação do voto nas eleições deste ano. Anular o voto, votar em branco ou se abster de votar é um desserviço à democracia, e aqueles que o fizerem estarão contribuindo para colocar no Senado, nas assembleias legislativas, na Câmara Federal ou mesmo nos governos e na Presidência da República, talvez, exatamente aquelas figuras que não estão de acordo com o seu pensamento. Então, é uma responsabilidade que está nas mãos de cada cidadão e de cada cidadã brasileiros: usar a arma mais poderosa da cidadania e da democracia, que é o voto, para escolher bem os seus candidatos. Meus cumprimentos pela jornada que V. Ex^a tem pela frente e que nos representa no Senado Federal como um homem íntegro e um político que tem responsabilidade e muita coerência. Aproveito, finalmente, Senador, para falar aqui de dois Vereadores do Município de Cristal, na zona sul do meu Estado, o Cristian Taciano e o Delmar Maass, um deles com quatro mandatos consecutivos de vereador, que também acompanham aqui atentamente o seu pronunciamento, o do Senador Dário Berger, o do Senador José Medeiros e dos demais que aqui falarão. Então, parabéns mais uma vez e tenha sorte na sua jornada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. É gratificante ouvir palavras de estímulo de alguém que tem honra, dignidade, competência, altivez e que representa tão bem um Estado tão importante como o Rio Grande do Sul. Eu fico homenageado, honrado e, certamente, estimulado.

Aproveito para dizer que essa eleição está muito acima das siglas partidárias. É a mais importante eleição desde a redemocratização do País. E nós temos que ter a exata noção de que as siglas partidárias estão rejeitadas pela população brasileira. Algumas delas foram consideradas pela Operação Lava Jato organizações criminosas.

É por essa razão que nós estamos autorizados a atuar suprapartidariamente. A leitura que faço, Senador Dário Berger...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – ... da sociedade é que há, no inconsciente coletivo, este desejo: o desejo irreversível de mudança que passa exatamente pela coesão das pessoas de bem, estejam elas em que sigla estiverem. O futuro do País está muito acima das siglas partidárias. O partido de todos nós deve ser o Brasil. Nós não podemos deixar de tentar. Eu tenho repetido por onde ando aquela canção do Raul



Seixas: "Tenha fé em Deus/ Tenha fé na vida/ Tente outra vez!" Nós temos que tentar mudar este País. Não podemos admitir, de antemão, a reedição da tragédia que estamos vivendo.

Mas eu queria, antes de concluir, Sr. Presidente, também manifestar minha solidariedade à família Fachin. Eu sei que tivemos intenso debate quando da escolha do Ministro Fachin, mas eu tive a responsabilidade de defender quem eu conhecia, por conhecê-lo, por saber das suas qualidades, das suas virtudes. Certamente, Fachin alimenta sonhos e esperanças. Por isso, sonhos e esperanças nos dão a coragem para enfrentar vicissitudes e ameaças. Eu não tenho dúvidas de que ele enfrentará essas ameaças com altivez, com a dignidade de sempre, mas é preciso exigir das autoridades constituídas pronta ação, investigação. É preciso indicar quais são os responsáveis por essas ameaças para que sejam responsabilizados criminalmente. Nós não podemos admitir o terrorismo clandestino, a ameaça covarde daqueles que nascem nos esgotos e surgem repentinamente para atacar pessoas, famílias e a dignidade deste País.

Nossa solidariedade ao Ministro Edson Fachin e a certeza de que ele terá a proteção dos homens de bem desta Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Cumprimentos ao Senador Alvaro Dias.

Agora ofereço a palavra ao eminente Senador Magno Malta.

V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, o que me traz a esta tribuna hoje à tarde são alguns registros de solidariedade, a princípio. Nós acabamos de perder, no Estado do Espírito Santo, o Soldado Miller, que foi covardemente assassinado. Parece que virou moda, e a Nação brasileira se acostumou com a moda: a morte de policial.

O Soldado Miller e o Sargento Schultz foram alvejados. O Miller morreu hoje. Um jovem...

E nós precisamos reagir a isso. Solidarizo-me com a família da Polícia Militar, enlutada, sofrida por ser uma Polícia sem reconhecimento, mal remunerada. A Polícia Militar, tanto do meu Estado como do Brasil, sofre os ataques sórdidos da mídia. A Polícia mais despreparada do mundo é a nossa. Truculenta. É a nossa.

Parece que eles não veem o noticiário internacional, que eles não conhecem conflitos. Por quê? Tem gente ruim na Polícia? Tem. No seu Estado tem, no meu Estado tem. Mas a maioria absoluta são sacerdotes da segurança pública, que põem a cara na rua, mal armados, contra armas de grosso calibre com apenas um 38 para defender as ruas, as escolas, as nossas famílias.

Eu aqui me solidarizando com a família do Miller, que está chorando a morte de um jovem, que estava saindo da academia, de um treino de jiu-jitsu...

Aliás, eu estava ontem à noite no Bope. Quando terminamos aqui, eu fui lá ao Bope treinar. Fui puxar um treino de boxe para o Paulo Thiago, lutador de MMA conhecido no mundo inteiro, e fiquei um pouco ali com um aglomerado de policiais do Bope, que mexem com as operações mais terríveis, as mais duras, que requerem, de fato, sangue no olho. Nós temos uma Polícia desrespeitada e, acima de tudo, achincalhada pela mídia.

Família do Miller, receba a minha solidariedade. A solidariedade minha, da minha família, da minha esposa Lauriete, família da Polícia Militar do meu Estado, enlutada.

E nós sabemos. A nossa Polícia ficou em greve 30 dias, e nós ficamos trancados, porque não tínhamos essa Polícia na rua, com a marginalidade solta, assaltando, destruindo, saqueando.



O nosso coração no Espírito Santo está de luto. Hoje, pela manhã, vi a reportagem em que mais um policial foi morto na Rocinha, no Rio; mais outro assassinado ontem, no Paraná, e assim sucessivamente.

A que devemos isso, Senador Dário? Nós devemos isso à glamourização que esses perdulários esquerdopatas que estiveram 14 anos no poder fizeram com os criminosos deste País. De cada dez assassinatos no Brasil, em sete tem um homem travestido de criança metido no crime, ou seja, a criança do Estatuto da Criança e do Adolescente, que foram glamourizados – homens que estupram, sequestram e matam. A redução da maioridade penal não fará a solução da violência do País, mas é responsável por mais de 50% disso.

Ah, o que está aqui na minha munheca é a minha luta de muitos anos, é a redução da maioridade penal já!

Algumas ações precisam ser feitas? Sim. Mas quem zombou da Polícia, quem foi para as ruas nos seus comícios, com as suas bandeiras vermelhas, gritar o fim da Polícia, para acabar com a Polícia, desarmar a Polícia, dizer que a Polícia só pode atirar depois que tomar um tiro, que Polícia só pode dar um tapa depois que tomar uma pedrada agora está chorando, dizendo que está sofrendo emboscada; que é preciso que a Polícia tome providência; que a Polícia guarde os comícios deles...

De que Polícia vocês estão falando, cara pálida? De que Polícia vocês estão falando?!

E eu nunca vi nada mais "mandraque" na minha vida do que esses tiros dados no ônibus da caravana. Isso precisa ser investigado. Hoje, pela manhã, eu ouvi na televisão... Eu acho que essa emboscada e esses tiros são *fake news*.

O que eu ouvi? Que, num primeiro momento, quando eles falaram e deram entrevista, diziam que o ex-Presidente estava em um daqueles ônibus. A imprensa foi atrás e a imprensa já descobriu, senhores, que ele não estava. Ele chegou de helicóptero!

Como um ônibus toma três balaços, de um lado e de outro, e esse pessoal segue viagem tranquilamente? Só viram os buracos depois. Ninguém tinha um celular para ligar para a polícia, ninguém tinha um celular para registrar, mandar uma mensagem e dizer: "Olha, nós chamamos 190, ninguém nos atendeu. Nós mandamos esta mensagem para o Comando, ninguém veio. Nós ligamos para a polícia mais próxima, ninguém apareceu." Não tem essa mensagem, não tem nada.

Não estou dizendo que não houve não, mas, que tem cara de *fake*, tem.

Agora, eles estão querendo a Polícia! Uma gente contraditória. Pode matar no ninho. Abortar pode. Mata no ninho, mas: "se conseguir sobreviver, cabra, conte conosco. Pode tocar o terror até 18 anos que a gente protege você."

Nós estamos diante de uma piada.

Estou aqui agora para dizer que ninguém pode ser acintoso contra a integridade física de ninguém. Ninguém pode atentar contra ninguém, nem dar tiro em carro de ninguém!

Eu presidi a CPI do Narcotráfico do Brasil. Ninguém – V. Ex^a sabe, acompanhou a CPI – recebeu mais ameaças de morte nesta Nação do que eu!

Eu presidi a CPI da Pedofilia; meti o dedo nessa ferida em 2006; revelei o crime dos crimes para o mundo a partir do Brasil. Recebi ameaça de morte. Aqui está a Polícia do Senado, que vive louca! O Dr. Pedro, investigando ameaça de morte que chega contra mim! Ainda há resquício disso!

Então, eu tenho que me solidarizar.



Votei, aqui nesta tribuna, contra a indicação do Ministro Fachin, porque ele era petista, e eu tinha tudo... As minhas inquiuições. Eu sou um homem em que as coisas têm de acontecer às claras. Vim aqui, disse que ia votar contra, votei contra, mas eu tenho de me solidarizar e reconhecer o valor da posição dele, do Ministro Fachin no caso do *habeas corpus*.

Ora, nós temos uma jurisprudência de prisão em segunda instância, que essa mesma Corte debateu, com discursos inflamados, falando contra a corrupção, contra o crime! A segunda instância mandou para a cadeia quem roubou dinheiro público, mandou para a cadeia quem matou, mandou para a cadeia todo tipo de facínora da Nação e muitos para irem.

Agora eles começam a rediscutir, porque têm necessidade de fazê-lo, porque existe alguém que pode ser preso eminentemente, que já deveria ter sido com base nos documentos. Mas ele é inimputável. Ele fez o Bolsa Família, ele foi incluído no Estatuto do Índio, ele fez Minha Casa, Minha Vida. Ficou inimputável. O presidente do Peru está preso. Todos os presidentes da América Latina que se envolveram com a Odebrecht estão presos. Ele, além da Odebrecht, tem OAS, tem Queiroz Galvão, tem JBS, ele é íntimo dos Irmãos Metralha.

E nós, Senado da República – e a Constituição, no seu art. 52, nos dá a responsabilidade de reagir em nome da sociedade –, esta Casa se cala, se acovarda, põe o galho dentro, não sei. Eu não devo nada. Quem deve deve estar com medo.

O art. 52 da Constituição diz que cabe ao Senado da República. Só o Senado pode impitimar Ministro. Só o Senado pode cassar Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministro de Estado. Só o Senado pode. Por quê? Porque os Ministros são sabatinados aqui, são votados aqui e não têm... Esta é a última instância. Eu dizia ontem em meu discurso que eu achava, até semana passada, que eles eram suplentes de Deus, mas, da semana passada para cá, eu tenho certeza de que Deus são eles mesmos.

E aí requeri à Mesa, officiei à Mesa, ao Presidente Eunício, porque há uma denúncia grave do Ministro Gilmar Mendes contra o Ministro Barroso: "V. Ex^a feche o seu escritório de advogado." Como um Ministro do Supremo tem escritório de advogado?

Aí, meu amigo, é o que eu digo: no crime não há bom advogado, há advogado bem relacionado.

E esta Casa não pode se acovardar.

Aqui há pedido de *impeachment* de um monte. Não sai do lugar. O *impeachment* não quer dizer que a pessoa vai perder a posição. Ela tem a oportunidade de se explicar. Por que tanto medo? Por que tanto medo? Eles são gente boa, não mordem. Quando eles são indicados, eles andam no corredor, bebem café no gabinete da gente, bebem água, "conto com você, Excelência", mostram o currículo, contam a história de vida, falam que a mãe é pobre, o pai também, que estudaram com dificuldade. Ficam a mil.

Depois que o cara vai para o Supremo, vira o cavalo do cão, aí todo mundo tem medo dele.

Eu espero que esta Casa reaja. E eu espero que, dia 4, Deus nos livre, Deus nos livre de meia dúzia de Ministros tomarem uma posição que eles sabem que será tão criminosa quanto o criminoso que vai receber o voto favorável.

Não é o cidadão. Ele teve uma oportunidade ímpar, saiu do Nordeste, virou Presidente da República, o povo lhe deu. Deus permitiu isso, mas ele fez lambança, ele fez lambança. E quem faz lambança tem que pagar pela lambança.

Isso não pode acontecer, porque, se isso acontecer, é o fim, é a desmoralização total da Suprema Corte.



E aí eu pergunto, Senador Dário Berger: esta Casa vai ficar assistindo? V. Ex^a já foi gestor e sabe que, para o homem público, para quem está na política, por um senãozinho da acusação de um adversário, se não tiverem boa vontade com o indivíduo, ele vira um criminoso imediatamente.

Por que ainda não votamos a desgraça do foro privilegiado? Para acabar com essa peste de uma vez para todo o mundo, para acabar com essa peste para Ministro. Todo mundo ia ficar sereno, não ia? Não ia? Porque pau que dá em Chico dá em Francisco.

Então, Srs. Ministros, temos uma nação inteira que não está pedindo voto emocional, não. Não é a nação que quer condenar o Lula, não. É a mesma nação que achou correto quando vocês prenderam Luiz Estevão, é a mesma Nação que achou correta a prisão de Palocci, a prisão de Cunha e de tantos outros.

De repente, eles ainda vêm com uma incoerenciuzinha. Paulo Maluf está aí com o advogando dizendo: "Olhe, o velhinho está doente. Deixem-no ir cumprir a prisão em casa." Eles não deixam, mas já mandaram o Picciani ir cumprir em casa, porque o médico disse que estava doente.

Soltaram o médico tarado, o criminoso, o Roger Abdelmassih. Fugiu, foi embora para o Líbano. Nunca mais, tchau! Aqui estão mulheres... Aliás, nunca vi nenhuma manifestação das mulheres do Senado, com todo o respeito, favorável e em respeito a essas mulheres que foram abusadas por esse vagabundo, esse crápula, esse escroto. Nunca vi um cartazinho: "Mexeu com uma, mexeu com todas."

Sr. Presidente, estou muito indignado, mas eu espero que o Brasil que reza, neste feriado, reze. Espero que o Brasil que ora ore. Espero que aqueles que são cétricos – mas nós temos de respeitar a posição do ateu, do cétrico –, mas que torcem por um Brasil melhor, façam essa torcida.

Nós não podemos viver esse dia... Que esse dia não seja fatídico, mas que seja um dia verdadeiro: o dia 4. Esse *habeas corpus* – até julgaram o mérito para o Lula, o que não aconteceu para os outros – é uma piada. Sugiro ao Supremo que faça um pedido de desculpas a todos os que já estão presos, mesmo sem soltá-los, só por ter dado esse *habeas corpus* ao Lula, nesse interregno, para que ele curta o feriado. Sugiro um pedido de desculpas.

Mais uma vez, Ministro Fachin, eu, que votei contra V. Ex^a, que fui duro na sua inquirição, que vim para esta tribuna e disse as razões, abertamente, pelas quais votei contra V. Ex^a, quero parabenizá-lo pelo seu voto, pela sua posição corajosa. Será que estão revoltados com o senhor, porque achavam que o senhor tinha que dar provimento ao Lula, porque foi indicado pela Dilma? Quem sabe estão dizendo: "Poxa, nós achávamos que alma dela era petista, e não é!"

Eu me alegro muito, mas peço a Deus que proteja sua família, Ministro, que proteja seus filhos. Eu sei o que é ameaça de morte. Nós não viemos aqui para semente, mas, se nós passarmos desta vida para outra lutando por uma causa, lutando por aquilo em que acreditamos – a prisão do Lula não é inverdade, é verdade, porque ele cometeu crime –, morrer lutando por uma causa vale a pena.

Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Magno Malta, V. Ex^a faz uma reflexão e uma analogia com o que vamos ter neste fim de semana para os cristãos: a Páscoa, a crucificação de Cristo, para aqueles que creem. Quero dizer



que isso serve, também, para nós de reflexão sobre a nossa vida, sobre a nossa conduta, onde quer que estejamos: aqui, no campo político; se estivermos em casa, na relação com a família; na relação com os amigos; na relação nas nossas profissões, no Supremo Tribunal Federal, no Ministério Público, na Polícia Federal; em todos os ambientes em que vivemos – uma reflexão profunda sobre as nossas atitudes, os nossos comportamentos. Eu tenho dito às vezes, quando sou convidada para falar, que não podemos terceirizar a ética, Senador Magno Malta. V. Ex^a tem a habilidade da oratória, sabe falar a voz do povo, sabe se dirigir a ele, sabe falar no coração do povo, tem princípios de crença, é um homem de convicções muito firmes e muito arraigadas. Nós não podemos terceirizar a ética. O que vejo é o seguinte: as pessoas dizem que no Congresso há muitas pessoas que agem erradamente, que existe corrupção. É verdade. Mas pergunto, indago: é só aqui? É só aqui que há? Nós não chegamos aqui sozinhos. Nós não chegamos aqui por nossa vontade, Senador Dário Berger, Senador Magno Malta, Senador Wellington Fagundes. Nós chegamos aqui ungidos pelo voto popular. Foi a sociedade que nos escolheu para mandar aqui. E ela tem a responsabilidade também nessas escolhas. E assim como há sobre nós esse controle – porque nós estamos expostos... Esta sessão está sendo transmitida ao vivo...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... pela TV Senado, pelas redes sociais da nossa Secretaria de Comunicação da TV Senado. As suas redes sociais, as minhas redes sociais nos ajudam a mostrar o que estamos fazendo. Então, Senador Magno Malta, digo terceirizar a ética, porque estou relatando um projeto aqui sobre "gatonet". Aí recebo a manifestação de uma pessoa que diz: "Olhe, muita gente vive disso." Vive de quê? Do roubo de um serviço? E vende o serviço? Ele disse: "Mas a senhora vai perder votos, se fizer isso, se aceitar ser relatora, para criar uma multa para quem faz isso." Eu disse: "Mas você está defendendo a ilegalidade?" Então, ele quer que eu seja honesta, mas não quer que eu crie uma lei que penalize quem comete desonestidade, Senador Magno. Então, essa é a contradição da nossa sociedade, como as ameaças que Fachin está recebendo. Como V. Ex^a disse bem, também na sabatina dele – ele esteve em meu gabinete – tive alguns momentos de tensão, mas depois não tive dúvida. E hoje fico muito gratificada de ter dado um voto muito bem dado ao Ministro Fachin. Só não votei num candidato no Senado, mesmo secreto. A mesma coragem com que V. Ex^a diz que não votou no Fachin eu tenho também para dizer: o único Ministro do Supremo que não mereceu o meu voto foi o Ministro Barroso, Roberto Barroso. Não votei nele. Não votei nele pelo caso de Battisti, do italiano Cesare Battisti. Não votei nele por causa disso, porque achei que foi uma conduta inadequada. Então, queria reafirmar aqui tudo isso que V. Ex^a falou sobre a reflexão que temos que fazer e sobre o nosso compromisso em relação ao que vamos decidir neste ano de 2018, um ano desafiador, em que vamos escolher os nossos representantes e o futuro do nosso País. Parabéns, Senador Magno Malta, pelas convicções que tem e pela forma como as defende na tribuna...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... do plenário do Senado Federal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Incorporo ao meu pronunciamento a fala de V. Ex^a. Eu gostaria muito de ser corajoso como V. Ex^a e de ter a



capacidade de argumentar como V. Ex^a. O povo do Rio Grande do Sul, que tirou o Pedro Simon do Brasil, deve um pedido de desculpa ao Brasil. O Rio Grande do Sul negou Pedro Simon para nós. Ele tirou Pedro Simon do Brasil, mas se retratou, dando Ana Amélia para o Brasil – Ana Amélia para o Brasil.

Eu tenho dito isso em todos os lugares. E digo isso, Senadora, porque, por onde passo neste País, as pessoas que me abordam falam no nome de V. Ex^a, pela sua postura, pelo seu cuidado, pela sua coragem, pela sua força moral. E isso me encanta muito. V. Ex^a não faz mandato aqui batendo de porta em porta de ministério para poder arrumar dinheiro, senão não arruma voto na base. Ou acreditam naquilo que V. Ex^a é, ou, então, podem caminhar outro caminho.

Se o meu mandato não vale a pena... Antigamente já era assim. Com as redes sociais, então... As pessoas estão nos vendo para o bem e para o mal. Isto virou o Big Brother. Está todo mundo vendo. As pessoas sabem quem é quem. Aliás, com o advento da Lava Jato... E foi a vontade permissiva de Deus. Esse povo cristão orou por dez anos. Deus abriu a tampa do esgoto e falou: "Aí estão os ratos! Vou dar até o apelido. Os ratos têm nome e têm apelido. Agora, vocês só erram se quiser. Agora, vocês só erram se quiser."

Então, Senadora Amélia, incorporo a sua fala.

Digo a V. Ex^a que, diferente de V. Ex^a, não recebi o Ministro Fachin no meu gabinete. Eu não o recebi. Não o recebi...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... por causa das convicções dele, do que ele pregou, do que ele falou, do que eu vi, sabe... E não dá para o cara mudar de posição só porque vai ser sabatinado. "Não, porque eu quero explicar para ele e tal." Não. Explica lá na frente, na sabatina. Aqui, não precisa, não. Um monte veio a mim dizer: "Não, ele foi lá e me explicou." E o primeiro voto que ele deu foi a favor do aborto. E eu sabia disso.

Mas nem por isso eu deixo de parabenizá-lo por essa atitude nobre, grande e corajosa. É preciso que nós façamos reverberar, nas redes sociais, o ataque que ele está sofrendo, bem como a ameaça à família, porque, se a Nação reverbera, vai intimidar a vagabundagem.

Ministro Fachin, quem sou eu para lhe dar algum conselho? V. Ex^a é um Ministro e chegou ao Supremo porque passou no vestibular de Direito. Eu fiz três, e não passei em nenhum. Quem sou eu para lhe dar conselho?

Mas vergonha na cara e coragem é tudo. É tudo! Ministro Fachin, vá em frente! Vá em frente, pois há a maioria absoluta de uma Nação verde, amarela, azul e branca, aplaudindo, torcendo.

Amigo, a Bíblia diz que, se o senhor não guardar a casa, em vão trabalha a sentinela. Confia em Deus. Quem nos guarda é Deus. Quem nos guarda é Deus. É o que eu desejo nesta semana da Páscoa: oremos pelo Brasil! Oremos pela nossa Nação! Oremos pela nossa Nação! O Brasil precisa de homens e de mulheres corajosos, comprometidos com a verdade. Nós estamos assistindo sentados ao Supremo fazer um banzé. Nós é que temos a arma da reação. É o art. 52 da Constituição.

E fica essa maioria calada aqui. O Senado vai ser chamado de casa dos calados, porque não reage. Não sei, cada qual tem suas razões. Eu reajo, em nome de um País que vive em chamas e que precisa ser tratado na parte da Justiça. Se nós não temos Justiça, se nós não temos sustentação jurídica... Isso envolve tanta coisa, envolve emprego, isso envolve instalação de



empresa, isso envolve novos empreendimentos, segurança jurídica. E segurança jurídica só pode haver num País em que a Constituição seja única. Ora, se os homens têm coragem de fazer o errado, por que nós não temos coragem de fazer o certo?

Quer ver? Lewandowski sentou aqui e rasgou a Constituição para a gente ver, salvando a Dilma – não sei o porquê –, tentando dar a Dilma o direito sem que tenha direito de disputar a eleição. Rasgou aqui. Eu fiquei gritando ali, e desligaram meu microfone.

Eles têm coragem, têm ousadia, têm atrevimento, e nós nos calamos – e nós nos calamos.

Então, o Brasil precisa de segurança jurídica. E só quem pode colaborar com isso somos nós: segurança jurídica em um País que está absolutamente desmantelado.

V. Ex^a fez, muito bem, uma referência à palavra de Alvaro Dias aqui, que é um presidenciável, que fez um discurso maravilhoso, belo, retrato do País, e corajoso também. Não é o meu candidato a Presidente – porque o meu é Jair Messias Bolsonaro –, mas é um belo de um candidato, que conhece o Brasil, com propostas absolutamente interessantes de alguém que tem coragem e que merece o respeito de todos nós.

Boa páscoa a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Magno Malta.

E, agora, por derradeiro, vamos ouvir o Senador Wellington Fagundes.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro companheiro, Senador Dário Berger, quero cumprimentá-lo pela Presidência neste momento, mas também por ontem estar encerrando a sua missão de Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Foi um trabalho elogiado por todos, conseguindo cumprir o seu papel, inclusive, de entregar um orçamento no próprio ano. Ou seja, votamos o Orçamento de 2018 no ano de 2017. Isso foi graças exatamente à sua competência na condução dos trabalhos, buscando sempre a harmonia, buscando no diálogo até resolver os problemas das divergências.

E, claro, tudo isso é fruto da sua experiência de vida, experiência como prefeito por três mandatos da capital do Estado e do interior também, e aqui, como Senador da República, sendo sempre também um conciliador. Eu quero parabenizá-lo, porque se o Brasil hoje tem uma peça orçamentária, tem um Orçamento pronto... E isso, mesmo na crise, era necessário, é importante para trazer estabilidade na programação daquilo que o Governo pretende fazer, os seus investimentos.

Eu quero aqui também registrar, Sr. Presidente, que está presente conosco um Vereador do PSD, da cidade de Santos, na Baixada Santista, Braz Antunes, companheiro, amigo de um grande amigo meu, Manolo, que tem investimentos no Estado de Mato Grosso.

Em nome dele, eu quero cumprimentar toda a população de Santos, já que tenho também uma sobrinha, médica, lá na cidade de Santos. Ela é especialista na área de neonatal. É uma cidade também de aposentados, uma cidade que tem todo um histórico importante do Brasil, com o maior porto do Brasil hoje e um dos maiores do mundo.

Eu quero cumprimentar também o Ruy Hallack de Almeida, que é o 2º Secretário do Ministério das Relações Exteriores. Também veio aqui nos visitar.

E, com muita satisfação, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar, que está aqui presente conosco na tribuna, o Francisco Cavalcanti de Almeida, meu colega, médico veterinário e



Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Ele está acompanhado do Nivaldo da Silva, também companheiro, colega e Secretário-Geral do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Há cem dias, tivemos a eleição do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Aliás, até fizemos um trabalho no sentido de propiciar que tivéssemos a democracia implantada no Conselho de Medicina Veterinária. E aqui não vamos estar reclamando do passado. Eu quero aqui parabenizá-lo, Dr. Francisco. Tenho certeza – como agora há pouco conversávamos – de que o Conselho Federal de Medicina Veterinária tem muitas lutas, muitos embates, mas, acima de tudo, é a construção da solidificação e da valorização da classe.

Como médico veterinário, aqui quero lembrar também do Senador Jonas Pinheiro – também do meu Estado –, que foi uma referência na agropecuária brasileira. Já não o temos aqui, mas, em memória, com certeza, o Jonas Pinheiro foi uma das figuras notáveis da Medicina Veterinária brasileira.

Então, Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida, quero tê-lo aqui muitas vezes. E também estaremos lá no Conselho para discutirmos exatamente esses embates, enfim, aquilo que é a necessidade do fortalecimento da classe. Ele também está acompanhado da sua assessora de comunicação. Desejo a todos, então, um grande trabalho no sentido de modernizar o Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Sr. Presidente, Dário Berger, na semana passada, – V. Ex^a acompanhou aqui, inclusive, e esteve comigo também na votação –, aqui desta tribuna, pude dizer da minha satisfação em anunciar a criação da Universidade Federal de Rondonópolis, minha cidade natal. Foi um momento de muito entusiasmo após ser comunicado pelo Palácio do Planalto, através do Presidente Michel Temer, que ele acabara de sancionar, então, o projeto que havia sido aprovado aqui pelo Senado.

Essa satisfação, Sr. Presidente, aumentou muito mais, claro, depois que a gente viu, realmente, publicado no *Diário Oficial* esse ato, que representa a consolidação de um sonho nosso, como filho de Rondonópolis, pela luta que fizemos há muitos anos, aliás, antes de ser Parlamentar.

Apresentei esse projeto como Deputado Federal, há dez anos. Logo que me formei, com 22 anos de idade, voltei para minha cidade natal e lá montei o meu negócio. Um dos focos do meu trabalho sempre foi fortalecer a universidade federal, até porque estudei também em uma universidade federal e sei o papel que uma universidade tem na promoção do desenvolvimento econômico e social de uma região.

E quero aqui lembrar que, antes de 2008, quando o Conselho Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso acatou essa proposta de emancipação do *campus* de Rondonópolis, é claro, já acalentávamos a chegada desse momento.

Antes de tratar do assunto que me traz especificamente a esta tribuna, Sr. Presidente, gostaria de voltar a dizer que uma obra é sempre importante para uma cidade, para o seu desenvolvimento e também para a sua valorização. Porém, nada pode ser maior, mais engrandecedor que proclamar o futuro. E isso só se faz quando conseguimos avançar em propostas, principalmente na área da educação. Isso se materializa quando consolidamos essa criação da universidade, que é o centro do conhecimento.

Rondonópolis, a minha cidade natal, está a saborear, portanto, uma grande conquista, embora tenhamos muito trabalho pela frente.



Por isso, quero aqui anunciar e, inclusive, convidar V. Ex^a para estar conosco lá no dia 13 de abril, quando vamos fazer, através da Comissão de Educação do Senado, uma audiência pública, em parceria também com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com todos os prefeitos, com as prefeituras da região sudeste de Mato Grosso, inclusive com o Presidente do Consórcio Municipal de Saúde, o Prefeito Alexandre Russi, que nos tem ajudado, inclusive.

Aliás, estamos trabalhando para que, no Conselho Diretor dessa nossa universidade a ser implantada, também esteja presente o Consórcio Regional dos Municípios, até porque queremos construir uma universidade que seja a promotora do desenvolvimento regional de toda a região sudeste, e, claro, as prefeituras são extremamente importantes.

Inclusive, já está confirmada a presença do Senador Blairo Maggi, que estará lá como Ministro da Agricultura. E já convidei o Ministro Dyogo, Ministro do Planejamento. Hoje estive na Caixa Econômica, convidando o companheiro Gilberto Occhi, que foi também Ministro da Integração Nacional.

Quero registrar que estará presente conosco também o meu colega companheiro Josélio Moura, veterinário. Foi secretário do Ministério da Agricultura, e também Presidente da Associação Mundial de Medicina Veterinária e Ministro da Integração Nacional. Então, o Josélio Moura também, com certeza, estará lá conosco exatamente para podermos discutir a vocação dessa universidade e de que forma poderemos, a sociedade, trabalhar no sentido de fortalecer a nossa universidade da região sudeste de Mato Grosso.

Claro, estará lá presente conosco toda a Bancada federal. Eu quero destacar o Senador José Medeiros, que é de Rondonópolis, e o Senador Cidinho, em nome do Senador Blairo Maggi. Lá de Rondonópolis, temos o Deputado Adilton Sachetti, que também lutou bastante; o Deputado Valtenir Pereira, que é da região; e ainda o Deputado Carlos Bezerra, que é um companheiro. Foi prefeito da minha cidade, foi governador, Senador da República, Presidente da Comissão Mista de Orçamento. Ou seja, uma pessoa que tem uma experiência muito grande e que foi importante também nesse projeto.

Bom, Sr. Presidente, espero que possamos organizar, daqui até lá, esse grande evento em Rondonópolis. Hoje ainda estarei viajando. Amanhã, terei uma reunião com o Comitê Pró-Universidade Federal, exatamente para que possamos organizar os detalhes desse grande evento que queremos lá fazer, um evento com o objetivo de envolver a comunidade, de envolver toda a sociedade, porque queremos construir uma universidade forte, uma universidade com a participação de toda a sociedade, inclusive buscando as parcerias.

Já convidamos a Pró-Reitoria de Rondonópolis, por meio da Analy Polizel, para que tenhamos lá uma palestra de um reitor de uma universidade que já teve essa experiência da transição.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu tenho um pronunciamento um pouco longo, espero contar com a benevolência de V. Ex^a.

Este pronunciamento trata exatamente de um projeto, que é o Plano Nacional de Logística, que foi elaborado agora há pouco pela Empresa de Logística, com o apoio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e também do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), além da participação de diversos entes públicos e privados.



Como todos sabem, sou Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem – a nossa Frenlog –, que congrega Deputados Federais e Senadores que se debruçam quase todo tempo no trabalho de encontrar caminhos e soluções para a melhoria de nossa infraestrutura de transporte. É o que temos feito ao longo desse tempo, porque acreditamos que existe uma relação direta entre infraestrutura e desenvolvimento.

Sabemos que os investimentos em infraestrutura impactam diretamente na melhoria da qualidade de vida da população. Se temos boas estradas, se temos boa infraestrutura, claro, podemos melhorar a saúde, porque as ambulâncias precisam trafegar, as pessoas precisam trafegar, diminui o número de acidentes... Aliás, hoje, infelizmente, no Brasil, temos um dos maiores volumes de acidentes do mundo. Chegam a mais de 40 mil, 50 mil, com perdas de vidas, pessoas que ficam incapacitadas para o trabalho. Então, a educação também melhora, a segurança, enfim...

Por exemplo, numa concessão rodoviária – no caso do Mato Grosso, nós temos lá a concessão da BR-163, Mato Grosso-Mato Grosso do Sul –, além do serviço ao usuário, a atenção ao usuário, está prevista a colocação de fibra ótica ao longo do leito da rodovia, exatamente para também promover a segurança – em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Federal, com a Polícia Militar –, exatamente para que, com a instalação de inúmeras câmeras, mais de 500 câmeras, possam estar *on-line* acompanhando todo o movimento, inclusive quanto a essa questão do narcotráfico, que é uma preocupação muito grande para nós.

Por isso, Sr. Presidente, sabemos que esses investimentos em infraestrutura impactam diretamente no desenvolvimento da região. Por isso, quero dizer que o PNL (Plano Nacional de Logística), elaborado pela EPL, encaminha-nos para a reta do otimismo. Mesmo neste momento de crise, temos que pensar que o Brasil é um país de riqueza. Acreditamos muito nisso.

Com base num diagnóstico de infraestrutura de transporte, esse plano deve se constituir numa ferramenta indispensável, porque procura identificar gargalos e indica possibilidades de solução com menor nível de investimentos, seja do ente público, como também para a iniciativa privada, através do programa de concessões.

Pronto para a consulta pública e para receber sugestões até o dia 20 de abril, o Plano Nacional de Logística tem como objetivo trazer propostas para modernizar e integrar os diversos modos de transporte, de forma a atingir uma maior efetividade nos investimentos, na infraestrutura e também contribuir com o desenvolvimento de um sistema inovador e eficiente para a movimentação de cargas no País, e, claro, também de passageiros.

E foi concebido com o objetivo de propor soluções que propiciem condições capazes de incentivar a redução dos custos, melhorar o nível dos serviços para os usuários, buscar o equilíbrio da matriz de transporte, aumentar a eficiência dos modos utilizados para a movimentação das cargas e diminuir a emissão de poluentes.

Além desse diagnóstico da logística brasileira, o plano ainda prevê os investimentos e os empreendimentos necessários para otimizar a infraestrutura até o ano de 2025, previstos no Programa Avançar Parcerias, e trata com primazia, senhoras e senhores, a questão fundamental da multimodalidade. E é exatamente nesse ponto que precisamos nos deter.

Às vezes, com poucos recursos é possível viabilizar um grande sistema de transporte de cargas e, conseqüentemente, com resultados altamente satisfatórios para quem produz e, sobretudo, para o consumidor final, porque, claro, se você tem uma logística eficiente, você



diminui o custo da produção, diminui o custo do transporte e o produto chega mais barato ao consumidor.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Por isso, o meu entusiasmo nessa área, tanto que tenho sempre lutado muito aqui.

Ocupo esta tribuna também, Sr. Presidente, para relatar a minha participação na Intermodal South America, que se realizou em São Paulo agora há poucos dias, considerada uma das maiores plataformas estratégicas para a geração de recursos e novos negócios.

Uma das questões mais debatidas nesse fórum foi exatamente a logística, reunindo grandes especialistas, e o debate se deu sobre a importância de avançar no equilíbrio dos modais de nosso transporte.

Hoje, Sr. Presidente, o transporte de cargas no Brasil é excessivamente concentrado nas nossas rodovias. Já falei sobre isso aqui, mas é sempre bom a gente lembrar, até para entender por que um produto apresenta uma diferença tão grande de preço de uma região para outra.

Atualmente, quase 63% de tudo que é transportado no Brasil se dá pelas estradas, e todos nós somos conhecedores do alto custo do transporte rodoviário por conta dos seus insumos.

Há uma unanimidade em todo o setor de logística sobre a necessidade de o Brasil investir em ferrovias, hidrovias e também na nossa cabotagem. Senão, vejamos, Sr. Presidente: na China, mais de 50% da produção é escoada pelo modal aquaviário, que é o modal mais barato; também, nos Estados Unidos, 30% das cargas passam pelas ferrovias. Isso só para citar, Sr. Presidente, as duas maiores economias do mundo. É aí que eu quero colocar que precisamos, portanto, investir muito para melhorar a competitividade dos nossos produtos, inclusive, claro, no mercado internacional.

Quero dizer que o transporte rodoviário é importante dentro da nossa logística; contudo, apesar de usarmos as estradas para transportar 60% das cargas, é preciso também avançar nesse modal no tocante à densidade. Hoje, contamos com apenas 25km de rodovias pavimentadas por 1.000km. E, claro, também sem falar da questão da qualidade dessas rodovias.

A manutenção ainda não é suficiente. Temos problemas sérios nas pontes brasileiras por falta de manutenção, e esse, segundo o Ministério dos Transportes, será um dos problemas que haveremos de enfrentar nos próximos cinco anos. A maioria dessas pontes não está nos contratos de manutenção das estradas. Então, sem a manutenção ideal das pontes, poderemos ter problemas... Aliás, já estamos tendo muitos problemas.

E aí, Sr. Presidente, o que precisamos fazer? Atrair investimentos, buscar os investidores. E como faremos isso? Aí eu quero dizer que com previsibilidade, o que se faz com planejamento advindo de planos, como esse apresentado pela EPL e ao qual nós congressistas temos importantes parcelas de contribuição a dar.

Na outra vertente, está a segurança jurídica, que é onde nos esbarramos neste momento. Agora há pouco, o Senador Magno Malta falava da segurança jurídica. Nesse aspecto aqui nem há a previsão constitucional. Quem quer investir, eu sempre digo, quer saber onde investir melhor e como serão as regras. Por isso, o PNL apresentado prevê os empreendimentos necessários para otimizar a infraestrutura até o ano de 2035.

Agora, quando chegamos à segurança jurídica, o Brasil peca. Por isso, apresentei uma proposta de emenda à Constituição, a PEC 39. Infelizmente, hoje não temos como analisar as



PECs. Por quê? Porque temos a questão da intervenção federal no Rio de Janeiro. Então, no Congresso fica suspensa a análise dessas PECs.

Agora, quando chegamos à segurança jurídica, precisamos avançar. Por isso, essa PEC, como sabemos atualmente... E aí eu quero dizer que o regime de contratação das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos é normatizado hoje, infelizmente, ainda, Sr. Presidente, por lei ordinária, sujeita a alterações pelo rito comum do processo legislativo e até mesmo por medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo. E isso precisa mudar, deixar de ser uma política de governo para ser uma política de Estado brasileiro, com a rigidez constitucional necessária.

Nós tivemos, inclusive, a presença do Ministro Padilha aqui ontem, quando estávamos exatamente a discutir essa necessidade da segurança jurídica. Por isso, eu quero aqui lembrar que os investimentos necessários...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... para boa parte das concessões e permissões de serviços públicos são de grande monta e também a longo prazo de maturação, o que reforça a necessidade de estabilidade e segurança jurídica para garantir a sua concretização.

Por isso, Sr. Presidente, a prestação dos serviços públicos de qualidade demanda a existência e a necessidade premente de um ambiente de negócios estáveis, que assegure a confiança dos investidores. Daí essa PEC, que já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. E agora aguardamos o momento para permitir que venha a ser apreciada aqui no Plenário.

Voltando à questão do PNL, Sr. Presidente, quero adiantar que desde já vamos discutir todos os detalhes, tanto na Comissão de Infraestrutura, onde pretendo apresentar um requerimento, como também na nossa Frente Parlamentar. E creio que nós, Parlamentares, temos condições e capacidade para ajudar e ajustar ainda mais esse Plano Nacional de Logística.

Como confirmei, esse plano chega em momento oportuno. Uma ferramenta de planejamento que coaduna com a expectativa da retomada econômica. O Brasil dispõe de um portfólio de negócios que ensejam condições de fortalecer e modernizar todos os elos da cadeia logística, sedimentando a confiança dos investidores nacionais e, claro, também estrangeiros.

E vale aqui ressaltar que tais oportunidades previstas atraem investidores e se traduzem em melhores serviços à população e na multiplicação de empregos de boa qualidade para os trabalhadores brasileiros.

Como representante de um dos Estados que mais produzem no País, estou otimista e obviamente animado com as perspectivas.

Precisamos viabilizar esses corredores de exportação, começando pela consolidação da BR-163 até Santarém, no Pará.

Trabalhamos pela viabilização dos portos do chamado Arco Norte, considerado indispensável para atender objetivamente aos interesses da produção do agronegócio. Da mesma forma, a viabilização da Hidrovia Paraguai-Paraná, a partir da região oeste do Estado.

Por isso, a implantação do modal ferroviário, ligando as principais regiões produtoras do Estado também até os portos. Aí, eu quero falar ligação entre Sinop e Miritituba, no Pará, a chamada Ferrogrão. Quero dizer, Sr. Presidente, que temos ainda no nosso portfólio de



oportunidades a passagem da Ferrovia Transcontinental pelas regiões de Água Boa, no Araguaia, chegando a Sorriso e a Lucas do Rio Verde, no norte do Estado.

Além disso, é substancial e estratégica a extensão da chamada Ferronorte, chegando a Cuiabá e indo também à Região Norte.

O Brasil tem um potencial que, para se tornar realidade, dentro das atuais condições, necessita cada vez mais contar com a parceria da iniciativa privada, ajustada a uma boa regulação estatal, de modo a vencer os inúmeros pontos de estrangulamento ainda existentes.

Portanto, gostaria de cumprimentar todas as pessoas que trabalham para a construção do Plano Nacional de Logística, em nome do Diretor-Presidente da EPL, José Carlos Medaglia Filho, com toda sua diretoria, que já se colocou à disposição para vir aqui ao Senado, na Comissão de Infraestrutura, para tratarmos de todos os detalhes desse plano.

Informo, inclusive, que já estou requerendo esta audiência para realizar-se ainda neste mês ou no mês que vem. Aí, tenho certeza de que teremos um debate muito proveitoso, porque a questão da logística é de interesse comum a todos os Estados da nossa Federação.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, ao encerrar, agradecer extremamente pela paciência de V. Ex^a, pela benevolência do tempo, pela extensão do nosso pronunciamento, mas, claro, desejando a todos os brasileiros uma feliz Páscoa. Que possamos ter, neste final de semana, o conagração das famílias. E o Brasil precisa aqui, claro, contar com a proteção divina, mas, acima de tudo, com o nosso trabalho, para que possamos todos juntos – o Congresso Nacional independentemente de partido – votar as matérias de interesse, porque felizmente a economia já dá sinais de retomada, e o Brasil, sem dúvida nenhuma, é um dos melhores países do mundo para ter esses investimentos seguros.

Agradeço imensamente, desejando a V. Ex^a e toda sua família uma feliz Páscoa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que agradeço a V. Ex^a e, mais uma vez, o cumprimento pelo pronunciamento...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Aliás, pelo extenso pronunciamento. V. Ex^a eleva a discussão nesta Casa Legislativa. É um grande Senador que orgulha o Mato Grosso, e eu sou testemunha aqui da sua capacidade, do seu comportamento e da sua luta pelo seu Estado.

Então, quero cumprimentá-lo e desejar também a V. Ex^a uma feliz Páscoa, extensiva a todos os nossos irmãos do Mato Grosso e de todo o Brasil.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Aliás, irmãos Santa Catarina tem muitos em Mato Grosso. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Tem muitos.

Muito obrigado a V. Ex^a.

E nós vamos ficando por aqui. Quero agradecer a todos os Senadores e todas as Senadoras. Quero agradecer, de maneira especial, aos telespectadores da TV Senado.

Quero agradecer aos nossos assessores, aos nossos técnicos.

E, nessa oportunidade que estamos nos aproximando da Semana Santa, quero desejar a todo o povo brasileiro, como também o de Santa Catarina, uma feliz Páscoa. E que a Páscoa, que representar renovação, que representa ressurreição, possa inspirar os nossos corações para



que carreguemos o sonho de fazer com que o desejo de ver um Brasil cada vez melhor possa pulsar cada vez mais forte nos nossos corações.

Portanto, um abraço a todos. Muito obrigado aos nossos técnicos, aos nossos assessores. Muito obrigado ao Senador Wellington Fagundes.

Está encerrada a nossa sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 32 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 36ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2017, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.



Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2017, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.



Comunicações



00100.038487/2018-11 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora KÁTIA ABREU

A publicação,
Em 28/03/18.

OFÍCIO Nº 0128/2018 - GSKAAB

Brasília, 22 de março de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **Eunício Oliveira**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunicação de Filiação Partidária**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, obedecendo ao que dispõe o
§ 2º do art. 7º do Regimento Interno do Senado Federal, comunico minha filiação
ao **Partido Democrático Trabalhista - PDT**.

Respeitosamente,

Senadora KÁTIA ABREU



Senado Federal - Edifício Principal - Anexo I - 6º Andar
CEP 70165-900 - Brasília - DF
Telefone +55 (61) 3303-2708 Fax +55 (61) 3303-2990

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC3E5EFF10022740F.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



Memorando nº 17, de 2018, da Senadora Lídice da Mata, que comunica a impossibilidade de comparecimento na Reunião da Assembleia Parlamentar da EUROLAT, na cidade do Panamá, Panamá, entre os dias 3 a 6 de abril de 2018, ficando cancelada a missão aprovada no Requerimento nº 136 de 2018.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 16/2018/PS-GSE

Brasília, de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal

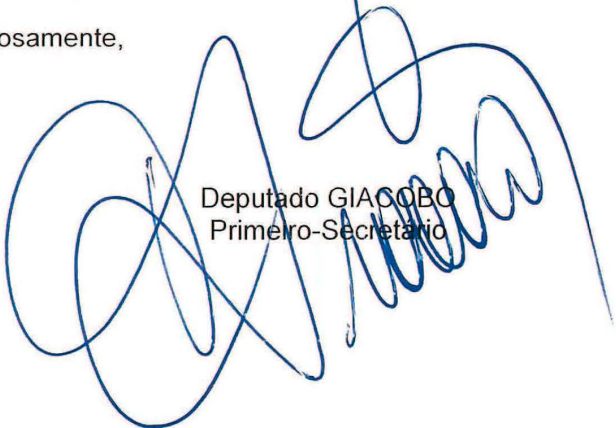
Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 1.119, de 2015, do Senado Federal (PLS nº 1, de 2014), que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 28.03.2018.

Atenciosamente,



Deputado GIACOMO
Primeiro-Secretário

RECEBIDO EM: 28/03/2018
HORAS: 11:36

Cynthia Amabile de Jesus Miranda
Mat.: 292257 SFSL (SGM)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 17/2018/PS-GSE

Brasília, 28 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal

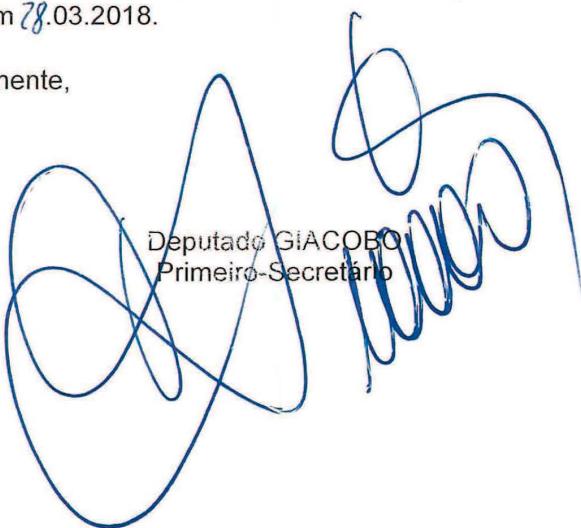
Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

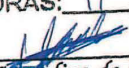
Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 8.186, de 2014, do Senado Federal (PLS nº 321, de 2010), que "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 28.03.2018.

Atenciosamente,



Deputado GIACOBINI
Primeiro-Secretário

RECEBIDO EM: 28/03/2018
HORAS: 11 : 36

Cynthia Anatalina de Jesus Miranda
Mat.: 292257 SFSL (SGM)

24.579 (AGO/16)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 18/2018/PS-GSE

Brasília, 28 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal

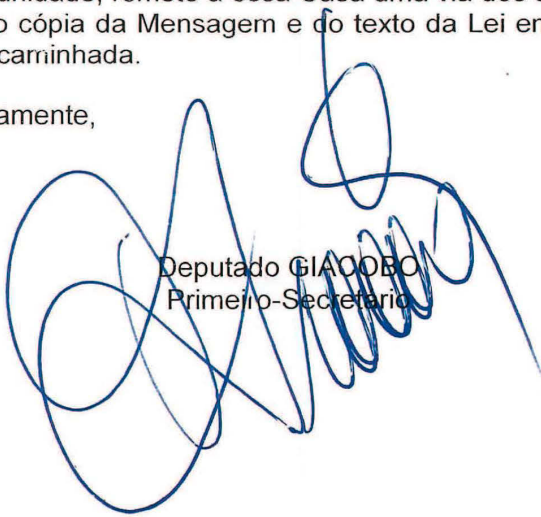
Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.587, de 2016, da Câmara dos Deputados (PLC nº 28, de 2017), que "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros", foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.640, de 26 de março de 2018.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,



Deputado GIACOMO
Primeiro-Secretário

RECEBIDO EM: 28.03.2018
HORAS: 11:36

Synthia Anatalina de Jesus Miranda
Mat.: 292257 SFSL (SGM)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 19/2018/PS-GSE

Brasília, 28 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 7.435, de 2017, do Senado Federal (PLS nº 504, de 2015), que "Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor para a pensão especial devida à pessoa com a deficiência física conhecida como Síndrome da Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982", foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.638, de 22 de março de 2018.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

Deputado GIACCOBO
Primeiro-Secretário

RECEBIDO EM: 28/03/2018
HORAS: 11:36

Synthia Aristófina de Jesus Miranda
Mat.: 292257 SFSL (SGM)

61.530.140.045



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 139, DE 2018

Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres.

AUTORIA: Senador Wilder Moraes (PP/GO)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 116.**

.....

§ 3º As parcelas do respectivo instrumento serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, com correção monetária anual, baseada no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

.....” (NR)

Art. 2º Serão atualizados monetariamente, nos termos do § 3º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, todos os valores dos repasses já realizados para a execução dos programas federais de cooperação, celebrados por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, instituídos e efetivamente executados pelos Municípios, na sua totalidade ou em parte.

§ 1º A atualização monetária referida no *caput* incidirá desde a data de celebração do respectivo instrumento até o exercício anterior ao de entrada em vigor desta Lei.

§ 2º Por ano, deverá ser repassado, no mínimo, 20% do valor calculado nos termos deste artigo.



Art. 3º Esta Lei entra em vigor no exercício financeiro seguinte ao da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto reestabelece a justiça fiscal com os municípios. Os atrasos contínuos da União no repasse de recursos de direito dos municípios tem causado graves danos à prestação de serviços e conclusão de obras nas cidades. É absurdo perceber que a inflação aumenta os tributos pagos pelo cidadão à União, aumentas as despesas das prefeituras, mas não corrige os repasses federais.

Todos nós bem sabemos das dificuldades por que passam os municípios brasileiros. Não é sequer necessário repisar o choque de receitas e o grande aumento das demandas sociais que sobre eles recaíram ao longo dos anos, especialmente no período mais recente.

E é preciso mais uma vez enfatizar: um grande número de políticas públicas de grande relevância é executada nos municípios, para o que contam com a cooperação e os recursos da União. Infelizmente, porém, esse mecanismo, torna-se ineficaz diante de um errático fluxo de recursos financeiros, prejudicando fornecedores, causando prejuízos, trazendo insegurança jurídica aos contratos e, fundamentalmente, privando a população de almejadas benfeitorias.

E, de fato, o equilíbrio operacional e financeiro dos projetos de cooperação entre a União e os municípios é uma preocupação necessária do Congresso Nacional, atento que está aos anseios mais prementes da população brasileira.

Um exemplo que comprova isso é a PEC nº 66, de 2015, liderada pelo Senador Eduardo Amorim, a qual tenho a honra de relatar. Essa proposição pretende, meritoriamente, alterar o art. 23 da Constituição Federal, e também o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para promover a atualização monetária dos repasses de recursos federais aos municípios.

Ou ainda o PLS nº 398, de 2017, do Senador Elmano Férrer, que propõe instituir a correção monetária dos repasses da União a estados e municípios de recursos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).



3

Ambas as proposições buscam, essencialmente, sanar as distorções emanadas de um cronograma de repasse de verbas que frequentemente não é cumprido, gerando atrasos e, inclusive, por vezes, inviabilizando a finalização de projetos já iniciados.

A proposição que ora trazemos à consideração dos ilustres e das ilustres Pares parte das mesmas premissas e dialoga diretamente com as anteriores, no sentido de prover um instrumento eficaz de preservação do valor monetário dessas transferências voluntárias.

Em particular, entendemos que, no presente contexto, a via do projeto de lei tende a ser preferível à PEC, partindo-se do princípio de que o texto constitucional deva ser reservado a aspectos mais gerais do ordenamento jurídico. Ademais, como se sabe, na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, a Constituição não pode ser emendada.

Por outro lado, achamos conveniente focar a matéria nos municípios, que afinal de contas são os entes onde as pessoas efetivamente moram, trabalham, transitam, estudam e têm direito ao lazer, bem como fazê-la alcançar o conjunto dos instrumentos de cooperação previstos na legislação.

São esses os motivos que nos levam a pedir o vosso apoio a esta relevante proposta.

Sala das Sessões,

Senador WILDER MORAIS



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
- [Constituição de 1988 - 1988/88](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - artigo 23
- [Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - Lei de Licitação; Lei de Licitações e Contratos - 8666/93](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8666)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8666>
 - artigo 116
 - parágrafo 3º do artigo 116





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 140, DE 2018

Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador José Pimentel (PT/CE)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL****PROJETO DE LEI DO SENADO nº de 2018.**

Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013,
e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

Parágrafo único. A responsabilização da pessoa jurídica ocorrerá independentemente da:

I - natureza do vínculo entre quem pratica o ato e a pessoa jurídica beneficiada;

II - existência de autorização superior ou poder de representação; e

III – obtenção ou não da vantagem ou do benefício almejado.”(NR)

“Art. 6º

I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;

II - publicação extraordinária da decisão condenatória;

III – proibição de receber, no âmbito do ente federativo lesado, incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de um e máximo de cinco anos; e

IV - revogação de delegação, autorização ou permissão, cassação de licença ou rescisão de contrato ao qual esteja relacionado o ato lesivo celebrado com a administração pública, sem prejuízo da declaração



SF/18322.04291-33



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL**

de inidoneidade de que trata o art. 87, inciso III da Lei nº 8.666, de 1993.

.....”(NR)

“Art. 16

.....

§ 2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas nos incisos II a IV do art. 6º e nos incisos IV e V do art. 19e reduzirá em até dois terços o valor da multa aplicável.

.....”(NR)

“Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:

.....

V - revogação de delegação, autorização ou permissão, cassação de licença ou rescisão de contrato celebrado com a administração pública.

.....

§2º Dependerá da comprovação de culpa ou dolo a aplicação das sanções previstas nos incisos II a V do caput deste artigo.

.....”(NR)

“Art. 30. Ressalvadas as hipóteses expressamente definidas nesta Lei, a aplicação das sanções referidas nos arts. 6º e 19 não afeta os processos de responsabilização e aplicação das penalidades decorrentes de:

I - ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429, de 1992;

II - atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 1993, ou por outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no que se refere ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC instituído pela Lei nº 12.462, de 2011; e



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL**

III - infrações contra a ordem econômica nos termos da Lei nº 12.529, de 2011.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da independência das esferas autônomas de responsabilização, tratando-se de ato ou fato previsto nesta Lei e que também configure improbidade administrativa e/ou ato definido em lei como crime, o Juiz competente em cada esfera e no âmbito do procedimento judicial específico, a requerimento do Ministério Público, poderá:

I - autorizar a inclusão no acordo de leniência de cláusula em relação às pessoas físicas abrangendo as sanções cíveis previstas na Lei nº 8.429, de 1992, decorrentes da prática do ato ou fato, observados os termos dos arts. 16 e 19 desta Lei;

II - conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos de representantes das pessoas jurídicas infratoras que tenham colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, observada a lei penal específica.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2010, o Presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.826, de 2010, dispondo sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Essa proposição foi encaminhada ao Legislativo em função do cumprimento de compromissos internacionais do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para dar cumprimento à Convenção das Nações Unidas contra Corrupção (ONU), a Convenção Interamericana de Combate à Corrupção (OEA) e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

A proposição foi, em agosto de 2013, convertida na Lei nº 12.846, a “Lei Anticorrupção”, que tornou-se um símbolo efetivo do compromisso governamental com o combate à corrupção, superando lacuna fundamental para



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL**

permitir a responsabilização das pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, por atos de corrupção.

Contudo, a proposta original, elaborada após amplos debates e consultas do Executivo e calcada nas melhores práticas internacionais, sofreu, ao longo de sua tramitação, alterações que enfraqueceram o seu resultado. Não obstante o brilhante trabalho e esforço do Relator da matéria na Câmara dos Deputados, Deputado Carlos Zarattini, interesses e pressões de parlamentares que então lutavam contrariamente a ela levaram a que fossem aprovadas na comissão especial mudanças importantes, que se não inviabilizaram os objetivos da Lei, tornaram mais frágeis as possibilidades de penalização a empresas corruptoras.

A presente proposição visa resgatar as propostas originais e corrigir a lei vigente, de forma a que o Poder Público tenha, efetivamente, meios para aplicar sanções, sem, inclusive, depender de decisões judiciais, sempre, evidentemente, assegurado, como manda a Constituição, o contraditório e a ampla defesa. Resgata-se, ademais, hipóteses de penalização fundamentais para que haja, com efeito, riscos objetivos de perda para as empresas infratoras, inclusive quanto à continuidade de explorarem, mediante outorgas, serviços públicos.

Tais alterações se mostram necessárias nos art. 2º, 16 e 19 da Lei em vigor, de forma a fortalecer o seu *enforcement* e aplicação plena a casos concretos em que, havendo culpa ou dolo, as empresas se valham de suas posições e capacidades econômicas para obter vantagens indevidas, em detrimento da integridade pública e da livre concorrência. Incorporamos, ainda, ajuste no art. 30, para incluir a cumulatividade de sanções quando a prática incorrer em infração à ordem econômica, e a possibilidade de que quando o ato configurar improbidade administrativa ou crime, o Juiz competente autorize a inclusão no acordo de leniência de cláusula em relação às pessoas físicas abrangendo as sanções cíveis previstas na Lei nº 8.429, de 1992, decorrentes da prática do ato ou fato, observados os termos dos arts. 16 e 19 desta Lei ou conceda perdão judicial, reduza a pena privativa de liberdade ou a substitua por restritiva de direitos de representantes das pessoas jurídicas infratoras que tenham colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal.

Embora também sejam necessários ajustes à Lei, no que tange aos acordos de leniência, esta Casa já aprovou em 2015 e encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.636, do Senado Ricardo Ferraço, cujo conteúdo reflete, ainda, preocupações externadas pelo Executivo quando da edição da Medida Provisória nº 703, de 2015, a qual, contudo, perdeu a eficácia sem haver sido apreciada. Assim, a presente proposição não aborda tais aspectos.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Dessa forma, estaremos resgatando a plenitude dos compromissos assumidos e superando falhas da atual legislação.

Sala das Sessões, de de 2018.

Senador José Pimentel
PT - CE



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992 - Lei da Improbidade Administrativa; Lei do Enriquecimento Ilícito (1992); Lei do Colarinho Branco (1992) - 8429/92
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1992;8429>
- Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - Lei de Licitação; Lei de Licitações e Contratos - 8666/93
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8666>
 - inciso III do artigo 87
- urn:lex:br:federal:lei:2010;6826
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;6826>
- Lei nº 12.462, de 4 de Agosto de 2011 - LEI-12462-2011-08-04 - 12462/11
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12462>
- Lei nº 12.529, de 30 de Novembro de 2011 - Lei de Defesa da Concorrência (2011); Lei Antitruste (2011); Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - 12529/11
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12529>
- Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013 - Lei Anticorrupção - 12846/13
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12846>
- Medida Provisória nº 703, de 18 de Dezembro de 2015 - 703/15
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2015;703>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2018

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para alterar as regras relativas às indenizações e às saídas temporárias; e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Wilder Moraes (PP/GO)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para alterar as regras relativas às indenizações e às saídas temporárias; e dá outras providências.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 29, 31, 39, 50, 123 e 124 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 29.**

§1º

a) ao menos 40% (quarenta por cento) para a indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

d) ao menos 40% (quarenta por cento) para o ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado.

..... (NR)”

“**Art. 31.**

Parágrafo único. (revogado)” (NR)

“**Art. 39.**

VIII – indenização ao Estado das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;

.....” (NR)

“**Art. 50.**

.....



2

VIII – integrar ou auxiliar, ainda que por interposta pessoa, quadrilha, bando, gangue, ou organização criminosas.

.....” (NR)

“**Art. 123.**

II – cumprimento mínimo de 1/5 (um quinto) da pena, se o condenado for primário, e 2/5 (dois quintos), se reincidente;

IV – exercício regular do trabalho interno ou externo;

V – não ter sofrido sanção administrativa de qualquer natureza nos últimos 6 (seis) meses;

VI – acompanhamento psicossocial com parecer favorável ao benefício;

VII – não ter descumprido normas sobre autorização especial anterior, enquanto durar a pena de prisão.

“**Art. 124.** A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 2 (duas) vezes durante o ano.

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 41-A e 193-A:

“**Art. 41-A.** O exercício dos direitos constantes dos arts. 41, incisos X, XIII e XV, fica condicionado ao cumprimento do disposto no *caput* do art. 31.”

“**Art. 193-A.** O Presidente da República obedecerá aos seguintes critérios para o exercício da competência constante do art. 84, inciso XII, primeira parte, da Constituição Federal:

I – é vedada a concessão de indulto para as penas impostas por crimes:

a) de tortura;

b) de terrorismo;

c) de corrupção ativa, passiva e de concussão;

d) tipificados nos arts. 33, *caput* e § 1º, 34, 36 e 37 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006;

e) hediondos ou a estes equiparados, na forma da lei;



SF/18602.94112-10



f) tipificados no Código Penal Militar, cujas condutas correspondam aos mencionados neste artigo; ou

g) tipificados nos arts. 240, 241 e 241-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

II – nos crimes praticados sem grave ameaça ou violência à pessoa, o indulto poderá ser concedido quando a pena privativa de liberdade não for superior a 12 (doze) anos, desde que o condenado tenha cumprido:

a) 2/5 (dois quintos) da pena, se não reincidente, ou 3/5 (três quintos), se reincidentes; ou

b) 1/5 (um quinto) da pena, se não reincidente, ou 2/5 (dois quintos), se reincidente, nas seguintes hipóteses:

1. gestantes;

2. maiores de 70 anos de idade;

3. que tenham filho ou filha menor de doze anos ou com doença crônica grave ou com deficiência que necessite de seus cuidados diretos;

4. que estejam cumprindo pena no regime semiaberto ou aberto ou estejam em livramento condicional e tenham frequentado, ou estejam frequentando curso de ensino fundamental, médio, superior, profissionalizante ou de requalificação profissional, na forma do art. 126, *caput*, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, ou exercido trabalho, no mínimo por doze meses nos três anos contados retroativamente a 25 de dezembro de 2016;

5. com paraplegia, tetraplegia ou cegueira, desde que tais condições não sejam anteriores à prática do delito e se comprovem por laudo médico oficial ou, na falta deste, por médico designado pelo juízo da execução; ou

6. acometidas de doença grave e permanente que apresentem grave limitação de atividade e restrição de participação ou exijam cuidados contínuos que não possam ser prestados no estabelecimento penal, desde que comprovada a hipótese por laudo médico oficial ou, na falta deste, por médico designado pelo juízo da execução, constando o histórico da doença, caso não haja oposição da pessoa condenada.

III – nos crimes praticados com grave ameaça ou violência à pessoa, o indulto poderá ser concedido nas seguintes hipóteses:

a) quando a pena privativa de liberdade não for superior a 4 (quatro) anos, desde que o condenado tenha cumprido:

1. 3/5 (três quintos) da pena, se não reincidente, ou 4/5 (quatro quintos), se reincidente;

2. 2/5 (dois quintos) da pena, se não reincidente, ou 3/5 (três quintos), se reincidente, nas hipóteses do inciso II, alínea b, deste artigo;



4

b) quando a pena privativa de liberdade for superior a 4 (quatro) e igual ou inferior a 8 (oito) anos, desde que o condenado tenha cumprido:

1. 2/3 (dois terços) da pena, se não reincidente;
2. 1/2 (metade) da pena, se não reincidente, nas hipóteses do inciso II, alínea b, deste artigo.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil está sendo derrotado pela criminalidade. Hoje, o presidiário custa dez vezes mais que um aluno da rede pública¹. Portanto, passando 40% do salário do preso, ao menos três-quartos de salário-mínimo, à sociedade, esta indenização será capaz de manter uma criança na escola, ajudando a fomentar um futuro com educação e paz no Brasil.

O crime organizado domina as fronteiras, as comunidades, as ruas e os presídios de nosso país. A sociedade brasileira é subtraída de quase 70 mil vidas humanas todos os anos e nossa resposta permanece tímida. À parte o baixo índice de solução de crimes e a lentidão judiciária, os eventualmente condenados ainda têm penas brandas e privilégios dentro de um sistema prisional falido.

O volume da população carcerária em números absolutos, perto de 750 mil presos, significa nada ou muito pouco. Este número precisa ser visto em proporção do total de roubos, homicídios, estupros, facções do tráfico, que permanecem em patamares absurdos.

É preciso prender certo e punir exemplarmente. A mera reclusão não tem sido capaz de isolar os membros do crime organizado, que continuam protegendo e fortalecendo seus exércitos dentro dos presídios, os quais se tornaram seus centros de formação e comando do terror que espalham nas cidades.

E este quadro dantesco é reforçado pelos direitos excessivos de que gozam. Vejamos um exemplo: um condenado por tráfico internacional

¹ Custo médio do preso de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil reais) por ano, dez vezes maior que o valor mínimo nacional por aluno do FUNDEB em 2017 de R\$ 2.875,00 (dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais).



SF/18602.94112-10



de drogas (art. 33 da Lei 11.343, de 2006) à pena-base de 5 (cinco) anos, passa ao regime semiaberto em 2/5 (art. 2º, §2º, da Lei 8.072, de 1990), a partir de então, se tiver comportamento adequado (art. 123 da Lei de Execução Penal – LEP), já poderá ser beneficiado pelos “saidões”, liberações quase indiscriminadas de criminosos nos feriados.

Este condenado, em especial se mantiver os vínculos com a facção que controla o presídio, tenderá inexoravelmente a delinquir novamente e, no mais das vezes, evitará o regresso ao estabelecimento penal. É um barril de pólvora que explode quase mensalmente nas ruas de nossas cidades.

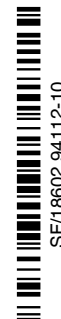
Este Projeto de Lei tem por finalidade alterar as regras relativas às saídas temporárias de condenados, bem como instituir critérios objetivos para a concessão de indulto pelo Presidente da República, no exercício da competência constante do art. 84, inciso XII, primeira parte, da Constituição Federal, mantendo assim reclusos por mais tempo os condenados que não tenham buscado mudar efetivamente seu comportamento.

Desse modo, propomos a inclusão do art. 193-A na Lei de Execução Penal, de modo a estabelecer critérios objetivos para a concessão de indulto, a fim de evitar a banalização desse instrumento, tal qual ocorre nos famosos “indultos natalinos”. Além disso, criminosos condenados por crimes hediondos, de tortura, terrorismo, tráfico de drogas, corrupção ativa, passiva e de concussão não poderão ser agraciados com indulto.

Sugerimos, também, a alteração do art. 29, §1º, alínea *a*, da LEP, para garantir um valor mínimo de indenização mensal às famílias das vítimas a ser pago com 40% dos rendimentos do trabalho do preso, seja interno ou externo. É preciso trazer a vítima para o primeiro plano do processo penal, dar-lhe satisfação, mostrar que o Estado e a sociedade se preocupam em reparar minimamente os danos que sofreu e que o criminoso pagará pelas suas atitudes.

Igualmente, 40% dos rendimentos do trabalho do preso serão destinados ao ressarcimento à Sociedade das despesas realizadas com a manutenção do condenado, ressarcimento, este, que passará a ser obrigatório para todos os presos, inclusive os temporários, dada a alteração que sugerimos ao art. 31 da LEP.

Também propomos alteração ao art. 50 da LEP, para que a verificação na esfera administrativa da relação ou auxílio do presidiário com



SF/18602.94112-10



organização criminosa de qualquer natureza seja falta grave. Hoje o recluso tem a sensação de que terá maiores privilégios se continuar ou passar a integrar uma facção, que lhe trará diversas benesses e segurança dentro do estabelecimento.

Porém, o Estado precisa mostrar que sua força é superior e que ao primeiro sinal de apoio a tais grupos, o indivíduo será severamente punido, podendo ser submetido ao Regime Disciplinar Diferenciado, perder regalias como visitas íntimas, saídas temporárias e indultos.

Sugerimos, ainda, a alteração dos arts. 123 e 124 da Lei de Execução Penal para endurecer os critérios de concessão dos “saídas”, aumentando o tempo mínimo de cumprimento de pena para um quinto, na hipótese de condenados primários, e dois quintos, na hipótese de condenados reincidentes, bem como reduzindo de quatro para duas saídas por ano.

Além disso, condicionamos as saídas ao exercício efetivo do trabalho, a parecer psicossocial favorável indicando a ressocialização do preso e ausência de falta disciplinar nos últimos seis meses, beneficiando aqueles apenados que demonstram firme conduta de contribuir para a paz social e renegam a vida criminosa.

Por fim, sugerimos a adição do art. 41-A à LEP, de modo a positivar que os direitos à visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados, à audiência especial com o diretor do estabelecimento, ao contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita só podem ser exercidos por aqueles condenados que estejam trabalhando.

Pelo exposto, certos de que estamos contribuindo para o aperfeiçoamento do arcabouço normativo brasileiro relativo à matéria e para a mitigação dos problemas de segurança enfrentados no Brasil, solicitamos o apoio dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadores para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador WILDER MORAIS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 - Lei de Execução Penal - 7210/84

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1984;7210>

- artigo 29

- artigo 31

- artigo 39

- artigo 50

- artigo 123

- artigo 124

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA - 8069/90

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>

- artigo 240

- artigo 241

- artigo 241-

- Lei nº 8.072, de 25 de Julho de 1990 - Lei dos Crimes Hediondos - 8072/90

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8072>

- parágrafo 2º do artigo 2º

- Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 - Lei Antidrogas (2006); Lei de Drogas; Lei de Entorpecentes (2006); Lei Antitóxicos (2006); Lei dos Tóxicos (2006) - 11343/06

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11343>

- artigo 33





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 142, DE 2018

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário.

AUTORIA: Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

Parágrafo único. No atendimento aos idosos, salvo nos casos de emergência médica justificada, será dada prioridade aos maiores de 80 (oitenta) anos sobre todos os demais, e aos maiores de 70 (setenta) anos sobre os maiores de 60 (sessenta) anos.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) garante atendimento preferencial aos idosos e prevê, no § 2º de seu art. 3º, prioridade especial aos maiores de oitenta anos, inclusive em relação aos demais idosos. Já a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre o atendimento prioritário, garante esse direito às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, sem qualquer distinção entre os idosos.

A prioridade em favor dos idosos é justa e razoável, já consagrada no texto constitucional, nas leis ordinárias e nos costumes. Porém, vale reconhecer que, felizmente, a qualidade de vida dos idosos vem melhorando ao longo das décadas. Os idosos de hoje, geralmente, são física



e mentalmente mais vigorosos do que os de trinta, quarenta ou cinquenta anos atrás. Avanços na medicina, na alimentação, nos hábitos e mesmo na mentalidade das pessoas têm, como resultado, idosos que não se resignam aos estereótipos da velhice.

Essa disposição para bem viver, contudo, não é imune aos efeitos do tempo, ainda que os suavize. Assim, tanto quanto vemos pessoas vigorosas na casa dos sessenta anos, não podemos ignorar que esse vigor se dilui com o passar das décadas. Muitos dos próprios idosos reconhecem isso, a tal ponto que alguns maiores de sessenta anos sequer procuram o atendimento preferencial, ou até cedem seus lugares nas filas para os que, visivelmente, carecem de atendimento mais pronto. Em algumas situações, essa prioridade às pessoas com mais de oitenta anos já vem sendo praticada. É comum, por exemplo, que os passageiros mais idosos, nas viagens aéreas, sejam os primeiros chamados para o embarque. Mais que praticada, tem sido evidente que essa prioridade tem sido respeitada por todos os demais passageiros, idosos ou não.

Vale lembrar que, em 2018, comemoramos setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Organização das Nações Unidas. Também em 2018, o Estatuto do Idoso completa quinze anos de existência. Momento oportuno, nesse mesmo sentido, para que o Senado Federal tenha aprovado, no último dia 22 de março, o Projeto de Lei da Câmara que institui 2018 como o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, encaminhado agora à sanção presidencial.

O meu projeto vem, portanto, nesse mesmo passo. Não se trata de um favor, ainda que merecido, à pessoa idosa que, em muitos casos, vê-se fragilizada pelo transcurso do tempo, mas um reconhecimento a uma vida dedicada aos direitos humanos, como amigos, companheiros, irmãos, pais, avós. Um reconhecimento, também, a quem dedicou uma longa vida à construção da nossa história. Um culto à sabedoria. Aliás, o aumento do número de pessoas idosas pode ser considerado sinal de conquista de um povo no seu processo civilizatório e de humanização.

Por essa razão, consideramos ser necessário dar efetividade ao dispositivo do Estatuto do Idoso que trata da prioridade aos mais idosos, particularmente aos maiores de oitenta anos. Propomos, então, um escalonamento do atendimento preferencial aos idosos, com prioridade total aos maiores de oitenta anos, e aos maiores de setenta sobre os maiores de sessenta anos.



SF/18818.12647-96



3

São esses os fundamentos da proposição que ora apresento, para a qual solicito o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senadora **SIMONE TEBET**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.048, de 8 de Novembro de 2000 - Lei do Atendimento Prioritário; Lei da Prioridade - 10048/00

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;10048>

- artigo 1º

- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 143, DE 2018

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol de crimes hediondos os crimes de associação para o tráfico ilícito de drogas e de colaboração, como informante, com grupo, organização ou associação destinados ao tráfico ilícito de drogas, quando praticados por funcionário público civil ou militar.

AUTORIA: Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



*À Comissão de Constituição e
Justiça em decisão terminativa
Em 28/3/2018*

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2018

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol de crimes hediondos os crimes de associação para o tráfico ilícito de drogas e de colaboração, como informante, com grupo, organização ou associação destinados ao tráfico ilícito de drogas, quando praticados por funcionário público civil ou militar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo único. Consideram-se também hediondos os seguintes crimes, todos tentados ou consumados:

I – genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956;

II – posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

III – associação para o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, previsto no art. 35, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e colaboração como informante, previsto no art. 37 da mesma lei, quando praticados por funcionário público civil ou militar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Recebido em 28/03/2018
Hora: 18:20

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Página 2 de 3

Parte integrante do Avulso do PLS nº 143 de 2018.

Matrícula: 228312 SL SF/SGM



JUSTIFICAÇÃO

É sabido que o direito penal tem natureza eminentemente subsidiária: incide apenas quando os demais ramos jurídicos não se mostraram hábeis a resolver alguma lesão social relevante. A penalização das condutas de associação para o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins (art. 35, caput, da Lei nº 11.343, de 2006), o financiamento de tais atividades (art. 35, parágrafo único, da mesma lei) e a colaboração como informante (art. 37 da mesma lei) resulta dos efeitos negativos nefastos por elas produzidas no ambiente social.

Por sua vez, em relação aos modelos de sistemas de hediondez mundialmente consagrados (judicial, legal e misto), optou-se pela adoção em nosso País pelo sistema legal, do que decorre que apenas serão considerados hediondos os delitos que estejam taxativa e expressamente previstos num elenco legal, função atualmente desempenhado pelo art. 1º da Lei nº 8.072, de 1990.

A classificação de uma conduta delitiva como hedionda resulta da análise de sua especial gravidade e reprovabilidade sociais. Pela função inerente ao direito penal, a própria noção de hediondez pressupõe a existência de gravidade e reprovabilidade adicionais àquelas presentes nos demais tipos penais.

As citadas condutas tornam-se especialmente reprováveis quando têm como sujeito ativo funcionário público civil ou militar, do qual se espera uma atuação retilínea e direcionada ao interesse da sociedade. Esta reprovabilidade pode ser percebida tanto na atuação direta do agente na associação criminosa, o que se percebe nas condutas do art. 35, caput e parágrafo único, como na hipótese em que, embora não integre a organização propriamente dita, fornece a ela informações que limitam a efetividade da persecução penal estatal, conduta prevista no art. 37 da referida lei.

O completo apartamento da atuação funcional que se espera do funcionário público que pratica alguma das condutas citadas justifica que a sua repressão penal seja mais severa do que a daquele que não possui nenhum vínculo jurídico com a administração pública.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 159, DE 2018

Requer, nos termos do art. 255, III, "C", 12 combinado com o art. 279, II do regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 165, de 2017, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

AUTORIA: Senador Pedro Chaves (PRB/MS)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

REQUERIMENTO N.º , DE 2018



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12 combinado com o art. 279, II do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 165, de 2017, que "altera a lei dos Conselhos de Medicina, para disciplinar o exame de proficiência em medicina", além do constante do despacho inicial de distribuição, que seja ouvida, também, a Comissão de Educação Cultura e Esporte.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2018.

Senador PEDRO CHAVES
PRB-MS





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 160, DE 2018

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do RISF, informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a regularidade do fornecimento do medicamento de combate à Aids conhecido como “coquetel três em um” à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

AUTORIA: Senador Reguffe (S/Partido/DF)

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

REQUERIMENTO Nº..... , DE 2018.

Requer informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a regularidade do fornecimento do medicamento de combate à Aids conhecido como "coquetel três em um" à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde o presente requerimento de informações, a fim de que o titular da pasta remeta ao Senado Federal esclarecimentos sobre a regularidade do fornecimento do medicamento de combate à Aids conhecido como "coquetel três em um" à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

É com grande preocupação que temos recebido notícias de associações de apoio a soropositivos com HIV, como a "ONG Amigos da Vida", segundo as quais a Secretaria de Saúde tem afirmado que o fornecimento do medicamento de combate à Aids conhecido como "coquetel três em um" estaria sofrendo interrupções por parte do Ministério da Saúde.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

Sabe-se que a falta de apenas um medicamento do coquetel popularmente conhecido como “Três em Um”, por exemplo, pode vir a colocar em risco a vida do paciente, impactando diretamente no prognóstico do tratamento e na qualidade de vida dos portadores do HIV/Aids.

Solicita-se ao Ministério informações precisas sobre a regularidade do fornecimento do citado coquetel de medicamentos à Secretaria de Saúde do Distrito Federal nos anos de 2017 até a presente data (março de 2018), em razão da vital importância desses remédios no tratamento do paciente portador do HIV/Aids, solicitando-se, desde já, que o abastecimento seja mantido sem qualquer descontinuidade, garantindo-se o adequado tratamento a esses pacientes que lutam dia-a-dia, com muita dificuldade e perseverança, contra essa cruel doença.

Sala das sessões,

SENADOR REGUFFE

DISTRITO FEDERAL

SF/18782.69698-23





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 161, DE 2018

Requer, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I, do RISF, licença para desempenho de missão como membro de delegação que representa a Casa nas Reuniões das Comissões Permanentes, e a LIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, nos dias 26 e 27 de abril de 2018, em Montevidéu, Uruguai. Comunica também que estará ausente do País no período do dia 25 a 28 de abril de 2018, para desempenho da missão.

AUTORIA: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

A publicação
Em 28/03/18

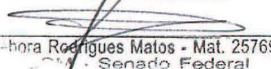
REQUERIMENTO Nº 161, DE 2018

Requer, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de missão como membro da delegação que representa a Casa nas Reuniões das Comissões Permanentes, e a LIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, nos dias 26 e 27 de abril próximo, em Montevidéu, Uruguai.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 25 a 28 de abril do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões,


LÍDICE DA MATA
Senadora

Recebido em 28/03/18
Hora 12:08

Rodrigo Matos - Mat. 25769
Senado Federal

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 15, CEP 70.165-900, Brasília/DF
Telefone: 3303-6408 Fax 6414

lidice.mata@senadora.gov.br / secgabsenlidice@senado.gov.br



00100.035510/2018-15 (VIA 001) - 00100.038256/2018-07 (VIA 001)

**SENADO FEDERAL**
Presidência

OFÍCIO Nº 88 /2018-PRESID

Brasília, 27 de *MARÇO* de 2018

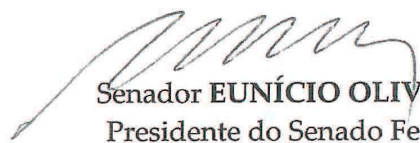
A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente do Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.035510/2018-15

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e, nos termos do Ofício nº P/018/2018, autorizo a participação da Senadora **Lídice da Mata** nas Reuniões das Comissões Permanentes, e na LIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **26 e 27 de abril de 2018**, na Cidade de Montevideú, no Uruguai.

Atenciosamente,


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 162, DE 2018

Requer, nos termos do art. 40, do RISF, licença dos trabalhos da Casa durante o período de 25 a 27 de abril de 2018, tendo em vista participação nos trabalhos do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai, quando serão realizadas as Reuniões das Comissões Permanentes e a LIV Sessão Ordinária. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do RISF, ausência do País no período mencionado.

AUTORIA: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

A publicação
Em 28/03/18.

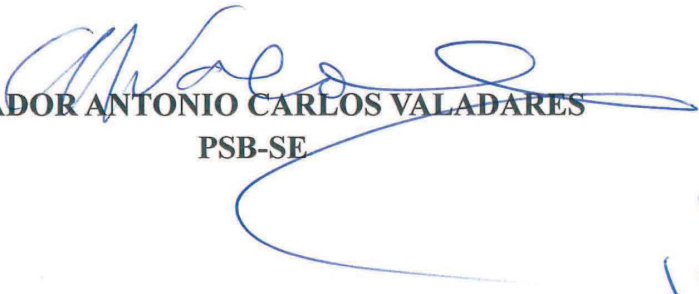
REQUERIMENTO Nº 162, DE 2018

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa durante o período de 25 a 27 de abril de 2018, tendo em vista a minha participação aos trabalhos do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, em que serão realizadas as Reuniões das Comissões Permanentes e a LIV Sessão Ordinária.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País durante o período acima citada.

Sala das Sessões,


SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
PSB-SE

Wilder
28-3-18
10:19





SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 32 /2018-PRESID

Brasília, 27 de MARÇO de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente do Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.037761/2018-26

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e, nos termos do Ofício nº P/032/2018, autorizo a participação do Senador **Antonio Carlos Valadares** nas Reuniões das Comissões Permanentes e a LIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **26 e 27 de abril de 2018**, na Cidade de Montevideu, no Uruguai.

Atenciosamente,


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 163, DE 2018

Requer, nos termos do arts 154, III e §5º e 199 do Regimento Interno do Senado, a realização de Sessão Especial em comemoração ao Dia do Orgulho Autista, no dia 18 de junho de 2018.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

SF/18031.80428-63

Requeremos, de acordo com o disposto nos arts. 154, III e §5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 18 de junho de 2018, em comemoração ao Dia do Orgulho Autista.

JUSTIFICAÇÃO

O dia 18 de junho é conhecido como Dia Mundial do Orgulho autista. Uma das principais razões para a criação deste dia é justamente mudar a visão que a sociedade em geral tem em relação ao autismo, tirando o viés negativo de “doença” e mudando para uma visão de “diferença”.

Assegurar que as pessoas com autismo não são doentes, mas sim que elas possuem algumas características próprias que lhes trazem desafios e recompensas únicas, é a essência da comemoração.

Os movimentos denominados de “orgulho” sempre são de iniciativa das chamadas “minorias” da sociedade. Geralmente são fruto da mobilização de grupos que, por um motivo ou outro, são consideradas “diferentes” do que se considera “normal” e típico na sociedade em que vivemos.

Agora, o mais importante é que o termo “orgulho” também é a expressão escolhida para se opor à visão deturpada que muitos têm a seu





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

respeito, apenas por serem diferentes. Portanto, o “orgulho autista” é o orgulho que cada autista tem de ser quem é. Este é o momento de promover os autistas, fazendo a sociedade compreender e aceitar suas particularidades.

Por todo o exposto, solicito aos nobres Parlamentares o apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUE
REDE/AP





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 164, DE 2018

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do RISF, licença dos trabalhos da Casa nos dias 26 e 27 de abril de 2018, para participar das Reuniões das Comissões Permanentes, Mesa Diretora e da LIV Sessão Ordinária do Parlamento Mercosul, em Montevideu, no Uruguai. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do RISF, ausência do País no período mencionado.

AUTORIA: Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO LOPES



A publicação
Em 28/03/18.

REQUERIMENTO Nº 164 , DE 2018 – MESA

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos desta Casa, nos dias 26 e 27 de abril de 2018, para participar das Reuniões das Comissões Permanentes, Mesa Diretora e a “**LIV Sessão Ordinária do Parlamento Mercosul**”, a se realizar em Montevidéu, no Uruguai.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estarei ausente do País no período citado acima.

Sala das Sessões, 27 de março de 2018.

Senador EDUARDO LOPES
Líder do **PRB** no Senado Federal
Presidente Nacional do **PRB**

Recebido em 28/03/18
Hora 12:02

Débora Rodrigues Matos - Mat. 257696
SGM - Senado Federal

Senador EDUARDO LOPES - Líder do PRB no Senado Federal - Representante do Estado do Rio de Janeiro
Ala Sen. Ruy Carneiro, Gab. 2 - Anexo II - Senado Federal - Brasília - DF - 70165-900 Fones: (61) 3303-5730/ 3303-5225



00100.035502/2018-61 (VIA 001) - 00100.038251/2018-76 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 86 /2018-PRESID

Brasília, 27 de MARÇO de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente do Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.035502/2018-61

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e, nos termos do Ofício nº P/019/2018, autorizo a participação do Senador **Eduardo Lopes** nas Reuniões das Comissões Permanentes, e na LIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **26 e 27 de abril de 2018**, na Cidade de Montevideú, no Uruguai.

Atenciosamente,



Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal



Término de prazo



Encerrou-se em 27 de março o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2017.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECER APROVADO EM COMISSÃO





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 24, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº98, de 2017, que Institui o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Pedro Chaves

RELATOR: Senador Telmário Mota

27 de Março de 2018





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2017 (nº 5.600, de 2016, na Casa de origem), da Deputada Dâmina Pereira, que *institui o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital*.



SF/18296.55554-04

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98, de 2017 (Projeto de Lei nº 5.600, de 2016, na Casa de origem), de autoria da Deputada Dâmina Pereira, que propõe seja instituído o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital, a ser celebrado em 30 de março.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º estabelece a referida efeméride e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação a autora da matéria destaca a importância do “novo universo do jornalismo brasileiro”, composto pelas mídias impressa, eletrônica e virtual, e enfatiza que os profissionais de comunicação de mídia eletrônica e mídia digital merecem mais atenção por parte de todos que pensam no futuro do jornalismo. A autora também esclarece que o dia

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

2

30 de março corresponde à data em que se realiza o Fórum Nacional de Comunicação Eletrônica e Digital.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 5.600, de 2016, foi aprovado pelas Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 98, de 2017, foi distribuído para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Após a análise da CE, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

O grande desenvolvimento científico e tecnológico está provocando uma revolução no campo das comunicações, que repercute particularmente na circulação das informações.

Nesse contexto, as mídias eletrônica e digital exercem relevante papel. A expressão mídia eletrônica se refere ao conjunto de meios de comunicação que necessita de recursos eletrônicos ou eletromecânicos para que o usuário final tenha acesso aos conteúdos. Mídia digital, por sua vez, constitui o conjunto de veículos e aparelhos de comunicação baseados em tecnologia digital, permitindo a distribuição ou comunicação digital das obras intelectuais escritas, sonoras ou visuais.

Essa nova realidade, que favorece o acesso às comunicações e, conseqüentemente, às informações, exige profissionais capazes de aliar a competência tecnológica com o conteúdo de qualidade. Assim, o mercado



SF/18296.55554-04

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

3

valoriza cada vez mais profissionais formados em áreas como vídeo digital, animação, áudio, design de *websites*, design gráfico, multimídia interativa, bem como profissionais das áreas de consultoria, educação, artes, mídia (nova e tradicional), comunicação de marketing e treinamento.

Como bem enfatiza a autora da matéria, o novo universo da comunicação formou um “contingente humano que já acessa todos os tipos de conteúdo jornalístico, como notícias, comentários, opiniões, campanhas de mobilização, elogios ou críticas políticas, propaganda ideológica de esquerda ou de direita – entre outros conteúdos capazes de influenciar o comportamento político desses cidadãos”.

Por essas razões é, sem dúvida, justa, oportuna e meritória a iniciativa, ora em análise, que pretende instituir o “Dia Nacional do Profissional de Mídia Eletrônica e Mídia Digital”.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa, além de também não afrontar dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.



SF/18296.55554-04

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

4

Em atendimento a essa determinação, a autora da matéria juntou à proposição ata de reunião ocorrida em 14 de junho de 2016, em que diversos estados filiados à Associação Brasileira de Imprensa de Mídia Eletrônica e Digital (ABIME) aprovam consulta que lhes foi apresentada no sentido de se instituir o dia 30 de março como o “Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital”.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18296.55554-04

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 27/03/2018 às 11h30 - 7ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
ROSE DE FREITAS	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
DÁRIO BERGER PRESENTE	2. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
MARTA SUPICY	3. RAIMUNDO LIRA
JOSÉ MARANHÃO	4. SIMONE TEBET PRESENTE
EDISON LOBÃO	5. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA
LINDBERGH FARIAS	3. JORGE VIANA
PAULO PAIM	4. JOSÉ PIMENTEL
REGINA SOUSA PRESENTE	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. VAGO

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA	1. DAVI ALCOLUMBRE
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	2. RONALDO CAIADO PRESENTE
ROBERTO ROCHA	3. EDUARDO AMORIM
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	4. VAGO
JOSÉ AGRIPINO	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
JOSÉ MEDEIROS	1. SÉRGIO PETECÃO
ROBERTO MUNIZ PRESENTE	2. ANA AMÉLIA PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE	1. VAGO
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES
LÍDICE DA MATA PRESENTE	3. ROMÁRIO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	1. MAGNO MALTA
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
EDUARDO LOPES	3. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE

Não Membros Presentes





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ATAÍDES OLIVEIRA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 98/2017)**

NA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR TELMÁRIO MOTA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

27 de Março de 2018

Senador PEDRO CHAVES

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 48

RQM nº 108/2018	Jader Barbalho	RISF Art. 13	De 13/03/2018 a 15/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 109/2018	Magno Malta	RISF Art. 13	20/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 110/2018	Telmário Mota	RISF Art. 13	15/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 111/2018	Telmário Mota	RISF Art. 13	22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 112/2018	Roberto Requião	RISF Art. 13	20/03/2018	Atividade parlamentar. Participar do Ato Político de Resistência e Luta e do Ato Inter-Religioso em Memória de Marielle Franco, no Rio de Janeiro - RJ.
RQM nº 113/2018	Gleisi Hoffmann	RISF Art. 13	20/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 114/2018	Ronaldo Caiado	RISF Art. 13	20/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 115/2018	Zeze Perrella	RISF Art. 13	De 20/03/2018 a 22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 116/2018	Humberto Costa	RISF Art. 13	22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 117/2018	Ricardo Ferraço	RISF Art. 13	08/03/2018	Atividade parlamentar. Participar de evento da Associação das Câmaras Municipais do Espírito Santo.
RQM nº 118/2018	Zeze Perrella	RISF Art. 13	15/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 119/2018	Ataídes Oliveira	RISF Art. 13	15/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 120/2018	Vicentinho Alves	RISF Art. 43, I	13/03/2018 e 14/03/2018	Licença saúde.
RQM nº 121/2018	Antonio Anastasia	RISF Art. 43, I	13/03/2018	Licença saúde.
RQM nº 122/2018	Eduardo Lopes	RISF Art. 13	13/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 123/2018	Ricardo Ferraço	RISF Art. 13	15/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 124/2018	Eduardo Lopes	RISF Art. 13	15/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 125/2018	Romero Jucá	RISF Art. 13	15/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 126/2018	Magno Malta	RISF Art. 13	15/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 127/2018	Paulo Bauer	RISF Art. 13	07/03/2018 e 08/03/2018	Atividade parlamentar. Participar de reunião com a Bancada Estadual de Deputados do PSDB e de atividades partidárias na Região Norte do Estado.
RQM nº 128/2018	Roberto Rocha	RISF Art. 13	13/03/2018	Atividade parlamentar.
	Roberto Rocha	RISF Art. 13	15/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 129/2018	Valdir Raupp	RISF Art. 13	22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 130/2018	Antonio Anastasia	RISF Art. 13	22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 131/2018	José Medeiros	RISF Art. 13	22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 132/2018	Paulo Paim	RISF Art. 13	De 23/03/2018 a 01/04/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 133/2018	Ataídes Oliveira	RISF Art. 13	22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 134/2018	Eduardo Lopes	RISF Art. 13	22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 135/2018	Romero Jucá	RISF Art. 13	De 23/03/2018 a 31/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 137/2018	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	27/03/2018 e 28/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 138/2018	Ângela Portela	RISF Art. 13	27/03/2018 e 28/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 139/2018	Vanessa Grazziotin	RISF Art. 13	22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 140/2018	Gleisi Hoffmann	RISF Art. 13	22/03/2018	Atividade parlamentar.



RQM nº 141/2018	Rose de Freitas	RISF Art. 13	08/03/2018	Atividade parlamentar.
	Rose de Freitas	RISF Art. 13	De 13/03/2018 a 15/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 142/2018	Alvaro Dias	RISF Art. 13	21/03/2018 e 22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 143/2018	Benedito de Lira	RISF Art. 13	De 26/03/2018 a 28/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 144/2018	Gleisi Hoffmann	RISF Art. 13	27/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 145/2018	Gladson Cameli	RISF Art. 13	27/03/2018 e 28/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 146/2018	Humberto Costa	RISF Art. 13	28/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 147/2018	Lídice da Mata	RISF Art. 13	22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 148/2018	Gleisi Hoffmann	RISF Art. 13	21/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 149/2018	Renan Calheiros	RISF Art. 13	20/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 150/2018	Jader Barbalho	RISF Art. 13	De 20/03/2018 a 22/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 151/2018	Dalirio Beber	RISF Art. 13	27/03/2018 e 28/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 152/2018	João Alberto Souza	RISF Art. 13	De 26/03/2018 a 28/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 153/2018	Marta Suplicy	RISF Art. 13	27/03/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 154/2018	Vanessa Grazziotin	RISF Art. 13	27/03/2018	Atividade parlamentar. Participar de Sessão Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.
RQM nº 155/2018	Lindbergh Farias	RISF Art. 43, I	22/03/2018	Licença saúde.
RQM nº 156/2018	Pedro Chaves	RISF Art. 43, I	20/03/2018	Licença saúde.
Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 2				

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
RQM nº 107/2018	Fernando Collor	art. 40, § 1º	De 25/03/2018 a 05/04/2018	Missão oficial à Arábia Saudita e aos Emirados Árabes Unidos para participar de reuniões com parlamentares e ministros a fim de estreitar laços de cooperação e amizade entre as nações.
RQM nº 136/2018	Jorge Viana	art. 40, § 1º	27/03/2018 e 28/03/2018	Participar de agenda Oficial com o Ministro Gilberto Kassab



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - João Alberto Souza*
-PRTB - Pastor Bel* (S)
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Airtton Sandoval* (S)
-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
-PMDB - Raimundo Lira* (S)
-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferreira*
-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
-PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
-PMDB - Waldemir Moka*
-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-S/Partido - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 20

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC / PRB-2

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Kátia Abreu.	TO
Reguffe.	DF

PRTB - 1

Pastor Bel.	MA
------------------	----

PROS - 1

Hélio José.	DF
------------------	----

PMDB.	20
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
PROS.	1
PRTB.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (-PMDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (-PROS-DF)	Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (-PMDB-PA)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (-PMDB-MA)	Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Requião* (-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (-PMDB-PB)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Romero Jucá* (-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	Kátia Abreu** (-S/Partido-TO)	Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
Dário Berger** (-PMDB-SC)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (-PMDB-MS)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Braga* (-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
Elmano Férrer** (-PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (-PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Bel* (-PRTB-MA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

PMDB - 20 Líder Raimundo Lira - PMDB (138) Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 16 Líder Eduardo Amorim - PSDB (69,100,140) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (75,85,133,150) Ataídes Oliveira (74) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (105) Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,86,112,159) Roberto Rocha (37,54,111,158,160) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (101) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Wilder Moraes - PP (39,122,132,151) Vice-Líderes Benedito de Lira (103) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (103) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,106) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Lindbergh Farias - PT (27,59,63,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,25,116) Regina Sousa (35) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (27,59,63,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (31,41,55,60,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (3,25,116)	Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154) Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,21,156) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (12,19,146) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,21,156) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,66,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (4,29,34,44,56,84,99,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 0 Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,8,67,72)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (75,85,133,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,131,147) Wilder Moraes (39,122,132,151)	PROS - 1 Líder Hélio José - PROS (43,48,87,155)	Maioria Líder Raimundo Lira - PMDB (138)
Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,18,50,53,79,90,115)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLPDT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
25. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designando 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
58. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecção foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Galdes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



7) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



8) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492

2)CPI DOS CARTÃO DE CRÉDITO

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 14/03/2018



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airtton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ^(1,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. VAGO (2,16,22,23,26)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPPO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) ^(1,11,25)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁶⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁸⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(7,9,10,23)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁸⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(1,21)
(1,16)	2.
VAGO ^(14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ^(5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDem).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(19,22,23,26)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPPO).

18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).

19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).

20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).

22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.

23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).

24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).

25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).

26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²²⁾	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO ^(5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airtton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Aírton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ (Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR		BLOCO / PARTIDO
VAGO		PMDB
VAGO		PMDB
VAGO		PT
VAGO		PSDB
VAGO		PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA
	Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL
Atualização: 31/01/2015	

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

Atualização: 29/11/2016**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

